

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 883
22 de Novembro de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

O «bom senso do PS»: dinheiro para os monopolistas

1. O PCP alerta a opinião pública para um novo e escandaloso bodo aos grandes capitalistas de antes do 25 de Abril de 1974, que tudo indica está em preparação entre o PS, o Governo do PSD e o CDS, no quadro do processo de restauração e reestruturação do capital monopolista.

2. De facto, na abertura da discussão, na Assembleia da República, do Orçamento do Estado para 1991, o presidente do Grupo Parlamentar do PS propôs, em nome do seu partido, a aceleração do processo das indemnizações relativas às nacionalizações, sem que, como foi declarado, seja sua intenção atrasar de qualquer maneira o processo de privatizações.

3. Esclarecendo toda a sua posição nesta matéria, aquele dirigente do PS anunciou a disponibilidade do seu partido para considerar positivamente uma alteração da Lei-Quadro das Privatizações «que permita que os detentores primários de títulos de indemnização possam ter, parcialmente e à semelhança do que acontece com os trabalhadores ou com os (pequenos) aforradores, algum tratamento específico na privatização das empresas nacionalizadas». Uma tal proposta significa a garantia de um número determinado de acções das empresas a privatizar e a preços inferiores àqueles a que são colocadas nas operações de alienação na Bolsa de Valores. Logicamente, esta posição do PS foi de imediato acolhida com regozijo pelo CDS e pelo Governo, anunciando este último que aproveitará, certamente, o «bom senso do PS» e as sugestões do CDS para estudar e resolver o problema.

4. Desta forma, o PS - que já detinha a grave responsabilidade de, com o acordo com o PSD na revisão da Constituição, ter aberto as portas ao leilão do sector empresarial do Estado e de, até agora, não ter tido sequer uma palavra de reserva ou condenação da privatização em curso de empresas de sectores básicos e estratégicos - confessa-se agora disposto a favorecer o regresso em força dos Mellos, Champalimaud e Espírito Santo, que foram sustentáculos e beneficiários da ditadura fascista, às suas antigas empresas.

5. O PCP apela aos trabalhadores e a todos os democratas para que intensifiquem o movimento de opinião, de protesto e de luta contra o processo de delapidação de um riquíssimo património nacional que é essencial a uma estratégia de desenvolvimento conforme com os interesses de Portugal e dos portugueses e que é indispensável para fazer frente à crescente dominação da economia nacional pelo capital estrangeiro.

21 de Novembro de 1991

A Comissão Política do Comité Central do PCP



Uma entusiástica enchente no Coliseu do Porto

COMÍCIO NO PORTO

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas falaram no comício que encheu o Coliseu do Porto no passado domingo

Págs. 1 e 12/Semana

ORGANIZAÇÃO

A análise da organização do Partido e das medidas a tomar foi o tema do Encontro Nacional que reuniu no passado sábado quadros da direcção de todas as organizações do País com resultados de grande interesse para o desenvolvimento do trabalho do PCP

Págs. 8, 9, 10 e 11/Semana



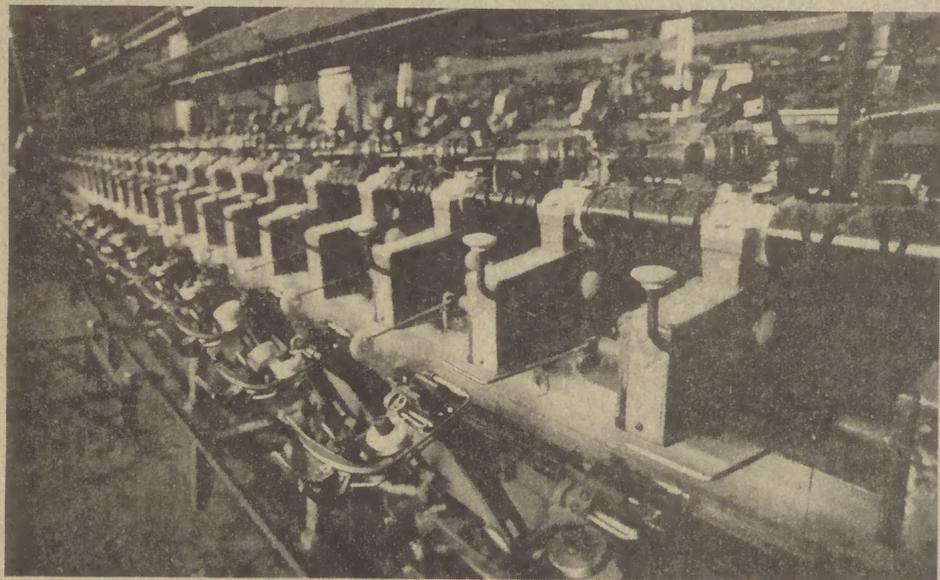
Álvaro Cunhal no debate no S. Luís, acompanhado por José Carlos Vasconcelos e José Silva Pinto

Debate com Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP participou na passada segunda-feira na primeira realização do ciclo «Portugal-Horizonte Ano 2000» promovidas no Teatro S. Luís pelo semanário «O Jornal»

Pág. 5/Semana

O vale do Ave



A CEE, a têxtil, os trabalhadores

Reportagem do «Avante!» Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

Ficção e realidade da política cavaquista

Para o cidadão português que recusa marginalizar-se no agudo contencioso político da actualidade nacional, fortemente marcada e distorcida pelo domínio cavaquista da máquina do Estado, é imprescindível distinguir as aparências de superfície das realidades em profundidade na leitura dos acontecimentos actuais.

É também essencial distinguir o que é transitório e circunstancial do que é duradouro e inalterável na conjuntura que vivemos.

Neste momento em que o eleitoralismo domina os actos e a política do Governo PSD/Cavaco Silva tais distinções são indispensáveis para o cidadão português que se quer interveniente na vida política do seu país.

É fora de dúvida que a situação portuguesa actual sob o domínio do cavaquismo governante, com as suas particularidades e especificidades, se inscreve e desenvolve numa complexa conjuntura do mundo em mudança.

Uma nova realidade está emergindo no entrelaço de poderosos factores adversos neste mundo em transe de profundas transformações e transitoriamente inflamado por um abcesso sob cuja crosta endurecida lavram alguns focos infecciosos de alto risco.

Alguns são merecedores de uma referência e de uma reflexão especiais:

- Uma economia mundial à beira da ruptura e já numa nova recessão de dimensões imprevisíveis;

- Uma grave ameaça à Paz numa zona altamente sensível do globo - o Golfo Pérsico;

- Uma exacerbação de antagonismos de natureza vária em que sobressaem os que opõem os interesses da imensa e cada vez mais diferenciada maioria dos que produzem a riqueza à reduzida minoria, dilacerada pelas rivalidades de grupo, das poderosas multinacionais, dos grandes detentores do capital e dos meios de produção a que deve agregar-se uma vasta corte de «executivos» altamente remunerados que os secundam na disputa dos mercados, na posse das fontes de matérias-primas e recursos energéticos, na conquista do lucro máximo.

São antagonismos provadamente geradores de agudos confrontos sociais, políticos, ideológicos, que marcam indelevelmente os tempos actuais e acabam por deitar por terra as figurações artificiosas da realidade objectiva.

Entretanto a realidade emergente desta contraditória conjuntura pode orientar-se para o progresso social, a Paz e a cooperação pacífica entre os povos; para a dignificação da pessoa humana e a satisfação das suas necessidades materiais e espirituais elementares; para a redução das desigualdades e injustiças sociais; para o aprofundamento da democracia nas suas múltiplas formas de expressão e para a criação de condições ambientais que garantam a sobrevivência da espécie e tornem aprazível a existência do Homem sobre a Terra.

Sob o domínio do governo pró-monopolista do PSD e de Cavaco Silva e as deformações da sua demagogia eleitoralista Portugal está presentemente em risco de distanciar-se do influxo positivo da realidade emergente e, pelo contrário, sofrer os efeitos negativos dos factores de deterioração da conjuntura actual.

A ficção da demagogia eleitoralista do Governo de Cavaco impregna e deforma as grandes questões da actualidade, social e política e do facto devem os portugueses retirar as necessárias conclusões para agir. Eis algumas das mais salientes:

Na política financeira expressa na proposta do Orçamento de Estado em discussão que hoje termina no plenário da Assembleia da República;

Na política social expressa no novo pacote laboral entregue pelo Governo à AR e na resposta de massas ao agravamento das condições de vida dos trabalhadores;

Na política económica expressa na destruição do Sector Empresarial do Estado, nas condições da aceleração do processo de integração europeia, no agravamento dos défices estratégicos da nossa economia e finanças e da nossa dependência externa, na alienação dos recursos e sectores mais rentáveis da nossa actividade económica e no deslocamento dos centros de decisão do nosso desenvolvimento económico para os círculos mais potentes do capital estrangeiro;

Finalmente, no plano institucional, nas eleições para a Presidência da República e para a Assembleia da República no próximo ano, nas programadas investidas da direita cavaquista contra a democraticidade do nosso sistema político expressas nos intentos de imposição de uma nova lei abertamente inconstitucional para as eleições autárquicas.

Na apresentação do Orçamento do Estado, de carácter eleitoralista, cujo défice se prevê superior a 600 milhões de contos, o ministro das Finanças exalta a diminuição da carga fiscal mas silencia o seu agravamento real através da tributação indirecta, a que mais atinge a massa dos portugueses menos favorecidos; dá relevo à subida das subvenções para a Saúde e o Ensino mas cala a sua gritante insuficiência para acorrer às graves carências daqueles dois sectores relevantes da administração pública; atribui exíguos aumentos ao financiamento das autarquias locais silenciando o aumento das atribuições e consequentes despesas dos órgãos de poder local sem compensações nas receitas e mesmo assim sob um critério discriminatório inadmissível de que o FEF é revelador.

No novo pacote laboral procura dar força de lei aos termos do «acordo» do CPCPS que a maior central sindical do País - a CGTP - numa decisão sancionada pela totalidade dos sindicatos aderentes e de alguns da UGT recusaram subscrever.

A resposta de massas às insuficiências salariais e das prestações da segurança social é elucidativa: no período de um mês, até ao dia 15 do mês corrente é notável a movimentação em formas variadas de vastos sectores do mundo do trabalho: na Função Pública, uma ampla acção apoiada por todos os sindicatos (CGTP, UGT e Independentes) abarcando o professorado e os Inspectores gerais do Ensino; do STAL, dos trabalhadores da CM de Lisboa; dos Quadros Técnicos do Estado, das Direcções Gerais da Contabilidade Pública e do Tesouro; dos trabalhadores dos Museus e Palácios; dos Magistrados; dos Enfermeiros; dos trabalhadores das Empresas Fabris do Estado, dos Têxteis, dos Reformados e Pensionistas, dos Jornalistas.

Na política económica, numa situação de queda dos índices da Bolsa, o Governo está entregando ao desbarato ao capital privado, particularmente ao capital estrangeiro, novas empresas nacionalizadas, como foi o caso recente da Centralcer; aceitou sem uma firme reacção a redução dos subsídios agrícolas da CEE; o défice da Balança Comercial que se elevou de 67,1 por cento - a maior taxa de sempre - de 1986 a 1989, agravou-se no mês de Agosto em 18 por cento, atingindo 756 milhões de contos. Torna-se evidente que não só a demagogia cavaquista deforma a realidade como as suas previsões cor-de-rosa de desenvolvimento e modernidade da economia portuguesa assentaram numa base movediça e profundamente instável da conjuntura actual.

Resumo

14 Quarta-feira

Carlos Carvalhas formaliza a sua candidatura à Presidência da República com a entrega de cerca de nove mil e duzentas assinaturas junto do Tribunal Constitucional ■ Basílio Horta acusa Mário Soares de, «ao não nomear um novo Governador para Macau, pretender ficar de mãos livres para nomear quem bem entender, sem ter de se defrontar, agora, com a responsabilidade da sua opção» ■ O PS lança um debate público sobre a divisão territorial através da regionalização administrativa do País ■ O líder da UGT, Torres Couto, admite, em Coimbra, ter pactuado nos últimos anos com as posições ambiciosas do sindicalista José Brandão ■ O Presidente da República reúne-se com uma delegação de deputados de vários partidos do parlamento japonês, que integram o Forum de Timor-Leste, convidando-os a visitarem Lisboa ■ O Governo apresenta aos sindicatos da Função Pública uma proposta de aumentos salariais de 13,5 por cento; contudo este valor não chega para anular a greve marcada para terça-feira ■ É fundado em Lisboa o Partido Nacional dos Contribuintes ■ A Polónia e a Alemanha assinam, em Varsóvia, um tratado que garante as fronteiras polacas na actual forma ■ O antigo ministro inglês da Defesa, Michael Heseltine, deixa claro que vai contestar o lugar de Margaret Thatcher ■ O encarregado de negócios cubanos em Luanda revela que 2016 cubanos morreram em Angola entre 1975 e 1990 ■ O exército israelita decreta o recolher obrigatório nos territórios ocupados da Faixa de Gaza e Cisjordânia ■ Um avião da Alitalia cai a uma dezena de quilómetros do aeroporto de Zurique, com 40 passageiros a bordo.

15 Quinta-feira

Sete feridos e milhares de contos em prejuízos é o balanço provisório de um incêndio que deflagra na fábrica de lubrificantes da refinaria de Leça da Palmeira, em Matosinhos ■ O Governo aprova a nova proposta de lei do Serviço Militar Obrigatório que reduz para quatro meses o tempo de serviço ■ Mário Soares chega a Macau para uma visita ao território ■ Depois de 18 meses de conversações, a NATO e o Pacto de Varsóvia dão o seu acordo de princípio ao primeiro tratado do pós-guerra sobre a redução de armas convencionais na Europa ■ Os Verdes alemães abandonam o Governo de Berlim em protesto pelo despejo violento dos habitantes de 13 imóveis degradados na parte oriental da cidade ■ Os palestinos festejam os dois anos da declaração unilateral de independência da Palestina ■ Tem início no Golfo um exercício conjunto das tropas americanas e sauditas.

16 Sexta-feira

A taxa de inflação entre Outubro de 1989 e Outubro último atingiu os 14,4 por cento, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística ■ Fernando Nogueira declara desconhecer a existência de qualquer ramificação da Operação Gládio em Portugal ■ A CGTP-IN considera que o Orçamento de Estado para 1991 apresenta um referencial de inflação (10,75) completamente irrealista ■ Inicia-se na Escola de Hotelaria do Estoril a quinta ronda negociada para a paz em Angola ■ O Presidente da República elogia em Macau o trabalho desempenhado pelo ex-governador Carlos Melancia, cuja demissão classifica como um acidente de percurso ■ O Governo de Yitzhak Shamir assina um acordo de coligação com o partido ultra-ortodoxo Agudat Israel ■ O parlamento indiano dá um voto de confiança ao Governo do primeiro-ministro Chandra Shekhar.

17 Sábado

O secretário-geral adjunto do PCP considera em Leiria que a eleição presidencial que se aproxima é uma forma de criar «o grande debate de ideias e de preparar também as legislativas» ■ Um morto e vinte e quatro feridos é o balanço do acidente ferroviário provocado por uma colisão entre uma automotora e duas viaturas de transporte da CP, nos arredores de Vendas Novas ■ O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, reafirma em Setúbal, que a não assinatura do Acordo Social e Económico foi «uma opção correcta justificada pela defesa dos interesses dos trabalhadores» ■ O Conselho Nacional do PSD decide dar liberdade total aos seus militantes para integrarem as estruturas de apoio a Mário Soares ■ O presidente Gorbatchov vê aprovado pelo Soviète Supremo o princípio das suas propostas sobre a reforma do poder central na URSS ■ George Bush, presidente dos EUA, anuncia uma série de iniciativas económicas para ajudar a Checoslováquia, incluindo um fundo no valor de 60 milhões de dólares ■ O antigo presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde anuncia a sua candidatura à Presidência da República ■ Realizam-se em Sofia manifestações antigovernamentais para exigir a demissão do governo chefiado por Andrei Lukanov.

18 Domingo

Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas participam num comício do PCP que

encheu o Coliseu do Porto ■ O Presidente da República afirma à sua chegada a Lisboa que Macau está a viver um «impressionante, espectacular e vertiginoso» progresso ■ O Iraque anuncia que vai libertar todos os reféns estrangeiros a partir de 25 de Dezembro e num período de três meses ■ Mais de uma dezena de chefes de Estado e de Governo iniciam em Paris a cimeira da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa ■ Realizam-se na república jugoslava da Bósnia-Herzegovina as primeiras eleições multipartidárias desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

19 Segunda-feira

Carlos Carvalhas reúne-se com a Comissão Executiva da CGTP-IN, para apreciar a situação e os problemas actuais dos trabalhadores ■ O PSD anuncia que vai propor a realização de um inquérito parlamentar acerca das acusações que têm sido feitas ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais ■ Os vinte e dois países da NATO e do Pacto de Varsóvia assinam em Paris um histórico acordo sobre o desarmamento convencional, que põe termo a mais de 40 anos de guerra fria ■ O parlamento francês não aprova por cinco votos uma moção de censura contra o Governo socialista de Michel Rocard ■ Um grupo de 223 membros da Câmara dos Representantes dos EUA entregou ontem ao secretário de Estado James Baker um documento a solicitar que Washington exerça influência junto de Jacarta para que o clima de terror e repressão diminua em Timor-Leste.

20 Terça-feira

A Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu aprova em Estrasburgo medidas de adaptação da agricultura portuguesa às regras comunitárias para os próximos cinco anos ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva avista-se com o seu homólogo húngaro, Jozsef Antall, com quem troca impressões sobre o evoluir da cooperação entre Portugal e a Hungria ■ As delegações do Governo de Luanda e da UNITA reunidas durante quatro dias nos arredores de Lisboa aceitam um documento relativo ao cessar-fogo em Angola ■ Rebeldes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional lançam em El Salvador uma ofensiva contra o governo, ocupando várias vilas do Norte, Centro e Leste do país ■ O Parlamento Soviético adopta uma lei que proíbe a utilização de moeda estrangeira para transacções em todo o território da URSS ■ Os EUA e a URSS chegam a acordo quanto à convocação de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para debater a crise do Golfo.

Relativamente às eleições presidenciais e visando as legislativas Cavaco acompanhado por uma corte de ministros percorre o País de lés-a-lés numa gigantesca operação de corta-a-fita, de promessas e subsídios financeiros ditados pela demagogia eleitoralista.

Apesar das declarações de Mário Soares de «antipatia» pela antecipação das eleições (legislativas) não é de excluir que na febril corrida eleitoralista de Cavaco estejam horizontes de antecipação do acto eleitoral se nas suas previsões isso for mais vantajoso para os seus objectivos de nova conquista da maioria absoluta pelo PSD, que ele considera essenciais para os próximos quatro anos de legislatura para levar até ao fim as suas celebradas «formas de estrutura».

Exaltando a «Solidariedade Institucional» que fundamenta a decisão do PSD de apoiar a candidatura de Mário Soares, Cavaco Silva sonha alcançar além de um governo, e de uma maioria parlamentar, um presidente que possa promover um novo «bloco central» desta vez sob a hegemonia do PSD.

O PCP que tem uma justa visão da ficção e das realidades da situação política actual e da acção do Governo, desenvolve uma vasta gama de iniciativas sob os terrenos mais diversos para travar o passo à hegemonia política da direita, para derrotar a direita nas eleições legislativas, para abrir caminho ao entendimento e à convergência entre as forças democráticas visando uma alternativa democrática viável ao Governo e à política do cavaquismo governante.

O Encontro de Quadros para a Organização do Partido nas novas condições, na sequência de numerosas reuniões, plenários e assembleias de organizações, as declarações públicas de Álvaro Cunhal no programa Primeira Página da RTP e na Conferência «Portugal horizontes ano 2000», organizada pelo «Jornal», a pré-campanha do candidato comunista, Carlos Carvalhas, secretário geral-adjunto do PCP, e as suas declarações públicas em sessões, comícios e contactos com a população, evidenciam um Partido vivo, activo, consciente do seu papel e do valor da sua indispensável intervenção nas grandes batalhas políticas da hora actual.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa Capital social: 15 000 000\$00 CRC matricula: 47059 NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Rua de São Bernardo, 14 1200 Lisboa. Tel. 67 01 93/7

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93 Porto - Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto R. Miguel Bombarda, 578 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

Composto e Impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Orçamento do Governo divorciado do País

Encerra hoje na Assembleia da República o debate na generalidade das propostas de lei relativas ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano (GOPs) para o ano de 1991, cumprindo-se assim a primeira fase de um calendário parlamentar no qual se inscreve a partir de agora, e até Dezembro próximo, a discussão das propostas de alteração em comissão especializada.

Iniciado terça-feira, o debate teve a antecedência um episódio protagonizado entre as bancadas do PS e do PSD, cada qual a reivindicar para si, numa disputa perfeitamente extemporânea, o papel de percussores no processo de esclarecimento sobre os perdões fiscais decididos por Oliveira e Costa, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, uma matéria em relação à qual — e isso seria escamoteado por ambos não fosse a chamada de atenção de Carlos Brito — foi o PCP, afinal, o primeiro a lançar o alerta público para a existência de eventuais faltas de transparência, rigor e equidade.

Mas a manhã do primeiro dia de trabalhos será ainda marcada por um outro facto, este sim de natureza política, que se pode reputar da maior gravidade, como observou em conversa com o «Avante!» o deputado comunista Octávio Teixeira.

Referimo-nos a uma afirmação do líder parlamentar socialista, António Guterres, logo vibrantemente apoiada pelo CDS, em que este manifesta a disponibilidade da sua bancada para estabelecer um consenso com o PSD no sentido de serem oferecidas condições especiais aos ex-monopolistas para concorrerem às privatizações, na linha das condições de aquisição mais vantajosas que têm sido dadas aos trabalhadores.

Privatizações que acabariam por ser um dos temas que maiores críticas suscitou por parte da bancada comunista, pelo que representam de obstrução a uma estratégia global de modernização da economia portuguesa e da sua inserção activa na divisão internacional do trabalho.

Esta questão seria de resto minuciosamente tratada por Octávio Teixeira, numa intervenção inicial onde dissecou amplamente as propostas-de-lei em debate, cabendo-lhe nomeadamente a desmontagem dos «sofísticos princípios», assim lhes chamou, que têm sido apresentados pelo Governo para justificar o processo de privatizações.

E começou justamente por lembrar que a privatização incide sobre empresas fortemente lucrativas, o que nega o argumento dos prejuízos, do mesmo modo que a transferência de empresas para o capital estrangeiro (BTA e Aliança Seguradora são disso exemplo) deita por terra a alegada «defesa dos legítimos interesses nacionais», assim como a anunciada «transparência e rigor», tão insistentemente invocados momentos antes pelo ministro das Finanças, é escandalosamente desmentida quando é publicamente declarado que a Tranquilidade vale mais 11 milhões do que o preço por que foi alienada.

A ausência de uma estratégia global de desenvolvimento e a permanência de políticas discriminatórias no acesso afectivo aos fundos comunitários e aos correspondentes subsídios orçamentais, patentes no Orçamento e nas GOPs, constituem uma segunda ordem de razões apontada por Octávio Teixeira como susceptível de acentuar o atraso estrutural da nossa economia, pondo assim em evidência o divórcio existente entre o Governo do PSD e as necessidades e interesses do País.

Passando em revista todas as grandes áreas em debate, objecto de intervenções próprias de outros deputados da bancada comunista (Ilda Figueiredo, António Filipe, João Camilo, Lino de Carvalho e Jerónimo de Sousa), Octávio Teixeira criticou ainda o Governo por apresentar uma previsão de inflação fortemente subavaliada, «na linha dos espectaculares falhanços das previsões macroeconómicas do Governo PSD» e por promover o efectivo agravamento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho ao mesmo tempo que reduz a taxa de imposto sobre os lucros.

Fortemente verberado foi ainda, por outro lado, o facto de as dotações para a Educação e Saúde serem em termos reais inferiores às do ano corrente e de o Orçamento «virar ostensivamente as costas — as palavras são do deputado do PCP — a cada vez mais grave problema da habitação social».

Alvo de crítica, no plano dos investimentos públicos, foi por sua vez o arrastamento de obras e projectos no valor de 70 milhões de contos e o «eleitoralismo intrínseco às acções dotadas com verbas ridículas».



Ponto alto no momento político No Porto milhares disseram «Portugal pode ser melhor»

Um Coliseu do Porto com milhares de pessoas acolheu um comício que no passado domingo constituiu um dos pontos altos do momento político agora vivido pelos comunistas portugueses, onde a crítica ao Governo PSD e as importantes batalhas eleitorais que se avizinham foram alguns dos temas centrais das intervenções de fundo apresentadas por Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas, numa análise da situação política e social que foi igualmente acompanhada pela intervenção de Emídio Ribeiro, da DORP e da Comissão Executiva do PCP, que destacou particularmente os efeitos que a política de direita do Governo tem provocado nas classes trabalhadoras do distrito do Porto. Excertos destas intervenções são publicados nas páginas seguintes deste número do «Avante!», numa

referência a este acontecimento onde uma saudação da JCP foi lida aos presentes por Raquel Branco, a fazer apelo à acção concreta para a construção de uma sociedade mais justa onde os jovens possam ser felizes.

O empenhamento do PCP na procura da convergência e unidade das forças democráticas para a construção de uma alternativa ao Governo e à política de direita, dando resposta aos graves problemas com que o País se defronta e correspondendo às mais profundas aspirações do povo português, foi uma das mensagens deixadas por este comício na cidade invicta, inserido num trabalho de esclarecimento, mobilização e intervenção do PCP, na perspectiva de uma ampla movimentação social contra a política de direita e tendo como pano de fundo os actos eleitorais de 1991. ➔



Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal

Estamos rompendo o caminho difícil mas possível que poderá conduzir a uma alternativa democrática

A justeza e necessidade da apresentação da candidatura presidencial do PCP; a demonstração de todo o Partido estar unido na batalha que Carlos Carvalhas trava como candidato do PCP e a possibilidade de com esta candidatura se abrir caminho a uma alternativa democrática à política de direita foram três aspectos destacados na intervenção de Álvaro Cunhal no comício no Porto da qual publicamos alguns extractos.

(...)

O acolhimento que acaba de ser feito a Carlos Carvalhas constitui uma consciente e calorosa expressão de apoio a três decisões tomadas pelo Partido em relação às eleições presidenciais.

Creio interpretar com rigor esse acolhimento como significando uma segura opinião sobre as três decisões tomadas.

Primeiro: que foi justo e necessário que, na conjuntura política existente, o PCP tivesse apresentado um candidato seu nas eleições à Presidência da República.

Ninguém compreenderia de facto que a voz do PCP não se fizesse ouvir. Ninguém compreenderia que a mensagem do PCP, com a sua análise da situação e as suas propostas, não chegasse ao povo numa pré-campanha e numa campanha que durante mais de dois meses centralizam grande parte das atenções e dos acontecimentos da vida política nacional.

A candidatura do PCP está presente e com a candidatura a afirmação e a intervenção do PCP, aliado a numerosos democratas de outras formações políticas e independentes, **numa mensagem necessária e indispensável tanto para a melhor compreensão do que está em causa nas presidenciais, como para apresentar perspectivas de evolução ulterior da situação política.**

Segundo: que foi correcta e acertada a escolha para candidato do camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do nosso Partido.

A sua actuação, o apoio geral e caloroso dos militantes e de numerosos democratas de outras tendências e independentes, a simpatia e acolhimento favorável na opinião pública, comprovam o acerto de tal designação. **Todo o Partido está com a candidatura, todo o Partido está com Carlos Carvalhas na batalha que trava como candidato do PCP.**

Terceiro: que, ao apresentar uma candidatura própria, o Partido tem em vista, para além das eleições presidenciais, abrir caminho a uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.

Isto não significa que subestimemos a importância das eleições presidenciais. Mas a situação apresenta-se desde já com clareza suficiente para formar um juízo acerca do resultado. Clareza suficiente, porque tudo indica que, mais 10 menos 10 por cento, mais abstenção ou menos abstenção, mais votos nulos ou menos votos nulos, **a não surgirem grandes acontecimentos actualmente imprevisíveis, Soares com o apoio do PS e do PSD tem assegurada a eleição.** Clareza suficiente, porque ao contrário do que sucedeu com as candidaturas de Soares Carneiro e Freitas do Amaral (que constituíram sérios riscos de vitória da direita impulsionada por uma dinâmica de violência e um plano revanchista e totalitário) **nestas eleições o regime democrático não está em perigo.**

Estas circunstâncias dão particular importância (na batalha política que se desenvolve em torno das eleições presidenciais) à projecção das campanhas e dos resultados das presidenciais nas próximas eleições legislativas.

Essa é uma linha de força da acção do nosso Partido, como aliás está sucedendo com todos os outros partidos. Não há dia nenhum em que o não digam. Mas parece que alguns só repararam quando somos nós a dizê-lo.

(...)

Não seria realista pensar que a nossa candidatura está em condições de ganhar as eleições. Não está ainda decidido se se deve ir ou não até ao voto. Manifesta-se com vigor uma tal vontade; mas não devemos deixar cristalizar ideias e posições. Uma vez mais interessa sublinhar que, não indo Carvalhas ao voto, isso não significa apelarmos ao voto em Soares. Mas vejamos como decorre a campanha para que a nossa decisão seja a mais acertada. Mesmo porém não podendo ser nosso objectivo na actual correlação de forças a eleição de Carlos Carvalhas, **importa dizer que se por vontade do povo fosse eleito teria todas as condições para ser um Presidente da República digno de Portugal e dos portugueses.**

(...)

Sendo objectivo político central na conjuntura presente (que o nosso Partido coloca ao povo português) pôr fim à política do Governo PSD/Cavaco Silva e alcançar uma alternativa democrática, quase não necessitamos de dizer que **a direcção fundamental do nosso combate em todas as frentes e formas da nossa intervenção é contra a direita, contra o Governo de direita, contra os partidos de direita.** E que, nesse combate, **temos como objectivos importantes, a unidade dos trabalhadores, o desenvolvimento de frentes sociais de luta, a convergência e sempre que possível o acordo e a acção comum dos partidos e outras forças democráticas.**

Temos de esclarecer incansavelmente o povo português da natureza e consequências da política do Governo PSD de Cavaco Silva e da situação a que conduz Portugal se a ela não se põe cobro antes de realizar todos os seus planos.

A substituição do Governo do PSD/Cavaco Silva por um Governo democrático constitui pois um objectivo e uma tarefa central no momento presente.

Uma breve anotação de aspectos mais significativos da actuação do Governo relativamente à restauração dos grupos monopolistas, à agricultura, à situação social, à democracia política, à independência nacional, justifica inteiramente esta conclusão.

(...)

O nosso Partido expressou publicamente o seu apoio à decisão da CGTP de dizer não ao Pacto Social e às razões que conduziram a tal decisão.

Executivo, Conselho Nacional e Plenário dos Sindicatos intervieram para decidir e decidiram segundo o seu funcionamento normal e democrático. A decisão é da CGTP. É a decisão da CGTP que apoiamos.

De facto, na nossa análise, apesar de na negociação o Governo e o patronato terem sido obrigados a importantes concessões, vários princípios firmados no Acordo (entre eles a contenção dos salários a um nível inaceitável, despedimentos por inadaptação, flexibilização dos horários de trabalho com a introdução do conceito de «duração efectiva» e a possibilidade de ultrapassar o tempo médio sem pagamento de horas extraordinárias, a introdução de períodos experimentais, a contenção da intervenção dos trabalhos na contratação colectiva) justificam plenamente o não da CGTP.

(...)

A UGT assinou com o Governo e o patronato. Juntou com tal decisão novos elementos ao seu descrédito aos olhos dos trabalhadores. Não somos só nós que o dizemos. Na própria UGT, além de outras coisas desprestigiadas que por lá se passam, se levantou uma onda de protestos contra tal assinatura.

As cerejas

Entre outras coisas, um Governo produz Decretos-Lei. É o que faz o executivo de Cavaco Silva e ninguém acha isso estranho.

Um Decreto-Lei serve, como lho indica o nome, para produzir legislação sobre determinada matéria, regulamentando-o com o imperativo da legitimidade legal. É o que faz o Decreto 358/90, publicado no passado dia 10 e explicado pelo «Expresso» como permitindo «que a consignação de empreitadas para o Ministério da Saúde possa ser feita sem visto do Tribunal e que enquanto não estiverem concluídas as formalidades conducentes à produção de efeitos financeiros, poderá proceder-se a pagamentos, os quais serão liquidados a título de adiantamento».

É aqui que toda a gente acha estranho — até o «Expresso».

Em primeiro lugar porque esta legislação, aprovada em Conselho de Ministros em Setembro passado, «se estivesse em vigor (como também reparou o «Expresso») quando a ex-ministra da Saúde comprou o Hospital de S. Francisco Xavier, não impenderia sobre Leonor Bezeza a acusação de ter feito a aquisição e avançado pagamentos sem o necessário visto do Tribunal de Contas».

Mas, como igualmente deu conta o referido semanário, «além do apoio moral à actuação da ex-ministra, o Decreto pode, segundo as nossas fontes, constituir um importante argumento jurídico. O princípio da aplicação retroactiva da lei penal mais favorável poderá ser invocado, pelo que a defesa da ex-ministra argumentará, se necessário, que Bezeza está a ser acusada por uma actuação que hoje é legalmente permitida».

Dá perfeitamente para perceber, mesmo sem o concurso das misteriosas «fontes» do «Expresso».

É estranho, ainda, este Decreto-Lei, por vir, literalmente, legalizar a argumentação que a ex-ministra utilizou na altura em que se defendeu das acusações que sobre ela impendem.

O que levanta novas questões, atrás umas das outras como as cerejas.

Cereja um, o Governo transformou a sua prerrogativa legislativa em chafarica de autoconsumo ao produzir chapéus de chuva retroactivos — uma excentricidade, aliás, que persegue o prodígio de encontrar abrigo para a chuva no molhado.

Cereja dois, o Governo desconhece o povo em nome do qual governa e que há séculos avisa que quem anda à chuva, molha-se.

Cereja três, o Governo há quatro anos que brinca aos dilúvios, sem se lembrar que até da chuva tem medo.

Cereja quatro, está explicada a escolha governamental de Vasco Graça Moura para a presidência das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Cereja cinco, Miguel Cadilhe é mais inteligente que Leonor Bezeza porque, assisadamente, soube tratar dos passivos enquanto estava no activo.

Cereja seis, Leonor Bezeza é mais inteligente que o Governo de Cavaco Silva porque, mesmo fora dele, continua a governá-lo.

Cereja sete, o arquitecto Tomás Taveira é mais inteligente que Leonor Bezeza porque, na história dos 100 000 contos do Júlio de Matos, quem se governou foi ele.

Cereja oito, o arquitecto Tomás Taveira é mais inteligente que o Governo de Cavaco Silva.

Cereja nove, o Governo de Cavaco Silva é menos inteligente que o arquitecto Tomás Taveira, que a ex-ministra Leonor Bezeza e que o ex-ministro Miguel Cadilhe.

Cereja dez, é fruta a mais, e ainda por cima podre. Aguardam-se, entretanto, novas iniciativas legislativas do executivo que atendam às necessidades de todos os presentes e ausentes.

Costa Freire, por exemplo, tem todo o direito de exigir, no mínimo, uma portaria.

Os milhões dos fundos comunitários já aguardam a sua leizita para, de cara levantada, exibirem à luz democrática o seu sumiço legal.

Quanto ao Governo, ainda havemos de vê-lo a querer continuar a brindar o País com a sua eficácia, transparência e progresso.

Obviamente, já por Decreto.

Com certeza, A Bem da Nação.



PCP

«Foi justo e necessário que, na conjuntura política existente, o PCP tivesse apresentado um candidato seu nas eleições à Presidência da República.»

«Todo o Partido está com a candidatura, todo o Partido está com Carlos Carvalhas na batalha que trava como candidato do PCP.»

«A direcção fundamental do nosso combate é contra a direita, contra o Governo de direita, contra os partidos de direita.»

«Ao apresentar uma candidatura própria, o Partido tem em vista, para além das eleições presidenciais, abrir caminho a uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.»

A CGTP-IN é a grande central sindical dos trabalhadores portugueses. É uma poderosa força organizada dos trabalhadores que, pela luta dos trabalhadores que promove e dirige, por toda a sua intervenção na vida nacional, se tornou por direito próprio um valioso elemento integrante do regime democrático português e do funcionamento das instituições.

As invenções, a intriga, a calúnia, mesmo que lançadas como grandes notícias sensacionais por certos órgãos de comunicação social, não destroem esta força magnífica dos trabalhadores, do povo, da democracia.

Por tudo isso aproveitamos aqui a ocasião para reiterar, à direcção colegial, democrática e unitária, aos dirigentes e às estruturas da CGTP, ao movimento sindical no seu conjunto, aos sindicatos e seus dirigentes, aos trabalhadores independentemente das opiniões políticas e crenças religiosas, as saudações e o apoio do PCP à sua unidade e à sua luta pelos seus justos interesses e direitos.

E sublinhar que pela nossa parte acompanhamos, com compreensão do seu significado profundo, a palavra de ordem tão querida dos trabalhadores: «C-G-T-P — Unidade Sindical».

Camaradas:

Por todas estas razões, a substituição do Governo de direita entrou na ordem do dia e as condições amadurecem para que tal substituição se concretize.

O nosso Partido desenvolve a nossa acção em múltiplas direcções: a movimentação social, a acção na Assembleia da



República e nas Autarquias, as iniciativas políticas, sociais e culturais e a luta eleitoral.

Temos de desenvolver e conjugar todas elas.

Mas tem de sublinhar-se que as eleições de 1991 oferecem ao povo português e às forças democráticas uma preciosa oportunidade para pôr fim à política de direita e para uma viragem democrática na política nacional.

As eleições presidenciais, pelo seu resultado previsível não significarão por si uma tal viragem. Mas desde logo apresentam (como particularidade que lhes confere como significando a evidência do enfraquecimento da direita) a incapacidade da direita de arriscar-se sequer na pretensão de ganhar as eleições fazendo eleger um candidato pertencente aos seus partidos e que directamente represente.

A grande oportunidade surgirá com as eleições para a Assembleia da República. Como já antes referimos, todos os partidos sem excepção, quando intervêm na campanha das eleições presidenciais, têm ao mesmo tempo na mira as legislativas. O nosso também.

Dizemos que as eleições legislativas apresentam uma grande oportunidade para uma viragem democrática. Mas a viragem democrática não depende apenas de se colocarem o PSD e o CDS em minoria na Assembleia da República e de os partidos democráticos (nomeadamente o PCP e o PS) alcançarem em conjunto a maioria.

Tendo os partidos democráticos alcançado em conjunto

a maioria, a viragem depende da convergência dos partidos democráticos (nomeadamente PCP e PS) da intenção, da vontade e da decisão de constituírem uma base de apoio institucional comum para a formação de um Governo de alternativa à direita.

Podemos dizer que essa é a única hipótese, provável, real e credível de uma alternativa à direita, de formação de um Governo democrático com uma política democrática a partir das eleições legislativas de 1991.

O nosso Partido tem o seu próprio Programa, os seus próprios objectivos, as suas próprias propostas. A contribuição do nosso Partido para uma alternativa democrática não poderia traduzir-se na transformação do PCP em muleta da política e de um Governo do PS. Não somos um partido menor nem um partido marginável ou subalternizável na vida nacional. Propomos ao povo a nossa política e as nossas soluções e procuramos o apoio do povo para elas. Mas estamos sempre prontos a examinar com as outras forças democráticas (nomeadamente com o PS) a possibilidade de convergência, entendimento, acordos e plataformas com vista a tal alternativa.

E uma coisa se torna cada dia mais certa: que a possibilidade da convergência democrática e de uma alternativa é directamente proporcional à força, à influência e à representação do PCP na Assembleia da República, tal como nas autarquias.

A convergência democrática e uma alternativa democrática serão tanto mais prováveis na sequência das eleições legislativas de 91, quanto mais votos o PCP alcançar, quanto mais deputados do PCP forem eleitos.

Estamos ainda na campanha para a Presidência da República. Mas estamos já apontando os nossos esforços para que tal resultado venha a ser alcançado.

Temos condições para isso se continuarmos convictos, unidos, ligados aos trabalhadores e às massas, sempre no combate, sempre coerentes, sempre com confiança revolucionária no futuro.

(...)

A crescente dinâmica do nosso Partido que se está verificando, com numerosíssimas e diversificadas iniciativas de norte a sul do País, em que se vai destacando a campanha de Carlos Carvalhas, mostra que estamos rompendo o caminho difícil mas possível que poderá conduzir a uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.

A comunicação social controlada pelo Governo não dá nota da intensíssima actividade do Partido. Prefere transformar em principais notícias relativas ao PCP, puras invenções e intrigas e a multiplicação de entrevistas e declarações de alguns poucos que de há tempos para cá só aparecem (e aparecem para combater o Partido) quando o Partido está a avançar. Mas nem o silenciamento, nem as frechadas venenosas de alguns impedem que o Partido trabalhe, lute, avance com a elevada consciência política, a vontade e a determinação do nosso grande colectivo partidário e com largo apoio nas massas trabalhadoras, nos agricultores, nos intelectuais, nas mulheres, na juventude, nos reformados, nas populações que compreendem que este Partido, tal como é e tal como quer ser, é indispensável para a defesa dos seus interesses e direitos, para a defesa do povo e do País, para a defesa da democracia e da independência nacional.

Despedimentos e instabilidade

Emídio Ribeiro foi um dos oradores do comício do Coliseu do Porto referindo de forma particular a situação social e laboral vivida no distrito, com relevo para os sectores têxtil e metalúrgico e para as lutas dos trabalhadores. Também o trabalho do Partido no grande Porto fez parte da intervenção deste membro da Comissão Executiva Nacional do PCP.

(...) É grande slogan do Governo — a estabilidade, o desenvolvimento económico, o progresso social, a paz social! Mas vejamos:

É tudo isto que está a suceder, por exemplo: com a indústria têxtil no distrito e em particular no Vale do Ave? Todos sabemos que o não é.

Há anos que o PCP e os trabalhadores têxteis defendem e propõem medidas para este sector do qual dependem dezenas e dezenas de milhares de pessoas do distrito do Porto. E nada entretanto foi feito.

(...) Agora anuncia-se que só no Vale do Ave mais de 20 000 trabalhadores estão ameaçados com o desemprego, ao mesmo tempo que por outro lado se assiste a uma escandalosa ostentação de riqueza por parte do patronato. Mais de 6 mil trabalhadores têxteis do distrito do Porto ou já perderam o seu emprego ou paira no imediato sobre eles o espectro do desemprego. A Fiação de S.^o Tirso — faliu — 800 trabalhadores foram para a rua. A Hortas, também em S.^o Tirso com 1000 trabalhadores está em pré-falência. A

Nacitex (Matosinhos), com 600 trabalhadores está paralisada. A Wandshneider (Valongo), de 600 trabalhadores, só cerca de 60 estão a trabalhar.

Encerramento de empresas

(...) Mas passemos ao Sector Metalúrgico. É uma política de desenvolvimento o que se está a passar neste sector no distrito do Porto?

Encerram-se importantes empresas, que todos conhecemos, como a Equimetal, a Mário Navega, a Leão. Desmantelam-se, desmembram-se e ameaçam-se de encerramento outras como a UTIC e a Sonafi. Reduz-se a produção e postos de trabalho na Siderurgia por imposição estrangeira. Ou como na Facar, que quando tomou posse este Governo em 1987, trabalhavam lá 1058 trabalhadores e hoje só estão no activo 220, porque por trás estão interesses imobiliários especulativos, e entretanto, este ano só até Outubro isso já levou a que tivessem de ter sido importadas 9000 toneladas de tubo do estrangeiro que no fundamental podiam ter sido asseguradas

por esta empresa. É isto uma política de defesa do interesse nacional?

É progresso social? É estabilidade? Que, só em 14 das maiores empresas metalúrgicas do distrito, desde que Cavaco Silva é Primeiro-Ministro, tenham sido perdidos mais de 3000 trabalhadores activos! Ou, que só no ano de 1989, em 42 empresas, como denunciaram esta semana os metalúrgicos comunistas do Porto, se tenham verificado 2800 acidentes de trabalho com 7 casos mortais, acarretando a perda de mais de meio milhão de horas de trabalho!

Mas para aplicação desta política, e no sentido de assegurar a paz social que o Governo tanto apregoa e desejaria, não é de admirar que se limitem e violem crescentemente, em centenas de empresas do distrito, as liberdades e direitos dos trabalhadores, aumente a repressão, nomeadamente sobre os seus activistas e dirigentes, como ainda anteontem sucedeu numa empresa cujo «patrão actual» é o próprio Governo — os Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto em que foram suspensos dois trabalhadores activistas.

A luta

A esta situação os trabalhadores têm respondido como sempre têm feito — através da luta. Lutam contra a repressão

sindical, como na CNB/CAMAC e na Oliveira Ferreirinha; lutam pela redução do horário de trabalho, obtendo já importantes conquistas, como recentemente no sector conserveiro e em dezenas de outras empresas; lutam por melhores condições salariais como na Monteiro Ribas, na EFI, na Soares da Costa, na Feruni, nos STCP, na Função Pública que já impôs um importante recuo ao Governo; lutam pela defesa do emprego, como os têxteis do Vale do Ave (...).

A DORP do PCP ao realizar no próximo fim-de-semana, aqui no Porto as Jornadas Regionais sobre o Orçamento com deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto, tem por objectivo dar uma contribuição para que o Grupo Parlamentar do PCP, no debate do Orçamento na Assembleia da República, se bata por alterações que defendam os interesses desta região e das suas populações (...).

Para terminar, camaradas e amigos, duas palavras sobre o Partido no distrito do Porto.

(...) Diversas reuniões, Plenários e Assembleias de militantes realizaram-se e muitas outras estão em preparação como por exemplo as Assembleias das Organizações Concelhias de Matosinhos e Gondomar marcadas para o próximo dia 1 de Dezembro. Igualmente, a Direcção da Organização Regional do Porto, de-



pois de proceder no seu seio a um amplo e democrático debate, decidi tomar importantes decisões no que se refere à sua estrutura de trabalho de direcção e à composição dos seus organismos executivos.

Nesse sentido, tomou um conjunto de medidas que visam uma maior descentralização e a responsabilização de um número mais vasto de quadros; decidi igualmente reforçar o trabalho em importantes sectores, nomeadamente junto da classe operária e dos trabalhadores, bem como do sector intelectual; ao mesmo tempo face à necessidade de um maior aprofundamento dos grandes problemas regionais tomou medidas para o reforço do sector de actividades económicas, do desenvolvimento regional e das questões da CEE.

São um conjunto de medidas de direcção com o espírito e o propósito de reforçar o papel do PCP na vida do distrito do Porto.

Não nos admiramos, que no momento em que vivemos, haja quem se proponha como tarefa precisamente o contrário. Lamentamos esses procedimentos e tudo faremos para prosseguir com serenidade e confiança o caminho que decidimos traçar.

Vem isto a propósito de notícias veiculadas por um órgão da comunicação social acerca das decisões recentemente tomadas pela DORP.

Dessas decisões os militantes serão devidamente informados e intervirão com a sua opinião e trabalho para que elas possam ser aplicadas com êxito, reforçando o Partido no distrito do Porto. (...)

PCP

Carlos Carvalhas

Candidatura do PCP é afirmação serena mas cheia de consequências e de projecção para o futuro

Camaradas e amigos

Para todos que, com a sua presença neste comício, aqui vieram manifestar o seu interesse e apoio à intervenção geral do PCP e à sua candidatura às eleições presidenciais, as minhas calorosas saudações com a reafirmação clara de que, nesta campanha, é ponto assente que daremos expressão firme às vossas preocupações, aspirações e anseios, à vossa incomparável fidelidade aos grandes ideais da democracia e do progresso social.

Passado menos de mês e meio sobre a Declaração de apresentação da candidatura do PCP, creio ser hoje indubitável a sua necessidade, a sua objectiva justificação e o relevante papel que é chamada a desempenhar na conjuntura política actual e no quadro muito específico destas eleições presidenciais.

De facto, o próprio desenrolar destas seis semanas de pré-campanha já chegou para pôr em evidência que, sem a candidatura do PCP, o panorama das candidaturas revelaria não apenas a conhecida falta de comparência, com o seu próprio rosto e todas as suas reais ideias e orientações, do principal partido de direita e do partido do governo mas também a absurda ausência da corrente política e ideológica - o PCP - que mais coerentemente e mais persistentemente se tem oposto à política de direita e dirigido e organizado, no essencial, a resistência a essa política retrógrada, conservadora e antipopular.

De alguma forma, se pode dizer que numas eleições em que a principal e mais perigosa força de direita se esconde, infiltra e mistura para obter um tempo de tregua e de impunidade política, faltando uma candidatura do PCP faltaria quem rejeitasse o sofisma e desmascarasse a operação e trouxesse à luz do dia e ao centro do debate a condenação da política de direita e a necessidade de uma alternativa democrática.

A candidatura do PCP, a candidatura que o PCP entendeu confiar-me, é, como temos assinalado, a natural afirmação da nossa identidade política e ideológica, da nossa autonomia e independência de pensamento, de projecto, de acção e de opção, é a afirmação serena mas cheia de consequências e de projecção para o futuro. Que se desiludam e se desenganem todos quantos imaginarem os comunistas portugueses e o seu partido como uma força marginal no debate político, arredada das soluções institucionais, condenada a ser ou uma massa invertebrada para apoio a outras forças ou um mero núcleo de contestação sem capacidade de iniciativa e proposta própria.

A candidatura do PCP não é apenas uma forma de testemunhar genericamente que o PCP existe e que conta, mas também, o que é mais, a clara demonstração, no terreno das eleições presidenciais, de que temos uma concepção sólida e articulada sobre a função do P.R. no sistema constitucional português, sobre as características e orientações que, em nosso entender, devem, no interesse do povo e da democracia, do país, marcar o próximo mandato presidencial, sobre os grandes valores e objectivos que devem inspirar o exercício dos poderes e competências do Presidente da República no próximo quinquénio.

E, a este respeito, creio ser oportuno sublinhar que, para além de um resultado final que se adivinha antecipadamente simplificado e para além das opções e decisões que, a seu tempo, o PCP e a sua candidatura adoptarão, ninguém deve perder de vista que uma ampla irradiação da nossa mensagem, um forte movimento de opinião em torno das concepções, ideias e valores que temos vindo a defender, não só não poderá ser desprezado e ignorado, como tem condições para condicionar e influenciar a evolução da vida política nacional e a acção dos seus principais protagonistas.

Face a certas tendências, deliberadas ou inocentes, para descaracterizar a nossa candidatura e deformar os objectivos fundamentais da nossa intervenção, quero aqui deixar bem claro que, como até aqui, o núcleo essencial da nossa intervenção e da nossa mensagem será, não a crítica sistemática ou a marcação cerrada ou obsessiva ao que dizem ou propõem outros candidatos, mas a defesa de um exercício presidencial activo e interveniente, que potencie os respectivos poderes ao serviço dos interesses populares e nacionais, que não dificulte a concretização prática do princípio da alternância democrática, que seja coerentemente inspirado pelos princípios e valores constitucionais e pelo imperativo de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, que insira a magistratura presidencial na dinâmica colectiva e nacional de que Portugal carece para enfrentar os desafios internos e externos dos anos 90.

A par disso, queremos também reafirmar que não tencionamos ceder à tentação ou às alegadas vantagens de uma «política-espectáculo» sustentada em agressividades tão escusadas quanto por vezes fingidas, em lances pré-fabricados de polarização e dramatização ou em qualquer campeonato sobre quem grita mais alto ou mais ofende, tudo coisas que podem ser muito vistosas mas que em grande medida se podem destinar a encobrir a falta de razão ou a falta de ideias.

Em contrapartida, na máxima medida das nossas forças e capacidades, não fundamentalmente as forças e capacidades do candidato, mas as forças e capacidades do PCP, de todos nós, de todos os que se reconhecem no ideário e nos valores democráticos que procuramos servir, não abdicaremos:

- de fazer escutar nesta batalha eleitoral a referência viva e rigorosa aos graves e numerosos problemas que marcam o nosso viver colectivo, enquanto povo e enquanto nação;

- de fazer repercutir no debate político as carências, as preocupações, as angústias que estão vivas na vida quotidiana e na consciência social;

- de dar voz aos que sofrem as amargas consequências de uma sociedade ainda dramaticamente marcada pelas injustiças, exclusões e desigualdades sociais;

- de prestar solidariedade a todos quantos lutam em defesa dos seus legítimos interesses e direitos e, rejeitando o conformismo e a resignação, se batem por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, segurança no emprego, valorização profissional, mais respeito e salvaguarda das suas regalias e conquistas;

- de promover a defesa e a revalorização das grandes transformações socioeconómicas realizadas pela revolução democrática e de luta pelas novas reformas democráticas - regionalização, na saúde, no ensino, na justiça, na administração pública - que são indispensáveis para o progresso e a modernização do país;

- de protagonizar a luta por um verdadeiro projecto de desenvolvimento económico e social, necessariamente aferido não pela velocidade de concentração de riqueza em poucas mãos mas pela satisfação das aspirações de bem-estar, realização profissional e cidadania plena dos portugueses;

- de reclamar um novo e mais activo papel de Portugal na sua relação com a Europa e o Mundo assente numa contribuição activa e solidária com essas grandes causas da civilização humana que



«Sem a candidatura do PCP, o panorama das candidaturas revelaria não apenas a conhecida falta de comparência, com o seu próprio rosto e todas as suas reais ideias e orientações, do principal partido de direita e do partido do Governo mas também a absurda ausência da corrente política e ideológica — o PCP — que mais coerentemente e mais persistentemente se tem oposto à política de direita»

são o desarmamento e a paz, a justiça e o desenvolvimento, o combate a todas as formas de dominação e opressão, o sagrado direito à liberdade e independência dos homens, dos povos e das nações.

A candidatura do PCP, em resultado da afirmação do seu projecto, orientação e valores de que se reclama, opõe-se, distancia-se, demarca-se e diferencia-se naturalmente de outras candidaturas.

Assim, estamos em posição de frontal antagonismo com a candidatura de Basílio Horta, candidatura de direita que visa fundamentalmente explorar em favor futuro do CDS a ausência de uma candidatura do PSD mas, ao mesmo tempo, candidatura que, por cálculos eleitoralistas, também se inibe de críticas à política do governo, e procura fazer uma espécie de pesca de arrasto de votos, tendo como pontos cardeais um forte reacção, o revivalismo seródio da AD de triste memória, as tiradas de grosseiro anticomunismo, o ódio e o ressentimento com os resultados do 25 de Abril e designadamente com a descolonização, matéria em que procura responsabilizar a democracia portuguesa por traumas e dramas cuja responsabilidade pertence em exclusivo ao regime fascista e ao colonialismo e às forças que, depois do 25 de Abril, manobraram contra o processo de descolonização. Tirando isto, que é o essencial, no discurso de B. Horta apenas sobra a cópia ostensiva de um conjunto de ideias e de opiniões avançadas pela minha candidatura designadamente as relativas ao apagamento e enfraquecimento verificado no último mandato do órgão de soberania Presidente da República, a rejeição dos consensos amorfos e baseados no vazio, as súbitas reservas a avanços na integração política na CEE e a crítica ao federalismo, os protestos contra as injustiças sociais que, na boca de um clássico ex-ministro de governos de direita, só podem soar a demagogia e hipocrisia.

O facto de, em imitação do que disse Soares Carneiro em 1980, Basílio Horta ter declarado que, eleito P.R. nunca empossaria um governo PS/PCP, só não justifica um grande escândalo porque é Basílio Horta o primeiro a saber que não será P.R., mas ilustra bem o seu posicionamento reacçãoário e de conflito com a legalidade democrática e com princípios elementares do funcionamento das instituições.

Num quadro de um debate de ideias e confronto de opiniões, que desejamos marcado pela sobriedade e elevação, a minha candidatura distancia-se de muitas características e orientações da candidatura de Mário Soares.

Como se compreenderá, não consideramos que seja um bom sinal, antes pelo contrário, o favorável acolhimento pela candidatura de M. Soares da colagem do PSD e a integração na mesma de destacadas figuras daquele partido. Não partilhámos da insistente valorização feita por M. Soares da estabilidade que diz ter oferecido ao governo do PSD quando é certo que a essa estabilidade correspondeu sim uma persistente desestabilização social e económica, e uma acção governativa marcada por uma extrema arrogância e intolerância. Lamentamos que a ambição de um elevado resultado eleitoral pareça estar a conduzir a candidatura de M. Soares à inibição de qualquer palavra que possa desgostar Cavaco Silva e o PSD. Demarcamo-nos claramente da óbvia aquiescência e concordância

que esta candidatura presta ao processo de reconstrução do poder do grande capital que está em curso na base do saque escandaloso do SEE e da pilhagem de património nacional, com graves consequências, entre outras, para a soberania e independência nacionais. Fazemos um juízo muito negativo sobre as posições do candidato em matéria de integração europeia e de União Política, que, tal como as do PS, são favoráveis a passos muito precipitados no sentido da acentuação da supranacionalidade e tendem a imaginar «soberanias partilhadas» onde, em rigor, se desenham sim sobreposições e graves, e inaceitáveis limitações da soberania dos países mais fracos e a sua sujeição aos ditames e decisões segundo os dogmas neoliberais e os interesses dos países mais desenvolvidos e poderosos.

A expressão destas e de outras divergências e diferenças de concepções e de opinião em relação à candidatura de M. Soares são o exercício natural do debate democrático e em nada afectam, diminuem ou são susceptíveis de prejudicar o nosso empenho de sempre numa larga convergência das forças democráticas e dos democratas portugueses (independentemente da forma como se posicionam no apoio aos candidatos presidenciais), com vista ao objectivo crucial de uma alternativa democrática para a política e o governo da direita.

A convergência dos democratas para a derrota da direita e para a construção da alternativa só se pode edificar na base da diferenciação e da autonomia de cada força política e da sua conjugação com o diálogo aprofundado e com a procura de plataformas de entendimentos, e nunca na base de seguidismos, de abdições, de diluições e subordinações a hegemonias alheias.

Amigos e camaradas:

Quando, ponderando e perspectivando os problemas do presente e os desafios do futuro próximo da vida do nosso país, afirmamos que nos anos 90 Portugal pode ser melhor sustentamos essa afirmação numa viva consciência da presença na realidade nacional de grandes conquistas democráticas, de valiosas estruturas económicas e sociais, de progressivos valores cívicos e políticos assumidos e radicados na consciência social, de profundas aspirações e imensas energias disponíveis que dão sentido e viabilidade a um grande projecto de transformação e modernização do país.

Sustentamos essa afirmação com a indicação de um rico programa de trabalho, de criação e de luta onde a opinião e a acção dos trabalhadores e do povo português, o alargamento dos espaços de participação e de democracia são chamados a desempenhar um papel fundamental.

Finalmente sustentamos essa afirmação - a de que nos anos 90 Portugal pode ser melhor - numa imensa certeza de que, aberto ao diálogo e activamente empenhado na unidade democrática, o PCP, com o seu incomparável património de experiência, de conhecimentos e de propostas, com a sua coerência, seriedade e dedicação, é uma força essencial para que se cumpram as melhores esperanças do povo português na construção de uma sociedade de liberdade, democracia, progresso económico e social, florescimento cultural, justiça social e solidariedade.

PCP

Álvaro Cunhal na conferência «Portugal, Horizonte Ano 2000»

Perante um auditório de centenas de pessoas que acorreram, na passada segunda-feira, à plateia do S. Luiz, em Lisboa, para assistir à sua conferência inserida no ciclo «Portugal, Horizonte Ano 2000» promovido pela Projornal, SA e «O Jornal», o Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirmou ser «mais que um homem de esperanças, um homem de convicções», viajou pelo mundo com a nitidez de quem tem um ponto de referência — o nosso País — demonstrou que o futuro se constrói antes, que o presente não é depois, que o passado se olha de frente. Quem não assistiu, é pena. Terá de se contentar, por exemplo, com este relato.

Um relato que assinala, em primeiro lugar, os lugares vazios da plateia. Não eram muitos nem relevantes — apenas notórios por ultimamente se esparramarem tanto para encher as «caixas» de primeira página a denegrir, sem réplica, o PCP, e serem incapazes de se sentar nas poltronas do S. Luiz — aliás convidativas em si mesmas e excelentes na luz tranquila de um debate à espera de todas as questões. Com um protagonista de eleição e um terreno tão neutro que até é património da capital. É o que dá confundir questões com assuntos.

Em contrapartida os jornalistas presentes puderam ficar com tudo — muito assunto para todas as questões postas após a intervenção introdutória do conferencista, ladeado por José Carlos de Vasconcelos e José Silva Pinto, director de «O Jornal».

E não porque Álvaro Cunhal houvesse introduzido novidades na análise que o PCP faz das questões nacionais e mundiais, ou utilizasse abordagens inesperadas; o espantoso ocorreu na audição surpreendida de coisas que o PCP, e nomeadamente Álvaro Cunhal, estão fartos de afirmar.

Seja a identificação das graves distorções que conduziram à derrocada a Leste, ou a separação de águas entre os insucessos muito grandes constatados nessas experiências.

Seja a manutenção da actualidade da luta anti-imperialista, ou o mau negócio que foi a CEE (sempre denunciado pelo PCP e agora até reconhecido pelos grandes capitalistas cá do burgo), que urge ser reorientado por uma política de intransigente defesa dos interesses nacionais.

Ou a advertência para o espírito verdadeiramente restauracionista que inspira a febre de privatizações deste Governo (recriando em Portugal as mesmas estruturas monopolistas do fascismo no quadro de uma democracia formal). Ou os perigos do conceito de supranacionalidade que, na prática, concretizam o domínio do mais forte imperando sobre os direitos e interesses do mais fraco.

Ou, ainda, a importância de fazer arrear esta política de capitulação aos interesses monopolistas nacionais e estrangeiros prosseguida pelo Governo do PSD/Cavaco Silva, sob pena de se comprometer profundamente o futuro do País a curto, médio e longo prazo, etc, etc.

E os Estatutos?!

E a surpresa expandiu-se em pormenores que, não sendo também novidade nas análises do Partido, pareciam estar a ser ouvidos pela primeira vez.

Foi o caso do reconhecimento de que o PCP não tem feito o suficiente para a efectiva emancipação e igualdade de direitos das mulheres, como o prova o desequilíbrio entre os 40 000 militantes do Partido e a magra representação feminina nos seus órgãos superiores, a par da constatação que esta (como outras) desigualdade tem milénios e, até, um «prestígio» caucionado pela própria arte ao longo dos séculos e, por isso, um árduo e ainda muito longo caminho de luta a percorrer.

Mas a «surpresa» que arrancou uma saborosa gargalhada da assistência surgiu quando Álvaro Cunhal respondeu à questão da falada ausência de democraticidade interna do PCP. Classificando a pergunta como «muito pertinente», o Secretário-Geral do PCP afirmou que valia a pena responder da mesma forma que utilizara há tempos com um jornalista, «mostrando-lhe os Estatutos». Vai daí pôs-se a vasculhar nos papéis que trazia garantindo à assistência suspensa que «haviam de estar ali», era só esperar um bocadinho, e mexia, e remexia e voltava a mexer sem que os Estatutos aparecessem, o José Carlos de Vasconcelos já se inclinava, solicitando, quando um «cá está-lu triunfante abriu caminho à leitura. Eram três ou quatro artigos, lidos pausadamente e que, na essência, apontavam para a proibição do direito de tendências e da subordinação do Partido às decisões da sua Direcção. Terminada a leitura, Álvaro Cunhal contou que o jornalista em questão se virara para ele e concluiu, triunfante: «Ora aí está! E então ainda nega que o PCP impede a discussão interna, não admite contestações à sua direcção e continua firmemente estalinista?».

Claro que negou. É que aqueles Estatutos não eram do PCP, mas do PS. No Partido sempre houve a busca de consensos, o debate aberto e a todos os níveis, a discussão participada por todos, a procura de conclusões resultantes dum empenhamento colectivo...

■ HC

Carvalhas defende maior intervenção presidencial para uma Educação Melhor!

Para além do comício de domingo no Porto, o secretário-geral adjunto do PCP e candidato às eleições presidenciais, Carlos Carvalhas, participou durante a última semana numa multiplicidade de iniciativas onde avultaram os contactos directos com a população, como aconteceu em Moscovide, Sacavém, Santa Iria da Azóia, Pontinha e Odivelas. Ainda de registar na actividade política do candidato um jantar-comício na Marinha Grande e um almoço-convívio na Bobadela, locais onde se reuniram alguns milhares de comunistas.

«Anos 90 — Educação para um Portugal Melhor» foi tema para uma importante declaração de Carvalhas, proferida num hotel lisboeta na passada sexta-feira, onde se reivindica um papel mais interveniente da Presidência da República, tal como os poderes constitucionais definidos o permitem, numa área estratégica decisiva para o futuro do país. Dessa declaração de Carlos Carvalhas publicamos alguns excertos sendo ainda de referir que para ontem o secretário-geral adjunto do PCP tinha agendado um debate promovido pelo Sindicato dos Jornalistas, com outros candidatos às presidenciais, enquanto hoje às 22 horas e 25 minutos está prevista a transmissão na RTP-1 de uma entrevista no programa televisivo Primeira Página.

A Constituição da República Portuguesa dedica um dos seus capítulos aos direitos e deveres culturais, consagrando a todos os portugueses não só o direito ao ensino, como a igualdade de oportunidades de êxito escolar.

No nosso entendimento o Presidente da República não pode ficar estático quando se compara o actual quadro do ensino e as incumbências estatutárias que a Constituição preceitua na realização da política de ensino (artigo 73.º e 74.º e seguintes). (...)

Educação em democracia

Parece por vezes haver um largo consenso nos discursos políticos sobre este valor estratégico da educação. Entretanto, o que vemos é que ou as declarações nesse sentido não têm correspondência prática na definição e execução das políticas necessárias, na mobilização e gestão dos recursos financeiros e humanos indispensáveis, na concretização dos princípios constitucionais e legais; ou, então, a relação entre educação e desenvolvimento é pensada de forma estreita e economicista, com amputação da sua dimensão cultural e social, e com efeitos que se podem revelar perversos no próprio plano do desenvolvimento económico.

Dando voz ao que o PCP e largos sectores da opinião democrática têm defendido, a minha candidatura defende que a Magistratura Presidencial, acolhendo os princípios constitucionais, deve activamente entender a importância estratégica da educação como implicando, de forma conjugada:

1. a promoção sustentada da universalidade do direito à educação e ao ensino;
2. a gestão eficaz e participada do sistema educativo;
3. a potenciação do papel da educação no desenvolvimento e na modernização;
4. a promoção da emancipação e da criatividade culturais;
5. a prossecução da democracia, do exercício mais pleno, crítico e criador da cidadania individual e colectiva.

dições de trabalho que pesam negativamente na qualidade geral da acção educativa e constituem uma barreira à expansão da capacidade cultural e científica do país.

O Presidente da República no acto de posse das suas funções jura cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Na área da educação e do ensino, perante uma realidade que testemunha o incumprimento de princípios constitucionais essenciais, o Presidente da República não pode remeter-se a uma atitude passiva ou de simples declarações destituídas de alcance prático. (...)

Estratégias prioritárias

Os princípios democráticos que a minha candidatura defende desenvolvem coerente e consistentemente os valores constitucionais em matéria de educação e preocupa-se de uma forma muito particular com a sua efectiva concretização.

(1) O princípio da universalidade do direito à educação exige uma política que promova a igualdade de condições de acesso à Escola, mas também ao sucesso escolar: que elimine o analfabetismo literal, que atingiu em 1985 17% da população com mais de 15 anos e o analfabetismo funcional, assegure a educação permanente e dê oportunidade à revelação e desenvolvimento das mais diversas aptidões; que leve ao cumprimento da escolaridade obrigatória de 9 anos e à expansão da educação pré-escolar e especial, artística e desportiva. (...)

(2) O princípio da gestão eficaz e participada do sistema escolar é uma condição fundamental para que ele se construa em transformação e em adequação interveniente a um mundo em mudança. Assenta tal princípio na participação de todos os directos e indirectamente interessados no processo educativo, na capacidade de atrair a um empenhamento insubstituível todos os membros da comunidade escolar e designadamente os docentes. Passa pela descentralização, pela flexibilidade, pela desconcentração e pela diversificação, pela regionalização e pela cooperação entre a instituição escolar e as instituições sociais e regionais. (...)

(3) O princípio de uma educação para o desenvolvimento e a modernização significa o estabelecimento ponderado de uma interligação entre os objectivos do sistema educativo e os dos sistemas socioeconómico e cultural; visa a elevação do contributo da educação para o aumento da qualificação do trabalho dos portugueses, para o desenvolvimento económico equilibrado e a modernização da estrutura produtiva do país; implica uma política de desenvolvimento da ciência e da tec-

nologia à altura das necessidades de rápida cooperação do nosso atraso histórico, crónico. Estas orientações assumem relevo particular na situação presente do nosso país, a caminho de uma integração plena na CEE (...)

(4) É neste sentido importantíssimo que não sejam subestimados a dimensão e os objectivos culturais dos processos educativos, para que se reforce o papel da educação como factor de afirmação e elevação das capacidades, potencialidades e aspirações culturais dos portugueses e portuguesas. É indispensável que a educação seja receptiva à novidade e à diversidade da criação científica, técnica, artística e cultural e activa no estudo e na criação da cultura portuguesa. No quadro do intrincado mundo de culturas que é o mundo contemporâneo, a educação deverá ser um factor de diálogo crítico e criador, e de construção aberta de uma identidade cultural, diversificada e complexa, que é um dos esteios imprescindíveis da soberania.

(5) Finalmente, a educação e o ensino devem visar a democracia, não apenas como um estádio a que se chegou, mas como um processo que continua. A educação e o ensino têm um papel insubstituível na formação de indivíduos e cidadãos activos e solidários, participantes e criadores.

Estado responsável

No quadro do equilíbrio constitucional, dos poderes, das atribuições e competências dos órgãos de soberania, a Presidência da República não pode deixar de entender activamente a necessidade constitucional de que o Estado assuma plenamente as suas responsabilidades sociais no domínio da educação, sem exclusão da intervenção e da iniciativa particular e privada. A desresponsabilização do Estado, por omissão ou demissão, aliás sempre mais aparente que real, significa apenas, e sobretudo numa sociedade como a nossa, consentir, e incentivar mesmo, o «livre jogo» das desigualdades económicas, sociais e culturais, e a consequente reprodução da opressão e das discriminações.

Em alternativa à selectividade de classe, à elitização como à massificação uniformizadora; em alternativa ao autoritarismo «liberal», ao economicismo tecnocrático, à submissão nacional, a minha candidatura defende uma educação, como componente de uma estratégia nacional, global e emancipadora, materialmente sustentada, factor e elemento de liberdade e de democracia, da igualdade como da diferença, da soberania como da interdependência justa de povos soberanos.

PCP

SINES

5.ª Assembleia de organização define intervenção no concelho

A V Assembleia da Organização Concelhia de Sines do PCP teve lugar no passado domingo nas instalações da Sociedade Musical União Sineense. Os trabalhos, que decorreram num ambiente vivo e de animado debate, culminaram com a eleição da nova Comissão Concelhia e a aprovação da resolução política que contém as principais orientações para a actividade futura da organização.

A Assembleia contou com a presença de Augusto Flor, do Executivo da DORS, António Casmarrinha, do CC e do Executivo da DORS e de Francisco Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, que fez a intervenção final da reunião.

Esta iniciativa inseriu-se na preparação da III Assembleia da Organização Regional de Setúbal, a realizar no próximo dia 8 de Dezembro na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, que contará com a presença dos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, e Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP.

Fiel aos princípios estatutários e programáticos definidos pelos XII e XIII Congressos, a Organização Concelhia de Sines do PCP avaliou **objectivamente as suas deficiências** de que se destaca: falta de estrutura orgânica adaptada às novas condições políticas e de militância, deficiente e irregular funcionamento de alguns organismos, desligamento dos dirigentes em relação às bases, ausência do controlo de execução de tarefas e decisões tomadas, traços de individualismo por ausência de estrutura de enquadramento e falta de militância, **mas também as suas capa-**

idades de que se destaca: elevado número de militantes, aceitação consciente dos princípios e orientações políticas do Partido, elevada participação em organismos e instituições sociais, culturais e recreativas, considerável trabalho na frente autárquica, conhecimento efectivo dos anseios e preocupações dos trabalhadores e das populações e uma atitude séria e honesta de apresentação de propostas para a resolução dos problemas.

Orientações de trabalho

Considerando as grandes batalhas políticas em curso e de breve prazo, e a necessária intervenção do nosso Partido nas eleições para a Presidência da República, eleição para

a Assembleia da República na perspectiva da construção de uma verdadeira alternativa democrática, considerando o trabalho de preparação e o debate realizado durante os trabalhos da Assembleia, foram definidas como principais orientações para a intervenção política do Partido no concelho:

- reforçar a intervenção e o acompanhamento do Partido nos problemas que afectam os trabalhadores e contribuir para o reforço e unidade das suas estruturas;

- intensificar o estudo e a intervenção do Partido nos problemas sociais que afectam as populações como: acesso à saúde, ao ensino, desenvolvimento regional, ambiental, etc.;

- melhorar a intervenção do Partido nos problemas que afectam a juventude, nomeadamente na ocupação dos tempos livres.

A V Assembleia decidiu re-

comendar à Comissão Concelhia a análise mais detalhada e aprofundada de várias questões, de que destacamos:

- lançar uma campanha de recrutamento orientado até 31 de Março de 1991 com metas por Organismos;

- recensear o número de camaradas que têm actividade — embora desligados — em Organismos sociais, culturais, recreativos e desportivos, ou seja, no âmbito do movimento popular de massas;

- destacar um camarada que a sua principal função seja cobrar a quotização aos camaradas que não estão enquadrados e distribuição de imprensa e propaganda do Partido e reforçar o recebimento através dos Organismos;

- editar uma folha informativa da Comissão Concelhia que informe das iniciativas e veicule as opiniões e propostas do PCP, através de imprensa escrita e rádios locais.

Súbito falecimento

Inesperadamente, Carlos Alberto Henriques da Silva Mendes, de 36 anos, faleceu na passada terça-feira, dia 20 de Novembro. Este camarada era operador na Central Térmica de Sines, desenvolvia actividade como dirigente sindical do SIESI e entrara para o PCP no decorrer do presente ano. A notícia do seu súbito falecimento surge dois dias após ter sido eleito para a Comissão Concelhia de Sines do PCP, durante a 5.ª Assembleia de Organização. Aos familiares e companheiros deste comunista, o colectivo do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar.

Sobre a recuperação das dívidas à segurança social

A entrevista do Secretário de Estado da Segurança Social ao suplemento de economia de «O Jornal» do passado dia 16 sobre questões de segurança social, pela sua gravidade e consequências para os reformados, os trabalhadores no activo e o próprio sistema de segurança social, impõe que o PCP tome a presente posição de alerta e denúncia à opinião pública:

1. O PCP não pode deixar de constatar o carácter no mínimo de improvisação e a gravidade das intenções que norteiam as tomadas de posição do governo em matéria de tanta importância como é o caso da Segurança Social.

2. O Sec. Est. da Segurança Social ao afirmar que o orçamento da Segurança Social é financiado em 80% pelas re-

ceitas das contribuições, contradiz-se, contrariando a política do governo.

Essa afirmação implica reconhecer a viabilidade do sistema da Segurança Social se o governo, através do Orçamento de Estado, transferir para aquele orçamento o financiamento dos regimes não contributivos, fracamento contributivos e acção social, como lhe compete legalmente.

O PCP reafirma que o sistema de Segurança Social contém as premissas dum mais eficaz protecção social, ao mesmo tempo que defende que se deve repensar a forma actual de financiamento.

3. O governo admite o falhanço da sua política de recuperação de dívidas à Segurança Social, mesmo tendo em conta as variadas formas de perdão ou redução daquelas dívidas, que diz ascenderem a 180 milhões de contos.

O governo não adianta como pretende moralizar o financiamento do sistema por forma a evitar situações como a actual ou mesmo o seu agravamento.

É pois o próprio governo a alimentar a competição desigual entre empresas.

4. A transferência da responsabilidade de recuperação das dívidas à Segurança Social como pretende o governo tem custos económicos e financeiros graves e a intervenção de empresas financeiras gera uma inevitável transferência do capital social das empresas para os grupos financeiros, com consequências imprevisíveis para essas empresas e o próprio sistema de Segurança Social.

5. Por outro lado a forma aleatória como tem vindo a ser alienado o património da Segurança Social e aplicado o capital daí resultante poderá permitir o aproveitamento abusivo por particulares, sem contrapartida no melhoramento da protecção social dos portugueses.

6. O PCP reafirma que o Fundo de Estabilização Financeira é um órgão artificial, paralelo do IGF da Segurança Social, que tem como fundamental objectivo gerir fundos que, sendo do sistema, são aplicados à sua revelia em operações governamentalizadas de duvidosa transparência.

7. O PCP defende um sistema de Segurança Social em conformidade com os preceitos constitucionais e considera que, com uma gestão participada e uma nova política, é possível melhorar a protecção social em Portugal e criar melhores condições de vida para os portugueses.



No âmbito da preparação da 2.ª Assembleia da ORL, estão a decorrer de 19 a 26 de Novembro diversas acções de informação em todo o distrito. Na foto, vemos um espaço criado no Rossio para a realização de debates sobre os transportes

DORP procede a reestruturação orgânica

Realizou-se no passado dia 14 de Novembro uma reunião Plenária da Direcção da Organização Regional do Porto para debater o trabalho de direcção e eleger os organismos executivos regionais — a Comissão Executiva e o Secretariado da DORP. Do debate realizado, e que levou à adopção das medidas agora aprovadas, ressaltam como questões essenciais:

— a necessidade de **um mais eficaz funcionamento da Direcção Regional** garantindo o seu papel efectivo na elaboração dos grandes linhas de orientação para o trabalho do Partido no distrito, de uma melhor articulação e prestação de contas dos organismos executivos, de uma mais pronta e completa informação ao colectivo das actividades do Partido e principais problemas regionais. O aprofundamento, em reuniões específicas da Direcção Regional, dos grandes temas da acção política e das principais frentes de trabalho foi considerado igualmente essencial;

— a necessidade em todo o trabalho do Partido, a começar pela Direcção Regional e principais organismos de direcção, de **proceder a uma ampla e efectiva descentralização de tarefas e responsabilidades**, de garantir uma efectiva participação dirigente dos membros da DORP e de uma intervenção mais activa de muitos outros quadros na vida do Partido, combatendo ten-

dências centralizadoras, desadequadas às necessidades do Partido e ao elevado número de quadros capacitados no plano político para assumirem efectivas funções de direcção.

Com estes objectivos, e para além de outras medidas relativas ao funcionamento dos organismos, estilo de trabalho, ligação às massas, e participação em geral dos militantes na vida e actividade partidárias, a DORP aprovou as seguintes **medidas de reestruturação**:

A constituição de **três grandes organismos de direcção intermédia** nos quais a DORP delega competências nas suas áreas de intervenção:

- a Direcção da Organização da cidade do Porto;
- a Direcção da Organização dos Concelhos de Gaia, Gondomar e Matosinhos;
- a Direcção da Organização dos restantes Concelhos do Porto.

O reforço do trabalho do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores. Para além das medidas de quadros e outras ao nível dos grandes organismos de direcção constituídos e do importante papel que estes próprios organismos irão assumir neste terreno, destaca-se a manutenção dum forte sector sindical da DORP e a constituição de um organismo de coordenação do trabalho das células e das lutas dos trabalhadores.

PCP

No final do ano vamos confirmar: «O terreno é nosso!»

150
mil Contos
para o Terreno da festa

Reúne com a Campanha

Depois da última reunião da coordenadora nacional da campanha dos 150 mil contos, o total apurado referente ao mês passado e envolvendo todas as organizações do PCP é cerca de 128 mil 826 contos. Numa altura em que pretendemos atingir o final desta campanha antes do ano terminar, importa que todas as organizações do Partido façam agora um esforço que possibilite esse objectivo. O aproveitamento deste período do ano, onde os subsídios de Natal atribuem maior disponibilidade financeira a muitos amigos e camaradas, poderá ser decisivo para concretizarmos esta campanha. Por outro lado, importa agora pôr em prática compromissos anteriormente assumidos, bem como reactivar contactos e abordagens que anteriormente se mostraram passíveis de garantir contribuições para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Será importante realçar que desde já é possível fazer um balanço extremamente positivo no que diz respeito à receptividade, dentro e fora do Partido, em relação a esta campanha, a que não será estranho o pró-

prio prestígio da Festa do «Avante!», grandjeado ao longo dos anos, prova da capacidade de trabalho e organização dos comunistas portugueses. Significa isto que, se houver em cada um de nós a consciência política desse facto, será possível obter resultados muito satisfatórios (e, por vezes como já muitas vezes aconteceu, positivamente inesperados) nos contactos que individualmente cada um de nós venha a estabelecer para garantir a conclusão desta campanha.

Aproveitamos para lembrar que o sorteio das rifas distribuídas no âmbito desta campanha está agendado para o próximo dia 5 de Janeiro, o que torna urgente a conclusão da sua venda.

Por outro lado lembramos que uma das formas de contribuição para esta campanha é a aquisição de títulos de comparticipação que se encontram disponíveis em todo o País nas sedes das organizações do Partido.

Vamos então ao trabalho, camaradas.

Orçamento do PSD prejudica interior

O Orçamento Geral do Estado que esta semana esteve em discussão na Assembleia da República motivou diversas tomadas de posição de organizações do Partido, das quais destacamos a de Évora e do Porto.

A organização de um Encontro/debate sobre o Orçamento de Estado/91 e o desenvolvimento do Distrito de Évora terá lugar na próxima segunda-feira no Salão Nobre do Teatro Garcia de Resende às 15 horas, numa iniciativa da DOREV aberta à participação e intervenção de todos os interessados.

Já na passada sexta-feira esta direcção de organização regional convocara uma conferência de imprensa sobre este assunto com a presença de responsáveis desta organização e deputados comunistas eleitos pelo distrito, Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, onde foram apresentadas as propostas do PCP para o distrito que seguiriam para a Assembleia da República, onde serão debatidas a partir da próxima semana.

Criticando o facto de o Governo só consignar 0,5 por cento do investimento central do Estado para o distrito, sendo assim o de mais baixo investimento central do Estado em todo o país, bem como muitas das verbas exigidas previstas acabarem por não serem transferidas para o distrito, os comunistas de Évora fazem notar que importantes projectos de desenvolvimento continuam a não ser considerados ou desaparecem sem qualquer explicação, enquanto outros projectos previstos em anos anteriores desaparecem do orçamento do próximo ano.

Outras preocupações manifestadas pelos comunistas de Évora referem-se à ausência de apoios para o Hospital Distrital de Évora; os poucos investimentos previstos no PIDDAC e as transferências deféituosas das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro para as autarquias.

Os deputados comunistas avançariam entretanto algumas propostas que o grupo parlamentar do PCP vai apresentar para este orçamento, de âmbito regional, e que envolvem o Alqueva, o desenvolvimento agrícola, as infra-estruturas rodoviárias. De âmbito distrital são apresentadas propostas para as localidades de Arraiolos, Borba, Évora, Montemor-o-Novo,

Mora, Portel, Redondo, Vendas novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa que no total atingem cerca de um milhão e duzentos mil contos.

Jornadas Regionais no Porto

«O Orçamento do Estado para 91 e o distrito» é o tema para umas Jornadas Regionais que a Comissão Executiva da Direcção de Organização Regional do Porto vai organizar no centro de trabalho da Boavista e que serão divididas em três sessões de trabalho.

A primeira será sobre «Infra-estruturas e desenvolvimento municipal e regional (ambiente, habitação, transportes e obras públicas)» e decorrerá amanhã a partir das 21 e 30.

A segunda debaterá o tema «Saúde» e ocorrerá no sábado, a partir das 15 horas. A última será na segunda-feira, a partir das 21 e 30, versará sobre «Educação, Cultura e Investigação». Aprofundar o exame e a análise do Orçamento proposto pelo Governo e a sua incidência no distrito é o objectivo desta iniciativa que contará com a presença dos deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto, para participarem numa troca de opiniões que se pretende profícua por forma a recolher o contributo, a experiência e as propostas daqueles que conhecem e intervêm nas diversas áreas da vida regional.

Vila Nova de Famalicão Eleita nova Comissão Concelhia

Realizou-se no passado sábado, dia 17, no centro de trabalho local a Assembleia de Organização que elegeu a Comissão Concelhia e debateu questões da organiza-

ção do Partido, a situação política e social no concelho e a intervenção dos comunistas nas próximas batalhas eleitorais.

A situação do sector têxtil,

que atravessa uma profunda crise com consequências graves no plano social e económico para o Vale do Ave, mereceu da Assembleia particular atenção ten-

do sido recomendada a maior intervenção por parte dos comunistas famalicenses tendo como preocupação fundamental a defesa dos trabalhadores e da economia da zona.

As questões do meio ambiente, nomeadamente a poluição dos cursos de água que abastecem o concelho (Ave e Este), mereceram também a atenção da Assembleia.

A Assembleia manifestou a sua solidariedade à população e órgãos autárquicos da freguesia de Riba d'Ave que se opõem à pretensão da Associação de Municípios do Vale do Ave que quer instalar naquela vila a central de tratamento de resíduos sólidos.

Ficou marcada para o próximo dia 1 de Dezembro, pelas 21 horas, a primeira reunião da nova Comissão Concelhia que elegerá a sua Comissão Executiva e debaterá outras questões orgânicas e de carácter político local e nacional.



As organizações de Vila Nova de Famalicão (foto de cima) e de Braga (foto de baixo) realizaram no passado fim-de-semana as suas assembleias, onde foi discutido o reforço da intervenção do PCP naqueles concelhos e foram eleitas as comissões concelhias. Na Agenda temos nota de outras importantes reuniões que se realizam noutras organizações do Partido



Desmentido

1. O Gabinete de Imprensa do PCP chama a atenção dos restantes órgãos de comunicação social e da opinião pública para que é completamente falsa e totalmente inventada a notícia hoje divulgada pelo «Público» segundo a qual numa reunião de sindicalistas membros do PCP, realizada com a participação de Domingos Abrantes, teria sido pedida a demissão de Carvalho da Silva e de José Luís Judas.

2. O Gabinete de Imprensa do PCP lamenta que o «Público» dê mais crédito a «informações», «fontes» ou rumores que se escondem na sombra e no anonimato (e que o próprio «Público» sabe serem ou inexistentes ou pouco dignos de confiança) do que ao desmentido frontal do dirigente do PCP que participou na referida reunião.

3. Igualmente se lamenta que um importante órgão de informação se deixe arrastar para uma óbvia operação de intriga e intoxicação que, no momento actual, facilmente se percebe ter como patente objectivo o tentar disfarçar o ostensivo isolamento da campanha conduzida por alguns ex-membros do PCP.

17.11.90
O Gabinete de Imprensa do PCP

Camaradas Falecidos

Manuel João Ovelha

Da célula da Solvay Portugal chegou-nos a notícia do falecimento do nosso camarada Manuel João Ovelha, que contava 76 anos de idade. A sua morte ocorreu no passado dia 19 de Novembro.

Maria Laura Sertório Fonseca

Faleceu no passado mês de Outubro a nossa camarada Maria Laura Sertório Fonseca de 54 anos, membro da

Comissão de Freguesia do Barreiro e do Secretariado da célula do Bairro 5.

Aos familiares e amigos da camarada Laura, que apesar da sua saúde precária desenvolveu as suas tarefas com grande dedicação ao Partido, o colectivo da freguesia manifesta o seu profundo pesar.

O colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências aos familiares e amigos dos comunistas falecidos.

PCP

REUNIÃO NACIONAL DE QUADROS

Vamos ao trabalho para melhorar e reforçar o Partido

— intervenção de Blanqui Teixeira



Esta Reunião Nacional de Quadros que está prestes a acabar, tem um objectivo bem determinado: **Constituir um ponto de partida para um amplo debate em todo o grande colectivo partidário acerca da organização e do funcionamento do Partido.**

Pretende-se, com esse debate, por um lado, interessar um grande número de membros do Partido por questões que são da maior importância para o reforço da nossa actividade e da nossa influência e, por outro lado, encontrar formas de combater e ultrapassar deficiências e dificuldades existentes no nosso trabalho.

Há que destacar três condições necessárias para que um tal debate tenha a profundidade que desejamos e os resultados que pretendemos.

É necessário que tenhamos bem presente que a **base principal da actividade e da força do Partido é a sua organização.**

É necessário que, como consequência lógica, se **acompanhem os problemas organizativos com muita atenção, com regularidade e com frequência.**

É necessário ter em conta que as nossas dificuldades e deficiências serão tanto mais rápidas e capazmente vencidas **quanto maior for o número de militantes que as debaterem e encontrarem e aplicarem, em colectivo, as respostas adequadas.**

Inquéritos à organização

Os dois questionários que foram apresentados, um às Direcções de Organização Regional e outro dirigido a outros organismos, suscitaram um grande conjunto de respostas a que devemos dar relevo.

Elas foram o produto de um estudo e discussão em centenas de organismos com uma participação global de mais de mil ou mesmo dois mil militantes.

Foi um trabalho muito útil e proveitoso. Em primeiro lugar, porque esse estudo e discussão que foi realizado, melhorou o conhecimento das questões organizativas, das suas perspectivas e soluções.

Em segundo lugar, porque o estudo feito sobre cada uma das respostas e sobre o seu conjunto foi um auxiliar importante para esta nossa Reunião Nacional de Quadros. Não só o documento-base apresentado à Reunião foi influenciado por aquele estudo, como igualmente foram influenciadas as intervenções feitas em plenário e nos grupos de trabalho.

É certo que houve atrasos muito grandes em algumas respostas, o que impediu a sua inserção no balanço global que tinha de ser feito a tempo. É também certo que nas respostas houve muitas questões não tratadas ou tratadas de forma deficiente. Apesar disso, as respostas obtidas são suficientes, na grande maioria dos casos, para se perceberem tendências, constatarem certas causas, definirem mesmo alguns caminhos.

À nossa Reunião Nacional de Quadros foram apresentados resumidos relatos das intervenções realizadas nos diversos grupos de trabalho. A existência destes grupos permitiu elevar muito o número das intervenções, a participação efectiva de mais camaradas. Era esse um dos principais objectivos da existência dos grupos. Mas impediu naturalmente que todos os participantes na Reunião assistissem a tudo o que nela foi debatido. Os relatos aqui apresentados pretendem diminuir este natural inconveniente.

Não puderam, porém, dar, evidentemente, um panorama completo do interesse e da diversidade das intervenções. Não se pode resumir em poucos minutos um conjunto tão variado de achegas, de exemplos, de sugestões, de críticas, que se estendem pelos mais diversos aspectos da nossa vida orgânica.

As quatro horas que se passaram em cada um dos grupos de trabalho permitiram uma excelente troca de opiniões que enriqueceu de maneira notável esta nossa Reunião Nacional de Quadros.

As intervenções escritas que foram ou sejam entregues bem como as gravações que foram feitas interessam ao nosso trabalho futuro.

Os jovens

Sobre os temas tratados nessas reuniões parcelares, há que dizer alguma coisa mais.

Todos sabemos que a questão da **juventude** - questão tratada no quarto grupo de trabalho - tem uma grande importância para o nosso Partido. É natural dizer-se que é uma questão de vida ou de morte. Isto não é um exagero. É bom termos presente que há organizações do Partido que, se não modificarem a sua compreensão sobre este problema, vão mesmo deixar de existir.

São conhecidas as dificuldades objectivas que existem para a resolução de uma tal questão.

Os jovens, em virtude de alguma inexperiência, podem, em certas circunstâncias, ser mais influenciados pela intensa propaganda da direita, que dispõe de meios e verbas que são particularmente utilizados na alienação da juventude. Mas é necessário ter presente que não é simplesmente a inexperiência que caracteriza a jovem geração nem a inexperiência obriga a seguir tais influências. Ao mesmo tempo que alguns são vítimas da droga e outros males difundidos por uma sociedade baseada no lucro, ou são ganhos por uma intensa luta de competição e do «desenrasca-te pisando os outros», muitos jovens apercebem-se que a sua realização nada tem a ver com esses caminhos.

A sua generosidade natural leva-os a compreender e a defender os valores da amizade, da liberdade e da solidariedade e os objectivos da democracia, do progresso social e da paz.

Da parte das organizações do Partido e dos seus organismos dirigentes é necessário encarar as questões da juventude de uma forma activa, de uma forma interventiva. E é aqui que, provavelmente, está a **nossa maior dificuldade.**

Segundo as respostas aos questionários, é extremamente reduzido o número, quer de Direcções de Organização Regional, quer de outros organismos, que afirmam acompanhar e discutir com regularidade os problemas da juventude.

Daí resulta, naturalmente, como é indicado nas respostas, que a razão principal e destacada do recrutamento de jovens ser reduzido, é a **falta de acompanhamento e ligação com a juventude**, com a inexistência de trabalho e iniciativa junto das massas juvenis. E, em segundo lugar, é a **dificuldade de relacionamento com os militantes mais novos.**

Um círculo vicioso

Importa referir a este respeito que são vários os organismos que citam o envelhecimento da organização como uma causa importante de falta de contacto com os jovens. É natural que tais organizações se debatam com um verdadeiro círculo vicioso. Como não há recrutamento de jovens, o envelhecimento da organização cresce mais rápido, e na medida em que isso sucede, cada vez vai ser mais difícil recrutar jovens.

Por outro lado, não é de estranhar, mas é preocupante, que muitas DORs afirmem que a participação global dos jovens na actividade do Partido é **má** e só uma diga que é **boa**.

Tal situação tem que ser alterada. É indispensável quebrar os círculos viciosos que tolhem o nosso trabalho e eles só se quebram se houver uma decisão firme para que as organizações do Partido tenham uma linha de actividade entre a juventude da sua área. Naturalmente que isto exige um contacto com os jovens, uma compreensão dos seus problemas e das suas aspirações, uma aceitação da sua maneira específica de estar na vida (os mais velhos esquecem-se muito de aspectos do seu passado), uma vontade de os ajudar com as possibilidades que a organização tem.

Esta linha específica de trabalho para aumentar a nossa influência entre a juventude exige o aproveitamento de todos os meios diversificados de que o Partido dispõe, passa pela responsabilização de jovens na promoção de actividades juvenis que correspondam aos seus problemas, aspirações, gostos e interesses, e abertas aos que nelas queiram participar, mas, para ter perspectivas de futuro, tal acção passa essencialmente pela existência de uma actuante organização juvenil comunista.

A linha específica de trabalho entre a juventude deve, nestas circunstâncias, ter sempre como preocupação, em cada área, a contribuição para a dinamização, o reforço ou a criação da Juventude Comunista Portuguesa. Isto coloca em evidência o relacionamento do Partido com a JCP.

A nível das DORs, as relações do PCP com a JCP nunca são **más**, mas só 20% das DORs afirmam que são **boas**. Quer dizer que, em 80% são **regulares**. A forma concreta que tomam essas relações é diversa mas o que interessa mais é estabelecer condições para que as relações com a JCP possam ser classificadas, normalmente, como **boas**.

De qualquer forma, **o recrutamento de jovens, sejam membros da JCP ou não sejam, que é uma questão essencial para o reforço actual e para o futuro do Partido, será o resultado, sem dúvida, de um esforço dirigido de recrutamento, mas essencialmente será consequência natural de uma acção regular junto da juventude.**

É necessário ainda referir, a respeito da juventude, que foram apresentadas como respostas aos questionários experiências muito interessantes e também alguns exemplos de perspectivas de desenvolvimento de tal trabalho.

Antes de passar para o tema de outro grupo de trabalho, permitam os camaradas que se faça uma simples referência a uma questão de grande relevo para o nosso Partido. Nos questionários foram colocadas várias perguntas a propósito dos problemas das **mulheres**, da sua actividade, do seu recrutamento, da sua participação e da sua responsabilização.

É evidente que o tratamento destas questões não tem grande ligação com o dos jovens. É um assunto diferente, mas é muito importante.

O que eu queria referir é que tal como em relação aos jovens também é um número muito reduzido de DORs e de outros organismos que afirma que acompanha de forma regular os problemas das mulheres e as suas reivindicações. É indispensável ter isto em conta.

A ligação às massas

A questão da **ligação às massas** é das tais que não se vê possibilidade de ser sobrestimada.

A sua análise precisa de um muito maior aprofundamento porque há muitas organizações que vivem fechadas para dentro, sectarizadas por falta de ligação aos problemas e aos outros, aos não comunistas, àqueles que trabalham, habitam ou convivem nas áreas onde as organizações partidárias existem.

Com toda a razão se afirma que qualquer organização do Partido tem de esforçar-se continuamente por **conhecer** cada vez melhor os problemas existentes na área da sua implantação, por se **inserir** no seio dos trabalhadores, das outras camadas laboriosas ou das populações correspondentes, por ter uma **actividade** que una, organize e conduza à acção colectiva em defesa das reivindicações e aspirações comuns.

As informações que foram colhidas através dos questionários têm muitos aspectos positivos. No que respeita ao **trabalho autárquico**, em todas as regiões há organismos que têm essa tarefa a seu cargo. Através da sua implantação no poder local, com expressões muito diferentes consoante as regiões, os comunistas desenvolvem uma actividade que desempenha, em geral, um papel de relevo para a sua ligação com as populações.

Em relação às **organizações de massas**, as respostas mostram que são muito numerosas aquelas em que os comunistas estão envolvidos. Além disso a evolução dessa vivência e participação tem-se mantido globalmente. Há organizações que apontam descidas mas não são menos as que apontam subidas.

Entretanto, no que se refere ao número de organismos partidários que existem voltados para o acompanhamento dessa actividade, embora tal número se tenha mantido em muitas Organizações Regionais, há um maior número daquelas em que diminui do que daquelas em que aumenta.

São os sindicatos que constituem o maior número de organizações de massas referidas. Logo a seguir, são as Comissões de Trabalhadores. Isto mostra, o que é natural, que há uma particular preocupação com os interesses dos trabalhadores através das suas organizações e organismos mais representativos.

É de salientar a existência de largas dezenas de organizações de agricultores ou de trabalhadores agrícolas bem como de cooperativas em que existe uma participação activa de comunistas. Mas é notória a reduzida participação nas colectividades e associações desportivas.

Sobre estas questões importa apresentar quatro apontamentos.

Em primeiro lugar, a ligação às massas tem uma infinidade de aspectos, muitos dos quais são dificilmente quantificáveis. O conhecimento da situação concreta exige um aprofundamento que os questionários não permitem.

Em segundo lugar, há muito exemplos de camaradas que têm uma actividade de massas notável mas, por falta de acompanhamento e até, por vezes, de ligação, tal actividade não é considerada no balanço da actuação partidária.

Em terceiro lugar, há militantes que exercem um papel importante em movimentos e organizações de massas mas que, por incompreensão sobre o papel do Partido, não aceitam a discussão colectiva sobre a sua actividade.

Em quarto lugar, e não é pouco importante, há casos de actividade partidária e até de acompanhamento dessa actividade, em movimentos e organizações de massas que não têm em conta a especificidade desses movimentos e organizações, que não respeitam o que os próprios Estatutos afirmam: que os membros do Partido devem «defender activamente a autonomia, democraticidade e carácter unitário das organizações de massas e movimentos».

No debate que se tem de realizar por todo o Partido não poderá deixar de se centrar grande parte das nossas preocupações na posição que os organismos dirigentes e as respectivas organizações têm ou tomam perante a realidade objectiva que os rodeia, os problemas que são sentidos, as reivindicações que são expressas ou estão latentes, as possibilidades que existem de nós, comunistas, estarmos intimamente inseridos no meio, num meio que queremos compreender e onde queremos actuar, num meio a que prestamos o maior cuidado e que desejamos que nos ouça também com atenção, num meio di-

versificado e complexo onde deveremos dar saliência à comunidade de interesses, à actuação democrática, à solidariedade e outros valores do humanismo, aos anseios de uma sociedade socialista.

Um colectivo unido

Através da **estrutura** e do **enquadramento**, são os aspectos mais organizativos que têm de ser tratados.

Como estruturar e como enquadrar são questões da maior importância para juntar e ligar os militantes do Partido, para os tornar um colectivo unido e activo.

A estrutura e o enquadramento têm um papel muito importante para a criação e o reforço da unidade de acção prática dos militantes comunistas.

A **estrutura da organização** tem de ter em conta, em primeiro lugar, as condições objectivas da área em que a organização pretende actuar ou actua. Em segundo lugar, tem de ter presente as condições subjectivas, isto é, as características do conjunto dos membros da organização, a sua actividade profissional e outras actividades, os seus interesses específicos, a sua experiência, o seu nível de militância, a sua disponibilidade e outros aspectos. Em terceiro lugar, a estrutura da organização deve facilitar a aproximação das organizações e dos seus membros aos companheiros de trabalho ou de profissão, aos outros habitantes da povoação, da freguesia, etc., às populações, aos movimentos unitários e associações. Isto é, a estrutura deve ajudar a aprofundar a ligação dos comunistas às massas.

Compreende-se, pelo que foi dito, que a estrutura orgânica do Partido, cujas características estão definidas nos Estatutos, tem de se adaptar continuamente às mudanças nas condições objectivas e subjectivas.

Ante a actual realidade, uma primeira direcção de trabalho para aprofundar e reforçar a estrutura orgânica é a da **descentralização efectiva** e da **responsabilização** de muitos mais militantes. Os passos que se têm dado a este respeito atingem hoje todas as Organizações Regionais, embora em algumas se verifiquem atrasos, que criam dificuldades à estrutura partidária.

Aquela responsabilização exige um melhor conhecimento dos militantes, uma maior preocupação na ajuda à sua actividade, uma grande compreensão ante as suas disponibilidades e o seu ritmo de actividade.

Uma segunda direcção de trabalho que tem de ser seguida no que respeita à estrutura é a de a tornar mais **flexível** de modo a ter em conta as dificuldades e limitações que actualmente condicionam a participação de muitos membros do Partido.

Uma terceira direcção de trabalho que importa acompanhar melhor liga-se ao **relacionamento entre os organismos de diferentes escalões**, questão a que o XIII Congresso (extraordinário) deu relevo na sua Resolução Política. É necessário ter em conta que, dos organismos que responderam, quase metade afirmou que o relacionamento com o organismo superior é **bom**, mas um pouco mais de metade diz que esse relacionamento é, na maioria destes casos, **razoável**, depois **deficiente** e até é **mau** em dois exemplos concretos. Teria interesse conhecer qual é, em cada caso, a apreciação que o organismo superior faz sobre este assunto.

É muito importante que o relacionamento entre organismos de diferente nível se ajuste melhor às condições que actualmente existem. É indispensável que qualquer organismo assuma a responsabilidade que lhe compete e tenha iniciativa. Uma questão essencial para esta iniciativa e para aquela responsabilização é que cada organismo tenha sempre ocasião para tratar problemas concretos referentes à área onde actua a organização que dirige. É conhecido o facto de organismos do Partido gastarem todas as suas forças no cumprimento de tarefas que lhes são colocadas pelo organismo superior.

Esta preocupação tem de atingir os organismos e as organizações de base do Partido. Tais organizações, que são tão fundamentais para uma profunda ligação às massas, têm de se sentir responsáveis, têm de ter iniciativa, têm de ter vida própria. Repare-se que em relação à **vida própria** dos organismos, daqueles que responderam ao questionário a este respeito, e são, pelo menos na sua grande maioria, organismos com experiência e relevo na estrutura partidária, só pouco mais de metade consideram ter vida própria dentro da orientação geral do Partido. Os outros consideram que têm vida própria muito dependente do organismo superior ou do quadro que coordena o organismo. Há um pequeno número de que afirma não ter vida própria.

Deficiências e dificuldades

As deficiências existentes no **enquadramento** dos membros do Partido são muito conhecidas. São deficiências e também são dificuldades.

Se as diversas questões que se colocam ao funcionamento partidário podem mais facilmente encontrar resposta na medida em que o debate atingir muitos e muitos membros do Partido, essa possibilidade ainda será mais sentida em relação ao problema do enquadramento.

É certo que, como se assentou no XIII Congresso, a ligação dos membros do Partido deve ter prioridades. Mas é compreensível e é necessário que se pense nos outros membros do Partido que, muitas vezes, não têm uma responsabilidade ou uma tarefa somente porque não se soube ganhá-los para isso ou, simplesmente, porque nunca se lhes pôs tal questão.

O enquadramento está, naturalmente, muito dependente da

estrutura, da quantidade e da qualidade dos organismos existentes e da densidade da sua ramificação. Mas também está ligado a outras medidas que se podem tomar, à utilização de formas orgânicas mais simples, entre as quais se podem destacar os plenários, mas não só.

A este respeito há que ser criativo na descoberta de novos processos que permitam alguma ligação com muitos membros do Partido que estão desligados. As experiências que, em regiões bem diversas, se têm colhido quando se faz um esforço no sentido de contactar camaradas desligados, mesmo há muito tempo, são todas elas altamente positivas.

É necessário caminhar com maior decisão no sentido de resolver este grave problema que tem repercussões directas no recebimento das quotas, na divulgação da imprensa do Partido, na própria entrega do cartão e também no aproveitamento da militância e na ligação às massas.

A questão dos quadros

Tem-se procurado dar saliência à importância dos diversos aspectos organizativos que têm sido referidos. Falta falar do tema do primeiro grupo de trabalho - **a direcção e a formação dos quadros**. É impossível considerar que estas questões não são também do maior relevo. Talvez mais do que isso. Tendo presente a interdependência muito grande entre tudo o que se tem debatido nesta reunião, não parece de mais dizer que este é o elo principal da longa cadeia constituída pelas questões de organização e de funcionamento do Partido.

Por um lado, as questões referentes à **direcção** são determinantes em relação não só ao funcionamento mas a toda a actividade da respectiva organização. Por outro lado, o papel dos **quadros** é fundamental na vida e no desenvolvimento de qualquer organização partidária.

Por sua vez, compete à direcção uma grande responsabilidade no conhecimento, no acompanhamento, na formação, na promoção e na distribuição dos quadros e, naturalmente, está no desenvolvimento dos quadros um factor de importância básica para melhorar o trabalho de direcção.

Em relação aos aspectos que caracterizam o trabalho de direcção para os quais foram pedidas respostas, é interessante comparar o que dizem as DORs e o que dizem os outros organismos.

Quanto ao **trabalho colectivo** há uma maior percentagem de trabalho deficiente nos organismos que não são as DORs. É natural que assim seja. O que é de ter em conta é que haja ainda DORs que classifiquem o seu trabalho colectivo como **deficiente** e haja uma alta percentagem dos outros organismos que o classifiquem de **mau**.

A **utilização da crítica e da autocritica** é mais frequente, em termos globais, nos outros organismos, enquanto que a **informação e prestação de contas** é mais frequente nas DORs.

A **preocupação de ouvir organismos e militantes** é um pouco mais frequente nas DORs, as **manifestações de autoritarismo** são mais raras nos outros organismos e a **discussão dos problemas de organização** é mais frequente nestes organismos.

Embora estas apreciações tenham sempre um carácter subjectivo, é conveniente que cada organismo se debruce sobre o seu próprio trabalho e o analise e classifique e, o que é mais importante, que isso sirva para que sejam tomadas medidas para melhorar o seu nível.

Também para melhorar o nível de trabalho de direcção é necessário que os organismos se sintam cada vez mais ligados à organização que dirigem, se sintam como emanação da organização, da vontade desta. Isto coloca uma questão que tem tardado a ser assumida por muitas organizações partidárias, ou, melhor dizendo, por muitos organismos dirigentes. Referimo-nos à prática regular da convocação das Assembleias. Estas, como se sabe mas se pratica pouco, são os órgãos supremos de cada uma das organizações.

Nas respostas ao questionário dirigido aos organismos (não às DORs), a maior parte diz ter sido eleita. Mas há muitas que não o foi. Além disso, uma grande parte dos primeiros foi eleita há mais de 4 anos.

A **convocação regular da Assembleia tem de fazer parte integrante do funcionamento normal de cada organização**. Tal regularização não deixará de ter consequências muito positivas na organização e no funcionamento do Partido.

Uma outra questão que tem de fazer parte da vida normal de qualquer organismo do Partido é o **acompanhamento dos quadros e a sua formação**. Aliás, é uma resolução do XIII Congresso. Isto significa que é necessário dedicar tempo a essa tarefa, que é preciso, tendo sempre em conta a disponibilidade dos militantes, responsabilizá-los, pois o assumir responsabilidades é a primeira escola de formação, que é muito importante ajudar no cumprimento das suas tarefas, particularmente quando não há experiência delas, que é indispensável incentivar nos quadros a leitura dos documentos e da imprensa do Partido, o conhecimento da situação existente, o desenvolvimento político e ideológico.

A realização de palestras e cursos de que há exemplos interessantes em algumas organizações, tem também de fazer parte obrigatória do conjunto das iniciativas promovidas por organismos de diversos escalões. A frequência aos cursos, mesmo centrais, tem de ser acompanhada e incentivada.

O tempo que é «gasto» em tais tarefas se bem resolvidas, é muito bem gasto. Trata-se de um investimento indispensável que dá altos rendimentos no trabalho partidário.

Os efectivos do Partido

As questões organizativas são imensas e o entrelaçamento entre elas cria uma teia complexa que é necessário conhecer e aproveitar no sentido positivo.

São muitas as questões que não foram agora referidas, são ainda mais os entrelaçamentos que não foram lembrados.

É necessário, no entanto, dizer alguma coisa em relação aos **efectivos do Partido**. A esse respeito, o XIII Congresso resolveu que, até final do próximo ano, se deve deixar de contar como membros do Partido aqueles que se mantêm sem qualquer ligação partidária durante anos.

Apesar de, em praticamente todas as Organizações Regionais, se terem avançado passos para tornar mais real o número dos seus membros, pode dizer-se que se tem andado pouco a esse respeito. É compreensível que seja assim porque a não ligação com muitos camaradas resulta, frequentemente, de deficiências orgânicas. Ao mesmo tempo que se vai tomando nota de muitas baixas, também, em algumas organizações, se vão recuperando, se vão contactando muitos camaradas que estavam desligados. A consolidação e o aprofundamento da estrutura bem como formas novas para o enquadramento podem ajudar a resolver muitas dessas questões, podem permitir contar com muitos membros do Partido que estão actualmente desligados.

Ao mesmo tempo, os efectivos do Partido têm de ser renovados com o **recrutamento** de novos camaradas. A situação política nacional e internacional é apontada como uma razão importante para uma redução do recrutamento. Mas igualmente são apontadas, como razões, a **falta de discussão desse tema** e a **falta de iniciativa**.

É necessário ter presente que a resolução das nossas deficiências passa também e em grande medida por um recrutamento mais activo, voltado para os operários, para os trabalhadores em geral, para os jovens, para as mulheres, para os quadros técnicos e intelectuais, para os agricultores, para todas as camadas laboriosas do nosso país.

Vamos ao trabalho

As causas objectivas e também subjectivas das nossas dificuldades têm sido tratadas frequentemente. O documento-base apresentado a esta Reunião, também se debruça sobre isso.

Não as escondemos. São dificuldades e deficiências no campo da direcção e da formação de quadros, no campo da estrutura e do enquadramento, no campo da ligação às massas, no campo da nossa influência entre os jovens, entre as mulheres, entre certos estratos sociais e em diversas zonas do País.

O facto de as levantarmos e discutirmos não representa nem fraqueza nem falta de ânimo ou de vontade de prosseguir na nossa caminhada em defesa dos direitos e das aspirações do nosso povo.

A grande campanha anticomunista que se desenvolve na comunicação social dominante, com expressões que atingem completo destempero, é perfeitamente desmentida pela muita intensa actividade que estamos desenvolvendo.

No último trimestre deste ano foram ou vão ser realizadas dezenas de Assembleias, entre as quais 14 Assembleias de Organização Regional. Tiveram lugar um importante Encontro sobre Independência Nacional, um Seminário Nacional sobre Política de Ambiente, um outro sobre a Mulher na Comunidade Local. Todas as Organizações Regionais têm levado a cabo iniciativas diversas, algumas delas de grande importância; em Dezembro vão realizar-se três seminários, sobre as Pescas, sobre Emigração e sobre o Ensino Superior. Ao mesmo tempo, desenvolve-se uma viva e esclarecedora Campanha do nosso candidato à Presidência da República, o camarada Carlos Carvalhas.

Esta intensa actividade, a nível nacional, regional e local, extremamente diversificada, só é possível porque o colectivo partidário está coeso, porque o Partido possui muitos milhares de quadros com uma notável experiência e elevada consciência revolucionária, porque se mantém uma preocupação constante com o trabalho colectivo e a vida democrática interna, porque há uma ligação profunda aos trabalhadores e às populações, porque a orientação traçada pelo XIII Congresso e as ulteriores resoluções do Comité Central correspondem à realidade e ao tempo que vivemos, à situação concreta existente no nosso país.

Mas a nossa influência e a nossa participação têm de ser mais fortes. Isso é necessário para melhor podermos defender os interesses dos trabalhadores e das outras camadas laboriosas, para melhor podermos defender a democracia, o progresso social e a paz, para podermos avançar para uma alternativa democrática no nosso país.

O amplo debate a que temos de meter ombros tem como objectivo melhorar a actividade orgânica e o funcionamento partidário. Essa é uma direcção de trabalho determinante para o reforço do Partido.

Entretanto, temos de ter presente que no próximo ano têm lugar as eleições presidenciais e legislativas. Elas impõem-nos uma intensa mobilização e um grande empenhamento. Mas é possível avançar com a nossa tarefa no intervalo dos dois períodos eleitorais para a levar a cabo após as legislativas.

O que se avançar antes destas eleições em termos de melhorias orgânicas será útil para a campanha eleitoral e as experiências colhidas durante esta campanha servirão na continuação do debate.

Cabe às Direcções de Organização Regional um papel principal na condução do debate. Há que encontrar a melhor forma de motivar os organismos e as organizações. Aqueles organismos que responderam ao questionário que lhes foi dirigido podem ter nas suas respostas um bom ponto de partida para um debate mais profundo, um debate que não fique nos organismos mas atraia as respectivas organizações.

Vamos ao trabalho com confiança nas nossas forças para encontrarmos soluções que adaptem melhor a organização à situação concreta existente, que tornem mais atraente a vida interna do Partido, que elevem o nível do funcionamento partidário.

Assembleia da República

Crise têxtil reclama medidas urgentes

O Grupo Parlamentar do PCP voltou a exigir que o Governo dê a máxima prioridade à criação de um programa específico para a indústria têxtil que inclua a participação dos trabalhadores e dos empresários do sector, programa este cuja implementação do seu ponto de vista deve ter em conta as especificidades dos subsectores do têxtil algodoeiro, das malhas e do vestuário e dar especial atenção à elevada concentração regional.

No momento em que se agudiza a passos largos a crise no sector têxtil, assumindo mesmo contornos dramáticos em regiões como o Vale do Ave, esta posição da bancada do PCP expressa pela deputada Ilda Figueiredo decorre da forma aligeirada como o Governo tem encarado a situação existente e da sua tentativa de alijar responsabilidades na definição e implementação de uma estratégia de modernização para o sector que não

assente no baixo custo da mão-de-obra nem implique desemprego generalizado.

Emprego que é hoje justamente um dos aspectos que mais está em causa com a presente crise e da qual depende em larga medida a sobrevivência de dezenas de milhares de famílias, como sucede no Vale do Ave, sendo por conseguinte motivo de preocupação entre os trabalhadores e as suas organizações sindicais (ver **Em Foco**).

Na base da presente crise, segundo Ilda Figueiredo, duas razões importa entretanto assinalar. A primeira, observou, prende-se com o fim anunciado do Acordo Multifibras e a provável integração do sector têxtil comunitário no conjunto das regras e disciplina do GATT, o que dado o quadro da nossa integração na CEE terá sérias consequências para a indústria portuguesa e os trabalhadores.

A ausência de medidas governamentais atempadas para a modernização e reestruturação do sector têxtil, constitui uma segunda razão que na opinião da deputada do PCP ajuda a explicar a situação actual, lembrando ainda a este propósito que nunca foram atendidas as propostas dos trabalhadores e suas organi-

zações pugnando por uma reestruturação apoiada num aproveitamento dos nossos recursos, no desenvolvimento regional integrado e na modernização tecnológica sem desemprego acompanhada da diversificação do investimento e do mercado externo da reconversão profissional.

Chocante, nas palavras de Ilda Figueiredo, é por último a «escandalosa ostentação de riqueza acumulada» por patrões do sector têxtil com colecções de automóveis de luxo em contraste com o encerramento de empresas a atingir famílias inteiras, como recentemente aconteceu com as falências da Têxtil Lopes Correia, Guimarães (650 trabalhadores no desemprego) e a Fiação e Tecidos de S.^o Tirso (800 trabalhadores).

Factos desmentem optimismo governamental

Uma realidade bem diferente do quadro quase idílico traçado pelo Ministério da Educação marcou o início do presente ano escolar. A tranquilidade, auto-satisfação evidenciados pelo ministro e por outros responsáveis revelaram-se enganadores e a despropósito. Mais um mês passado sobre a data de abertura das aulas, os factos, na sua verdadeira dimensão, aí estão a desmentir as balelas governamentais.

Há dias, no plenário da Assembleia da República, a questão veio de novo a lume por iniciativa da bancada do PCP, tendo então sido postas a nu as mazelas do nosso sistema educativo.

Veja-se o caso por si exposto da Escola Secundária de Queluz parcialmente ardi-

da em consequência de um curto-circuito, depois de quatro anos de apelos solicitando a intervenção do Ministério em relação às condições de segurança existentes.

No anexo da Escola Secundária de Caneças, cujas instalações foram recentemente fechadas, por sua vez, foi uma parede que ruiu, um

candeeiro caiu devido ao facto de a água acumulada ter amolecido o tecto de taboan, enquanto na sala de desenho era o tecto que cedia.

O encerramento para breve da Escola Preparatória de Albarraque dada a inexistência de condições mínimas para o seu funcionamento, constituiu outro dos casos referidos por António Filipe que anunciou ainda o facto de a Escola Preparatória de Montemor-o-Novo porque os pais dos alunos não consentem que os seus filhos frequentem um estabelecimento que a qualquer momento pode ruir.

Ameaçada de encerra-

mento, caso não sejam adoptadas medidas urgentes, está também a Escola Preparatória da Lixa, o mesmo podendo vir a suceder à Escola Preparatória n.º 1 de Abrantes, cujos pavilhões (pré-fabricados com cerca de 20 anos, sem iluminação nem aquecimento) começam a ter de fechar um a um sempre que se torna impossível mantê-los. Na Secundária n.º 2, na mesma cidade, segundo o deputado comunista, dez salas estão entretanto há muito fechadas e isoladas por justo receio das enormes fendas que cruzam paredes e tectos.

Ovelhas pachorrentemente a pastar em rebanho pelos recreios, são, por seu lado, a companhia oferecida aos alunos da Escola Secundária do Feijó, um convívio que os seus colegas da Secundária de Cacilhas não têm cabendo-lhes em sorte o terem de estar sujeitos a ter aulas em salas onde as paredes pré-fabricadas ameaçam soltar-se dos tectos e dos soalhos.

Mas não é apenas no estado de degradação em que se encontram muitas instalações e ao nível da própria segurança de quem neles estuda e trabalha que se confinam os problemas da rede escolar.

Casos de sobrelotação (entre outros), Secundária de Cascais que foi construída para 800 alunos e tem lá 2143; a Gabriel Pereira de Évora que foi feita para 800 e tem 3000; ou a Secundária D. Pedro V que em vez de 1500 alberga cinco mil alunos), carência no plano dos recursos educativos, falta generalizada de pessoal auxiliar e administrativo, são outros tantos problemas, que só por impossibilidade podem deixar tranquilos — a fazer fé nas suas palavras — os responsáveis governantes.

O Orçamento e o desporto Verbas exíguas suscitam condenação geral

A exiguidade das verbas na área do desporto previstas no Orçamento de Estado para 1991 foi duramente criticada num encontro recentemente realizado entre seis Federações desportivas (Atletismo, Ginástica, Andebol, Remo, Columbofilia e Judo) e o Grupo Parlamentar do PCP.

Da iniciativa dos parlamentares comunistas e realizado no próprio dia em que o ministro Roberto Carneiro se deslocou ao Parlamento para explicar na Comissão competente as opções governamentais neste domínio, o encontro permitiu uma frutuosa troca de opiniões sobre o conteúdo do Orçamento, diálogo que se veio a reflectir positivamente nas propostas e intervenções da bancada comunista na discussão do Orçamento.

Particularmente verberada pelos representantes das Federações foi a escassez das verbas destinadas à construção de infra-estruturas desportivas em 1991, facto que demonstra em sua opinião que as promessas do ministro nesta área não passaram de palavras.

A este respeito, e para se ter uma ideia da disparidade entre os valores disponibilizados e as necessidades, refira-se que apenas estão previstos para o próximo ano quatro milhões de contos para instalações desportivas quando a verba considerada necessária para suprir o actual défice, segundo estimativa da Direcção-Geral dos Desportos, se eleva a 146 milhões de contos.

No final do encontro, Melo de Carvalho, em nome do PCP, considerou que o desporto português está a viver «uma situação de extrema gravidade que nos afasta cada vez mais da Europa em que nos pretendemos integrar».

«Estamos no quarto mundo no sector do desporto», afirmou ainda Melo de Carvalho, da Comissão de Estudos do PCP para a Política Desportiva, que estava acompanhado por Costa Lourenço, da mesma comissão, e pelo deputado António Filipe.

Universidade de parabéns!

Mais do que o cumprir de um mero ritual, a sessão comemorativa dos 700 anos da Universidade de Coimbra propiciou um espaço de reflexão único sobre a vida da instituição. Foi sobretudo um momento onde a riquíssima história de um passado a produzir saber serviu para dele se tirarem as lições que podem ajudar a definir o rumo certo dos caminhos presentes e futuros.

Uma preocupação que esteve presente na generalidade das intervenções dos oradores que subiram à tribuna, a começar desde logo pelo reitor da Universidade de Coimbra, de quem se ouviu a defesa de uma «auténtica Universidade de ideias», objectivo que do seu ponto de vista tem de passar por uma abertura da instituição à sociedade civil, sem que isso signifique uma aceitação acrítica, e por uma maior intervenção que a coloque como «um agente impulsionador da sociedade».

O Presidente da Assembleia da República, Vítor Crespo, numa alusão ao acesso ao ensino superior, cujo alargamento defendeu, afirmou por sua vez que a «produção de inteligência educada e adestrada nunca será um esbanjamento», salientando ainda a necessidade de serem proporcionadas à Universidade as condições indispensáveis para o desempenho da sua missão.

O deputado comunista Victor Costa, também ele docente universitário de Coimbra, chamou por seu turno a atenção para a «leitura perversa» que o Governo tem feito da autonomia universitária e que no seu entender tem conduzido ao estrangulamento das universidades públicas e a concepções e práticas erróneas no campo do apoio à investigação.

A este propósito, comentando a máxima de «menos Estado, melhor Estado» insistentemente apregoada pelo PSD, Victor Costa lembrou que ela se tem traduzido em menos Estado para as instituições universitárias públicas «financeiramente atrofiadas», e em melhor Estado para as universidades privadas, «desobrigadas de investimentos significativos, funcionando com os meios humanos das suas congéneres públicas, beneficiando de um corpo discente que na sua maioria não pode escolher, mas que paga e gera lucros».

O parlamentar comunista defendeu ainda novos mecanismos de acesso ao superior que correspondam às necessidades de desenvolvimento do País, à capacidade de resposta dos estabelecimentos de ensino e aos interesses e expectativas dos candidatos.

Loteamento urbano

O Grupo Parlamentar do PCP expressou a sua posição de votar contra a proposta de autorização legislativa que regula o regime dos loteamentos urbanos, optando pela abstenção no caso do projecto de lei versando matéria idêntica apresentado pelo PS, ambos submetidos a debate na Assembleia da República.

A opção do Governo pela «negativa e pela repressão», na falta de uma «política alternativa de desenvolvimento urbanístico que corresponda às necessidades das populações», foi uma das razões apontadas pela deputada Ilda Figueiredo para justificar o sentido de voto da sua bancada, posição que não foi simultaneamente alheia — afirmou-o a deputada comunista no momento do debate realizado há duas semanas — à intenção do Executivo de se furta à discussão sobre as fragilidades do processo de revisão do regime dos loteamentos, nomeadamente à falta da necessária articulação com aspectos da maior relevância para um correcto ordenamento do território, para a defesa do ambiente e a própria qualidade de vida das populações.

Um debate que na perspectiva dos deputados comunistas é tanto mais necessário quanto é certo que a gestão municipal sobre os solos enfrenta dificuldades de vária ordem que decorrem em primeiro lugar, como sublinhou a parlamentar comunista, de

«um direito urbanístico subalternizado a um direito de propriedade antiquado», a que importa associar o actual estado de centralização das decisões, a complexa teia legal existente, as ingerências da administração central no ordenamento do território municipal e a escassez de recursos financeiros dos municípios.

A falta de informação indispensável ao planeamento do território, nomeadamente ao nível dos recursos naturais (solo, subsolo, recursos hídricos, zonas verdes), cadastro de propriedade e cartografia temática, constituem ainda alguns dos problemas recensados pela bancada comunista, que do seu ponto de vista caracterizam o quadro actual e relativamente aos quais não houve disponibilidade do Governo para aprofundar o seu debate.

Não obstante a simplificação burocrática do processo de loteamento preconizada no projecto do PS — aspecto positivo realçado por Ilda Figueiredo e que esteve na base da declarada posição de abstenção da bancada comunista —, este diploma encerra ainda assim «traços negativos fundamentais», que se podem sumarizar na insistência da intervenção das Comissões de Coordenação Regional nas operações de loteamento, na subalternização da acção municipal e na insistência do presidencialismo, com prejuízo da transparência do processo de loteamento.

Trabalhadores

TRANSPORTES

Silêncio do Governo dura demais

• **A CGTP apoiará as lutas que os trabalhadores entendam desenvolver**

Passou em 16 do corrente um mês sobre a data da entrega ao Governo de uma **plataforma reivindicativa comum** para o sector dos transportes. Em referência a essa e outras questões de actualidade e importância nacional a CGTP manifesta-se como segue sob o título «Não serão de estranhar novos conflitos no sector dos transportes».

Nota do DIF de 16 do corrente: A CGTP-IN vê com preocupação a degradação progressiva das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores dos transportes e está apreensiva com a atitude de falta de diálogo e com a demora do Governo em dar resposta às reivindicações que há mais de um mês foram entregues ao Ministério dos Transportes. Se o Governo não mudar de atitude, ninguém deverá estranhar que novos conflitos ecludam nas empresas do sector, com os consequentes prejuízos e incómodos que deles derivarão para os utentes. Desses prejuízos e incómodos (**mesma nota**) só o Governo poderá ser responsabilizado, pois não se compreende que a sua resposta à Plataforma Reivindicativa Comum que lhe foi enviada por todas as estruturas intermédias da CGTP-IN nos transportes, no dia 16 de Outubro,

tenha sido o silêncio mais completo. Igualmente mudo se tem mantido o ministro da tutela aos sucessivos pedidos de audiências que as mesmas organizações sindicais lhe têm feito. Esta atitude (**acrescenta a nota do DIF/CGTP de 16 do corrente**) não condiz com as informações que o Primeiro-Ministro proferiu diante de uma delegação da CGTP-IN, com quem se encontrou, e que preconizavam uma solução urgente da situação nos transportes. A sobrançeria (**mesma fonte**) de que o Governo tem dado mostras ofende os trabalhadores dos transportes, pois vêem relegadas para segundo plano as suas mais elementares reivindicações em matéria de salários, horários de trabalho e redução da idade de reforma. Como central sindical mais representativa (**conclui a nota**) dos trabalhadores dos

transportes, a CGTP-IN apoiará as lutas que estes entendam desenvolver para acabar, de uma vez por todas, com a prática de impo- tectos salariais em vez de promover uma efectiva negociação colectiva.

Insegurança

O problema da insegurança no transporte rodoviário de passageiros (longo curso), com base num inquérito efectuado pela Festru (Federação sindical), será tratado na próxima quinta-feira durante um seminário em Lisboa em que participarão trabalhadores do sector e para o qual foram convidadas entidades como o Comandante da Brigada de Trânsito da GNR, Comando da Brigada de Trânsito da PSP, Inspeção-Geral do Trabalho, Direcção-Geral de Viação, Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, Prevenção Rodoviária Portuguesa, Junta Autónoma de Estradas, Direcção-Geral de Higiene e Segurança no Trabalho, Revista «Segurança», Revista «O Camionista», Antrop, Rodoviária Nacional, CGTP-IN, Comissão do Ambiente e Equipamento Social (AR).

Covina. Perante informação escassa e pouco precisa, o Plenário de trabalhadores da Covina decidiu entre outros pontos continuar a insistir junto do Governo e mais exactamente do Ministério das Finanças no sentido de os órgãos representativos (ORTs) daquela empresa vidreira se fazerem ouvir num eventual processo de privatização. Apresentar no prazo mais breve possível um caderno reivindicativo, incluindo o 15.º mês, foi outra das decisões aprovadas pelo Plenário em 16 do corrente.

Imprensa. Segundo os dirigentes da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa, há todas as razões para duvidar dos processos de reestruturação dos periódicos «O Primeiro de Janeiro» e «O Comércio do Porto». Na opinião da comissão executiva da mesma organização sindical, os administradores dessas empresas «tentam retirar direitos indiscutíveis a trabalhadores, em muitos casos com dezenas de anos de serviço». A solidariedade manifestada pelos sindicalistas consta de uma resolução de 13 do corrente, na qual se anuncia a realização em breve de um **Encontro Nacional de Representantes de Trabalhadores da Imprensa** em organização conjunta com o Sindicato dos Jornalistas.

Arrendamento. «A alteração do regime jurídico do arrendamento urbano, por via da aplicação do Decreto-Lei n.º 321-B/9 de 15 de Outubro, colocará novo agravamento às condições de vida dos trabalhadores» — afirma a União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP). As medidas agora decretadas (a USL aponta os aspectos mais negativos: «a distinção entre obras ordinárias, extraordinárias e de beneficiação», nomeadamente) leva a USL a acrescentar «que não é só a estabilidade da habitação que está a ser posta em causa». É também «o direito que os trabalhadores e toda a população têm a uma vida condigna», contestada designadamente por a nova legislação permitir mecanismos para aumentar as rendas.

Entrepasto. Os trabalhadores do Entrepasto de Lisboa, recentemente em greve, apresentaram um caderno reivindicativo para 1991, com «aumentos salariais de 40 por cento sobre o salário base». De acordo com as ORTs (representantes) essa percentagem justifica-se «porque as avaliações não são sistema que interesse aos trabalhadores». Só «servem para os dividir». Restantes reivindicações: redução de horários para 40 horas; «alteração dos dias anuais concedidos pela empresa de 2 para 5»; introdução da «categoria de trabalhador de qualificação especializado» no contrato colecti-

vo de trabalho vertical (CCTV) do sector metalúrgico.

Cimpor. Ao comentar com fortes críticas a decisão governamental de «dar» (oferecer de graça) à Secil os Centros de Pataias e Maceira «a fim de preparar terreno para a privatização», a comissão de trabalhadores da Cimpor afirmava em 8 do corrente: «Com uma tecnologia moderna e avançada, com lucros anuais da ordem dos 7 milhões de contos e investimentos realizados de 100 milhões de contos, a Cimpor é submetida a uma política de entrega e de esbulho do tesouro público e de irracionalidade económica». A CT apela a trabalhadores e quadros da empresa: «Não silenciem nem ignorem esta operação contrária à Cimpor e à economia nacional.»

Grandes cidades. O Encontro sobre os Problemas da População Trabalhadora nas Grandes Cidades (Atenas: 15 a 19.11) conta com a participação da União dos Sindicatos de Lisboa. A USL faz-se representar por Ulisses Garrido e Graciete Cruz. Segundo nota daquela organização, devem participar no Encontro «uniões de sindicatos de outras capitais europeias, com destaque entre outras para a EUC-Londres; DGB-Berlim; LO-Copenhaga; CSC-Bruxelas; CISL/CGIL/UIL-Roma; UGT/C.C.OO.-Madrid; e CGT/CFDT-Paris».

Têxtil. O Sindicato dos Têxteis do Sul, que convocou uma greve em 16 do corrente, e a Federação dos Têxteis (Fesete) prevêem um recrudescimento da movimentação e da luta sindical no sector, especialmente no Vale do Ave (incidência principal nos concelhos de Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Famalicão) onde está em causa «o futuro de mais de 20 mil trabalhadores» — afirma a Fetese. Era criada entretanto uma comissão permanente designada por Comissão para a Defesa do Desenvolvimento do Vale do Ave.

Reformados. Entre outras acções de sensibilização e de esclarecimento programadas para esta semana, o MURPI (Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos) marcou para ontem uma concentração junto à Assembleia da República. Na Conferência (300 delegados) de âmbito nacional, organizada pela CGTP em 10 e 11 do corrente em Lisboa foram aprovados os Estatutos e o Programa de Acção da **InteReformados**. Segundo o gabinete de Imprensa (DIF) da CGTP, a mesma Conferência elegeu «o primeiro Conselho Nacional desta nova organização, que foi criada com o objectivo de reforçar a capacidade organizativa e reivindicativa dos trabalhadores reformados».

Formas de luta no «Emprego»

Em conferência de Imprensa anunciada para hoje às 9 da manhã devem ser anunciadas formas de luta a adoptar pelos técnicos de emprego e agentes de formação profissional do respectivo Instituto (IEFP) parte integrante do Ministério do Emprego e Segurança Social.

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) participa naquele encontro com os jornalistas em Lisboa, juntamente com a ANTE (Associação Nacional dos Técnicos de Emprego), APAF (Associação Profissional dos Agentes de Formação) e SINTAP (Sindicato da Administração Pública).

Entretanto, à semelhança de outras organizações sindicais representativas, a FNSFP afirmava, a propósito da suspensão da greve marcada para 20 do corrente, que a «cedência do Governo resulta da luta».

Depois de mencionar a realização de «centenas de reuniões e plenários» (participaram «muitos milhares de trabalhadores»), a FNSFP constata que o Governo «aumentou a sua proposta para os 13,5 por cento (aumentos salariais para 1991) que tinha acordado no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social), garantindo que o valor do índice mínimo da Função Pública fosse superior ao salário mínimo nacional».

Na mesma direcção, outros

comentários sindicais sobre a suspensão da greve, designadamente da Fenprof, não

afastam, no entanto, a possibilidade do recurso a outras formas de luta para alcançar

objectivos de ordem específica que o Governo ainda não satisfaz.



Apenas foi suspensa a greve do dia 20

Encontro da EDP

A orientação no sentido de privatizar áreas importantes da EDP, designadamente a «recente decisão de transformar» esta empresa pública numa «sociedade anónima», vai ser fortemente contestada, ao que tudo leva a crer, no próximo Encontro Nacional a efectuar em Lisboa em 29 do corrente por iniciativa da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas de Portugal.

Sob o lema «Emprego estável, direitos garantidos, serviço público melhor», a FSTIEP apresenta como principal objectivo do Encontro Nacional da EDP a demonstração, junto dos órgãos do poder e junto da opinião pública, de que «a política seguida para a EDP contraria os interesses do País, da empresa e dos trabalhadores». Do objectivo apresentado em primeiro lugar consta também

o debate sobre «medidas concretas de luta contra o desmembramento e a privatização».

Ainda segundo a FSTIEP, «a linha da privatização significa já a ameaça de redução de postos de trabalho (seis mil até 1993, anuncia o conselho de gerência)», mas aquela organização sindical sublinha que «é necessário e está ao alcance dos trabalhadores evitar que seja consumada», a aludida orientação.

AGRICULTORES

Apoio aos baldios

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ao referir-se à votação (30 do corrente) de um novo projecto de lei do PSD tendente a «retirar os baldios da posse, uso e fruição dos povos utentes» manifestava, através da sua direcção reunida domingo passado em Coimbra, «o seu total apoio à iniciativa dos secretariados distritais e dos conselhos directivos dos baldios» no sentido de levar os primeiros interessados — os povos utentes — a «assistirem na Assembleia da República àquele atentado contra os seus ancestrais e legítimos direitos».

A direcção da CNA tratou ainda, na mesma reunião, do

seu próximo Congresso (Fevereiro de 1991), do Orçamento do Estado, das negociações para a segunda etapa da adesão de Portugal à CEE e ao GATT, e da situação actual da agricultura no nosso país.

Sobre este último assunto, destacou-se que a CNA «volta a considerar ser inadmissível que a CEE queira impor uma taxa sobre a comercialização do vinho que pode atingir 40 escudos por litro, sem que haja a mais pequena reacção do Governo português, apesar de saber que tal taxa provocaria uma contracção do mercado, com redução do consumo e dificuldades acrescidas no escoamento».

FUTEBOL

Acordo na ponta final

A Federação do Comércio e Serviços (Fepces) afirmou em 16 do corrente que está na «ponta final» o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para os futebolistas profissionais. O ACT foi negociado pela Fepces com a Liga Portuguesa de Futebol Profissional. A Federação previa à altura, num clima de negociação propício, a conclusão do processo em 20 deste mês. O respectivo comunicado é subscrito pela comissão executiva do conselho nacional.

Parlamento Europeu

Coesão económica e social e nova Carta Social Europeia

— propõe Coligação de Esquerda

A realização do mercado interno e da União Económica e Monetária de molde a reduzir as disparidades regionais e estruturais e a adopção de uma nova Carta Social Europeia vinculativa que garanta a harmonização no progresso, foram propostas pelo Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu na sessão plenária esta semana realizada em Estrasburgo.

As medidas preconizadas constam de uma proposta de resolução apresentada com pedido de votação urgente para encerrar o debate sobre as conclusões do Conselho de Roma.

A iniciativa dos deputados da Coligação de Esquerda tem como preocupação dominante a necessidade de tomar medidas que garantam «uma real coesão económica e social na Comunidade» e ponham termo à subalternização da política social de harmonização no progresso, o que na prática não foi feito até à data nos sucessivos Conselhos Europeus realizados em Madrid, Dublin e Roma.

Tendo em conta a situação ambígua em que se encontram os trabalhos preparatórios das conferências intergovernamentais aprazadas para o próximo mês de Dezembro - cuja convocatória ainda recentemente mereceu um parecer negativo da Comissão Institucional do Parlamento Europeu - os eurodeputados comunistas alertam para o facto de o actual projecto da União Económica e Monetária (UEM) se basear no neoliberalismo e na desregulamentação, o que na prática «retirará aos Estados membros parte dos seus poderes de soberania e de decisão», contribuindo para aumentar o predomínio das transnacionais sobre as respectivas economias e subordinar «ainda mais a coesão económica e social à livre circulação de capitais e aos processos especulativos».

Na opinião daqueles deputados, a UEM entre regiões com níveis de desenvolvimento diferentes tenderá a acentuar as assimetrias económicas e sociais, o que é já comprovado pelo facto de o Sistema Monetário Europeu (SME) não ter permitido reduzir os desequilíbrios estruturais comunitários, quer internos, quer externos, pelo que consideram indispensável

um projecto de UEM que, tendo em conta esta realidade, contribua para combater a acumulação financeira a fim de libertar recursos para o crescimento e o emprego.

Na sua exposição, os eurodeputados comunistas fazem ainda notar que as directivas e regulamentos já adoptados para a concretização da UEM «confirmam uma liberalização sem harmonização nem medidas de acompanhamento necessárias para atenuar os impactes negativos e sem a definição de políticas globais», agravadas pelo facto de «não estarem previstas medidas sociais, económicas e financeiras» para as consequências do mercado interno e da UEM.

Quanto à União Política - de que muito se fala sem no entanto se saber efectivamente qual o seu conteúdo - defendem aqueles deputados que a mesma só fará sentido num contexto que tenha como objectivo «promover a democratização da Comunidade no sentido de uma cooperação mutuamente vantajosa, da solidariedade e da coesão económica e social, do reforço dos poderes do PE em relação aos órgãos comunitários não eleitos, do reforço da cooperação com os parlamentos nacionais visando a garantia de um controlo parlamentar democrático». E neste âmbito, as reformas institucionais da Comunidade «devem fortalecer o respeito e a promoção dos direitos fundamentais, dos direitos dos cidadãos, a garantia dos direitos sociais para todos os trabalhadores, de consulta e participação dos trabalhadores, dos cidadãos e das regiões na vida democrática comunitária».



Propostas dos comunistas para a união europeia

Considerando que a União Política (UP) da comunidade deve contribuir para a estabilidade e a coesão política da Europa, através da solidariedade e da amizade entre os povos, o Grupo Coligação de Esquerda propõe que o PE defenda como objectivos do Mercado Interno e da UEM «a efectiva coesão económica e social como prioridade vinculativa de toda a política económica e social comunitária», de forma a que através deles se reduzam «as disparidades regionais e estruturais, promovam o desenvolvimento equilibrado em toda a comunidade».

Objectivos a atingir através de medidas concretas visando, designadamente:

- controlar a fraude fiscal e os movimentos de capitais especulativos e promover medidas com o objectivo da sua reconversão para investimentos produtivos criadores de emprego;
- eliminar os maiores défices e excedentes estruturais de desenvolvimento que estão na base dos défices comerciais;
- impedir a tendência para isentar de tributação os rendimentos do capital em detrimento dos rendimentos do trabalho;
- criar um sistema monetário e uma disciplina cambial que não provoquem a redução do nível salarial, a acumulação financeira, o aprofundamento das disparidades sociais e regionais;
- utilizar todas as moedas nacionais numa base mais igualitária e solicitar, nesse sentido, a revisão do valor do ECU, a fim de evitar a força predominante de uma das moedas nacionais na Comunidade e com vista à redução do papel do dólar nas trocas intracomunitárias e nas trocas CEE/ACP;
- apoiar o desenvolvimento do emprego estável;
- reforçar o orçamento comunitário, os fundos estruturais e específicos e a sua continuação após 1992;
- rever os sistemas de cofinanciamento de modo a diminuir a pressão sobre os orçamentos dos Estados membros menos prósperos e das regiões mais periféricas e atrasadas;
- intensificar as políticas regionais efectivas e as políticas comunitárias em relação às grandes redes trans-europeias.

A proposta de resolução a que nos vimos reportando preconiza também a adopção de uma nova Carta Social Europeia, vinculativa, de acordo com a posição já adoptada pelo Parlamento Europeu e com as propostas dos trabalhadores, que garanta de facto a harmonização no progresso sem pôr em causa os direitos sociais já adquiridos em cada Estado membro.

Entendem os eurodeputados da Coligação de Esquerda que a construção de uma Europa social deveria «fundamentar no direito comunitário os direitos assim definidos na Carta Social e num programa de acção para a sua concretização», enquanto, por outro lado, se pronunciam a favor da intervenção dos Parlamentos nacionais e do PE no processo de decisão respeitante à União Política e à União Económica e Monetária.

O texto a que nos vimos reportando saúda ainda o desenvolvimento das relações da Comunidade e dos Estados membros com os países da Europa Central e de Leste, congratulando-se com o apoio prestado e previsto a esses países, mas alerta que tal apoio «não pode pôr em causa a coesão económica e social nem o desenvolvimento das relações, da cooperação e da solidariedade com os ACPs e os países em vias de desenvolvimento da América Latina e da Ásia. A propósito, solicita-se que seja considerada a situação da dívida e dos encargos da dívida desses países e tomadas medidas para a sua eliminação, de forma a contribuir para a diminuição do fosso entre os Estados e regiões mais e menos desenvolvidas, do desemprego a nível mundial, da degradação do meio-ambiente e para proporcionar o desenvolvimento, a estabilidade e a democracia.

A finalizar, a proposta de resolução apela à tomada de medidas concretas para pôr fim aos problemas regionais, com base nas propostas de paz da ONU e do direito internacional, defende a realização de uma conferência de paz para o Mediterrâneo e o Médio Oriente, e a tomada de medidas apropriadas para uma presença activa da Comunidade no quadro da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) com vista à institucionalização desta e à criação de um sistema único e colectivo de segurança na Europa e o fim da política de blocos militares.

Forum da Emigração

O Grupo Coligação de Esquerda no Parlamento Europeu, em que se integra o PCP, exigiu esta semana, na sessão plenária a decorrer em Estrasburgo, que a Comissão dê explicações sobre a forma como foi organizado o primeiro Forum de Emigrantes marcado para os próximos dias 29 e 30 de Novembro. Como o «Avante!» já noticiou, o Grupo acusa a Comissão de ter «excluído deliberadamente deste Forum os representantes dos emigrantes comunitários» e de o ter feito «à revelia do Parlamento Europeu, que havia sido informado (em carta da Comissão datada de 30 de Outubro) de que todas as organizações representadas na Comunidade, incluindo a dos emigrantes comunitários, seriam convidadas para aquela reunião». Ora acontece que, na verdade, a Comissão só convidou para o Forum as organizações de emigrantes não-comunitários, pelo que se impõe uma explicação das razões «desta distinção entre representantes dos emigrantes bem como da atitude ambígua face ao Parlamento Europeu».

Gilles Perrault em Estrasburgo

A convite da Coligação de Esquerda esteve esta semana em Estrasburgo o escritor Gilles Perrault, para participar n

um debate sobre a violação dos direitos do homem em Marrocos. Na ocasião, foi apresentado o recente livro do escritor, «Notre ami le roi», consagrado no essencial à grave situação dos direitos humanos em Marrocos. Na iniciativa participou também a mulher de Abraham Serfaty, preso por delito de opinião pelo regime de Marrocos, e que é um dos mais antigos presos políticos do mundo, para prestar o seu testemunho sobre a situação que se vive naquele país.

Coincidindo com esta iniciativa, o Grupo Coligação de Esquerda entregou para debate uma proposta de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Marrocos, em que se exige a libertação de Abraham Serfaty. O texto lembra que Serfaty, agora com 60 anos, foi condenado em 1977 a vinte anos de prisão pela sua oposição política ao governo de Hassan II, e que as suas condições de saúde são bastante precárias. A proposta exige ainda que Marrocos respeite «todas as convenções internacionais sobre os direitos do homem de que é signatário» e apela à amnistia imediata de todos os presos por delito de opinião.

Pobreza na Comunidade

Prevista para a presente sessão do PE (ainda a decorrer) estava também a discussão sobre a pobreza na Comunidade Económica Europeia. O tema foi suscitado pelo estudo estatístico recentemente divulgado pela Comissão sobre a evolução da pobreza na CEE entre 1980 e 1985, que revela que o número de pobres aumentou de 50 milhões, sendo os mais afectados os idosos e as crianças, bem como as famílias cujo responsável é do sexo feminino.

Os deputados do PCP, considerando que a pobreza afecta mais gravemente certos Estados membros, solicitaram à Comissão que se pronuncie sobre as medidas a tomar para impedir o aumento da pobreza e o agravamento das desigualdades sociais, bem como sobre as medidas e meios financeiros a adoptar para o combate ao flagelo de modo a ter em conta a situação real de cada Estado membro.

Despedimentos no sector electrónico e informático

A ameaça de despedimentos em massa no sector electrónico e informático preocupa os eurodeputados da Coligação de Esquerda, que sobre a matéria entregaram uma proposta de resolução no PE.

O texto começa por lembrar que o Conselho de administração do grupo Philips anunciou o mês passado um plano prevendo a supressão de 45.000 postos de trabalho, que se juntam aos 10.000 já anunciados em Julho último, bem como o encerramento de unidades de produção. A situação é agravada pelo facto de a direcção da Philips se recusar a informar quer os sindicatos quer a opinião pública sobre quais são essas unidades. Acresce, por outro lado, que a Philips participa no programa europeu de pesquisa sobre a televisão de alta definição, entre outros, pelo que tem beneficiado de fundos públicos dos Estados membros e da Comunidade.

Tendo em conta que, segundo o próprio presidente da multinacional, as reestruturações afectarão «sem dúvida» certos programas europeus do sector da electrónica e da informática, e considerando que os despedimentos são um dos elementos da crise destes sectores na Europa (a BULL anunciou dia 7 o despedimento de 5.000 trabalhadores e no dia 13 a Olivetti tomou idêntica atitude em relação a 7.000 postos de trabalho), os deputados do Grupo Coligação de Esquerda consideram ser indispensável tomar medidas para assegurar o desenvolvimento duma indústria electrónica forte na Europa.

Investigar a Gladio

A criação a título excepcional de uma sub-comissão da comissão política do Parlamento Europeu para investigar a organização Gladio foi proposta esta semana pelo Grupo Coligação de Esquerda.

Em proposta entregue para debate, os eurodeputados comunistas solicitam o total esclarecimento das actividades daquela organização clandestina, que durante mais de quarenta anos escapou a qualquer controlo democrático e actuou na mais completa ilegalidade.

Recordando as recentes revelações feitas pelo governo italiano sobre a Gladio - estrutura armada criada pela NATO e pela CIA em vários países europeus a pretexto de os defender de eventuais ataques externos, mas tendo por verdadeiro objectivo «a vigilância de partidos exercendo democraticamente a sua actividade no quadro legal dos seus países, em particular os comunistas» - a Coligação de Esquerda propõe que os Estados membros envolvidos prestem todas as informações sobre os depósitos clandestinos de armas da Gladio e informem o PE dos resultados dos inquéritos em curso sobre este assunto. Propõe ainda que sejam prestadas todas as informações sobre as manobras de desestabilização das estruturas democráticas e dos partidos levadas a cabo pela Gladio.

Internacional

Contradições e hesitações na estratégia de Bush

■ Miguel Urbano Rodrigues

O secretário de Estado norte-americano, em resposta a uma pergunta relativa ao envio de mais tropas para o Golfo, declarou na semana passada em Washington, durante uma conferência de imprensa: «Se quiserem resumir isso numa palavra, digam **emprego**». Um assessor de George Bush afirmou dias antes que a possibilidade de uma guerra no Golfo estimula a produção industrial e garante dezenas de milhares de postos de trabalho. Ouro homem do Presidente, em declarações difundidas pela imprensa internacional, mais longe: «**A guerra contra o Iraque — disse — atenuaria o perigo da recessão que já bate à porta dos EUA.**»

Essas opiniões foram emitidas por políticos responsáveis e experientes que conhecem bem o peso das palavras. Daí a sua gravidade. Elas são o reflexo de uma estratégia de Poder amoral.

Transcorreram quase quatro meses desde o dia em que o Iraque invadiu e ocupou o Kuwait. A esmagadora maioria das nações condenou o acto ilegítimo e brutal de Saddam Hussein, violador de normas e princípios do Direito Internacional mundialmente aceites. A partir de então, o temor da guerra paira sobre a Terra. Esse medo nasce sobretudo da atitude do Governo dos EUA. Como resposta ao desafio iraquiano, desrespeitador da Carta da ONU, Washington insiste numa solução militar, ou seja, pretende responder a um crime com outro crime, igualmente incompatível com uma ordem mundial civilizada.

O presidente Bush, invocando (a despropósito) o princípio da autodefesa, tem dito e redito que a Carta das Nações Unidas legitima o desencadeamento de operações ofensivas contra o Iraque sem autorização prévia do Conselho de Segurança da ONU.

Em Lisboa, o secretário-geral da NATO, o alemão Manfred Woerner, foi categórico: «**O presidente dos EUA acha que não é necessária a aprovação de uma Resolução do Conselho de Segurança para iniciar ope-**

rações militares contra o Iraque.»

A atitude da Casa Branca choca-se com repetidas afirmações dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (portanto também dos EUA) segundo as quais é, aquele alto organismo das Nações Unidas e apenas ele quem define o direito internacional no Golfo. Por isso mesmo o CS aprovou em três meses uma dezena de Resoluções sobre a crise.

O entendimento que o presidente Bush tem do funcionamento e competências das instituições internacionais e do que seja um comportamento ético na política é, como se verifica, peculiaríssimo. Fica expresso na contradição entre duas posições antagónicas do seu próprio país.

Para impor o bloqueio ao Iraque e para regulamentar pormenores da sua aplicação, a Casa Branca reconheceu a necessidade de decisões colectivas, tomadas ao nível do Conselho de Segurança. Mas para fazer a guerra, isto é, para desencadear um processo que conduziria a uma tragédia de proporções inabarcáveis, o presidente dos EUA conclui, numa piroeta, pela não obrigatoriedade de uma Resolução do CS.

Quando George Bush fala com tanta segurança da missão ecuménica dos EUA, da Nova Ordem Internacional (norte-americana) e da aurore de uma Nova Era — sobem-me à memória as famo-

sas palavras proferidas pelo presidente McKinley após a guerra contra a Espanha na viragem do século XIX. Invocando Deus, afirmou então (depois de anexar as Filipinas e Porto Rico e declarar o protectorado sobre Cuba): «Não renunciarei à parte que nos toca na missão da nossa raça, incumbida, por designio divino, da civilização do mundo.» (!)

Nas últimas semanas o presidente Bush recuou. Permanece fiel à sua interpretação de que a guerra pode ser iniciada sem mandato do CS. Mas já não se mostra, na aparência, apressado. Agora diz-se disposto a esperar pelos efeitos do bloqueio. Admite mesmo a hipótese de uma consulta ao Conselho de Segurança.

A mudança aparente de postura tem causas complexas: Bush nunca foi um político impulsivo e caprichoso.

A contestação veio de dentro, da própria casa. Senadores e representantes principiaram a afirmar sem rodeios que o presidente não pode tomar a iniciativa de iniciar a guerra no Golfo sem autorização expressa do Congresso.

Bush sentiu-se acossado.

Como passar por cima do mais alto órgão executivo da ONU se no seu próprio país o adverte de que lhe está vedado pela Constituição envolver a nação numa guerra sem autorização expressa do Legislativo?

O líder do Senado, o democrata George Mitchell, foi peremptório: o presidente Bush «não tem autoridade legal» para ordenar um ataque ao Iraque sem ser autorizado pelo Congresso. Até os parlamentares republicanos, como o senador Richard Lugar — seu amigo pessoal — sugerem ao presidente a necessidade de convocar o Congresso para debater os objectivos, nada claros, da presença no Golfo de uma gigantesca concentração de forças aéreas, navais e terrestres norte-americanas.

A popularidade de Bush caiu, desde Setembro, 25 pontos, descendo pela primeira abaixo dos 50%. A opinião pública acha que não vale a pena mandar os boys morrer pelo emir do Kuwait e pelos príncipes sauditas (do petróleo fala-se menos).

Bush entrou assim num jogo de difícil compreensão, marcado por bruscas inflexões tácticas. Admitiu a hipótese da convocação do Conselho de Segurança para discutir a opção militar, mas... sem se comprometer. Não



está seguro da atitude que a China assumiria (um veto inesperado faria ruir a sua estratégia agressiva) nem do tipo de Resolução que eventualmente viria (após emendas) a ser aprovada.

A guerra é o desfecho de um processo que se prepara sigilosamente. Perante as restrições que a China, a França e a URSS (além da maioria dos países árabes) fazem à solução militar, os EUA ficariam provavelmente de mãos atadas após uma Resolução que admitisse o ataque ao Iraque, mas metesse Washington num espartilho. Isto num momento em que os estrategos discutem se o cenário da guerra deve ser o Kuwait, ou se a ofensiva deve partir da Turquia ou ser iniciada com ataques aéreos demolidores a Bagdad e Bissorá.

Nos últimos dias, o presidente dos EUA andou pela Europa. Pedeu apoio para a sua política e ... dinheiro. O império tem os cofres vazios... Hoje, estará na Arábia Saudita, com o seu Exército.

Que vai acontecer no Golfo? Solução pacífica, negociada — ou guerra?

Qualquer resposta para a pergunta seria, no actual contexto, aventureira. A única certeza nestes dias é a de que o presidente dos EUA — um país que pretende apresentar-se como modelo de democracia — teima em afirmar que ele tem nas mãos as chaves da guerra. Coloca-se acima das Nações Unidas.

Tal atitude, perigosamente amoral, justifica um convite à meditação de todos os homens que na Terra identificam na defesa da Paz um objectivo supremo. O desafio do presidente dos EUA à lógica, ao direito internacional e à ética política vale por uma antecipação do que seria a Nova Ordem Internacional que ele, George Bush, desejaria ver implantada no mundo sob a vigilância do imperialismo americano, erigido em gendarme dos povos do planeta.

(!) In «American Economic History», Harold Faulkner, Harper & Brothers Publishers, New York, 1924.

URSS em notícias

URSS — reformulação dos órgãos de poder

O presidente soviético Mikhail Gorbachov disse, no Parlamento Soviético, ter chegado a hora dos defensores da perestroika passarem da defensiva à ofensiva. Gorbachov proferia um discurso «sobre o estado da Nação», numa sessão especial do Soviete Supremo da URSS destinada a debater a situação de crise no país. O presidente propôs uma reformulação dos órgãos de poder.

As propostas do presidente serão examinadas no IV Congresso extraordinário de deputados do povo da URSS, que reúne 2250 representantes, depois que o Soviete Supremo votou a sua convocação para 17 de Dezembro.

Ao falar no parlamento, Gorbachov propôs a criação do cargo de vice-presidente da URSS, a substituição do actual governo por um presidencial, com a supressão do actual Conselho Presidencial, e o reforço dos poderes do Conselho da Federação.

Esta série de propostas que reformulam os órgãos de poder na URSS, no sentido de um reforço do poder presidencial e da representação das Repúblicas no Centro, foram feitas no debate sexta-feira iniciado no Soviete Supremo sobre a crise no país.

A URSS enfrenta actualmente uma grave crise política com a acentuação das tendências centrífugas das repúblicas e uma guerrilha sobre a delimitação de competências entre as autoridades centrais e as Repúblicas Federadas, em particular com a Federação Russa, presidida por Boris Ieltsin.

O presidente dissera no seu discurso de sexta-feira que iria passar à ofensiva política, anunciando uma remodelação governamental dentro de dez dias e das altas esferas militares.

Gorbachov disse que as suas propostas visavam fortalecer a estabilidade política e económica, assegurar a ordem pública e a disciplina e normalizar as relações inter-étnicas.

«A aplicação destas medidas deve contribuir para o cumprimento das nossas tarefas estratégicas e o prosseguimento das transformações democráticas», disse Gorbachov, que apelou ao apoio por parte das Repúblicas Federadas.

O presidente, que manifestou a sua oposição categórica ao «desmembramento do Estado, ao corte entre os territórios e à destruição dos laços seculares entre os povos» da URSS, declarou ser «necessário partilhar imediatamente os poderes e competências» entre o centro e as Repúblicas.

A reorganização do executivo anunciada pelo líder soviético significa o aparecimento de um governo presidencial. Segundo Gorbachov, o gabinete deve congrega «funcionários novos, com elevada iniciativa e mentalidade moderna».

O governo presidencial será dotado de um Conselho de Segurança, que coordenará os órgãos de segurança pública.

O Conselho da Federação, onde têm assento os presidentes dos Sovietes Supremos das 15 Repúblicas Federadas, é transformado, segundo a proposta do presidente, de um organismo consultivo numa «estrutura de coordenação dos esforços aplicados pelo centro e pelas Repúblicas», com a criação no seu seio de um organismo de trabalho.

Este chamar-se-á comité Inter-Repúblicas e será constituído por peritos e especialistas altamente qualificados, em plena representação das repúblicas, conforme o descreveu Gorbachov.

Para levar à prática as leis, deliberações e recomendações, o presidente propôs também criar uma Câmara de Controlo junto do presidente, que tenha representantes de pleno direito em todas as regiões do país.

ANGOLA

MPLA-Partido do Trabalho defende socialismo democrático

O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, reunido extraordinariamente em Luanda, de 14 a 16 deste mês, decidiu optar politicamente pela linha do socialismo democrático.

Igualmente, decidiu transformar o carácter, de partido da classe operária para uma formação política de massas, bem como ratificou a decisão do seu Bureau Político de adesão à Internacional Socialista, de que é membro observador.

No domínio económico, decidiu pugnar por uma economia mista, baseada nas leis de mercado que salvaguarde

a soberania e que garanta a mais ampla participação de todos os cidadãos na recuperação e desenvolvimento da economia nacional, no quadro do princípio do livre exercício de qualquer actividade económica, desde que não seja proibido por lei.

A economia mista visa também proteger a propriedade privada e o investimento estrangeiro, assegurar a concorrência equilibrada e responsável, estabelecer a defesa do consumidor e do meio ambiente e contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais.

O Comité Central do Partido decidiu igualmente aprovar a realização do seu terceiro Congresso para o período de quatro a nove de Dezembro próximo.

Segundo o comunicado final, divulgado sexta-feira em Luanda, o Comité Central aprovou a agenda de trabalhos do Congresso, onde figuram a eleição do presidente do Partido e a realização do processo eleitoral daquele órgão.

Consta ainda da agenda a aprovação do Programa e dos Estatutos do Partido, e apreciação das bases gerais

da revisão global da Lei Constitucional e a fixação do número e eleição dos demais membros do Comité Central.

Outros temas são a apresentação do relatório da comissão de mandatos, a eleição dos órgãos internos do Congresso, a aprovação do regulamento interno, do programa e da agenda de trabalhos.

A apresentação e aprovação do relatório do Comité Central, a apreciação das apelações ao Congresso e a aprovação das resoluções do Congresso constam igualmente da agenda.

Internacional

PARIS • CIMEIRA DA CSCE

«O fim de uma era de divisão e confronto»

Paris viveu sem dúvida nestes dias um momento histórico no processo de criação de novas relações internacionais, baseadas no desarmamento e na procura activa de respostas políticas para os múltiplos problemas que marcam a nossa época. Um acontecimento particularmente importante para a Europa, mas que não pode deixar de ter consequências sobre toda a realidade mundial.

Não que tudo o que nestes dias se passou na capital francesa sejam dados adquiridos e a paz um processo irreversível. As contradições existem, nomeadamente entre o discurso político e práticas que — não — lhe correspondem. Por exemplo, as palavras de George Bush sobre as minorias que «enriquecem a nossa sociedade», sublinhando que «a protecção dos seus direitos constitui um requisito para a estabilidade», estão longe de ter a adequada correspondência na realidade social norte-americana.

Mais grave ainda, é a continuidade de uma aposta em velhos projectos de domínio militar, mais ou menos abertamente defendida no seio da NATO.

Entretanto, o simples facto de diversos observadores considerarem que, no plano prático (abstraindo o notável significado político), o tratado de desarmamento convencional, assinado pelos membros da NATO e do Tratado de Varsóvia, está de alguma forma ultrapassado à partida pelas próprias reduções nos orçamentos de defesa entre-

tanto avançadas em vários países da Europa, é deveras significativo.

Concretamente sucederam-se em Paris dois importantes actos na verdade inter-relacionados.

No seguimento de Helsínquia

Os vinte e dois países da NATO e do Tratado de Varsóvia assinaram, segunda-feira, o Tratado de Desarmamento Convencional (CFE), estabelecendo limites equivalentes para ambos os blocos no número de tanques, veículos blindados, peças de artilharia, aviões de combate e helicópteros de ataque, diminuindo a concentração dessas forças na Europa Central. Um corte que reduz os arsenais em cerca de 25,5%. O acordo prevê ainda mecanismos de verificação inéditos.

Um processo a que será dada continuidade imediata. No próximo dia 26, os negociadores voltarão a encontrar-se, em Viena, para estudar novas limitações do potencial militar, em particular no que se refere à redução do pessoal militar. Em causa também limites a introduzir na produção de novos arsenais.

Um quadro em que é de sublinhar a necessidade, frisada por Gorbachov, de iniciar negociações «dentro de um dois meses», para a redução de armas nucleares de curto alcance.

A assinatura do CFE, foi acompanhada da aprovação conjunta de uma importante «Declaração Comum de Vinte e Dois Estados», em que se afirma: «o fim de uma era de divisão e confronto que durou mais de quatro déca-

das, a melhoria das relações entre os seus países e o contributo assim dado à segurança de todos».

Quarta-feira, a Cimeira dos chefes de Estado e de Governo da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), em cujo âmbito foram assinados os acordos de desarmamento na Europa, adoptou uma Acta Final, em que se prevê um peso acrescido na vida política do velho continente, assumindo-se como um garante de paz e de cooperação.

Serão asseguradas cimeiras regulares ao mais alto nível e instituído um secretariado em Praga e um centro de prevenção de conflitos em Viena. Prevista ainda a instituição de uma Assembleia da Europa, com representantes dos Parlamentos dos Estados membros. Em Malta, no princípio do próximo ano, deverá ser criado um organismo de conciliação para tratar de problemas de minorias étnicas e questões fronteiriças.

A Acta de Helsínquia, e o processo então encetado, receberam novo e poderoso impulso.

NATO, a tentação do passado

No discurso dirigido aos participantes no acto de assinatura dos documentos de desarmamento da Europa, Gorbachov referiu concretamente a necessidade da profunda transformação dos blocos militares. Os Estados membros do Tratado de Varsóvia, disse, «poderão tomar importantes decisões antes do fim do ano, transformando a organização e alterando as suas características. É claro que compete aos países membros da NATO assumirem quaisquer decisões relacionadas com aquela organização».

Seria desejável que a já anunciada transformação da Aliança assumia um carácter mais drástico, aproveitando algumas das transformações muito profundas, em curso na Europa».

Nesta mesma linha de pensamento, admite-se que, da reunião da CSCE prevista para Março de 1992, resulte a dissolução da NATO, por esta ficar entretanto esvaziada de qualquer conteúdo.

Há entretanto quem defenda opção diferente, e uma manutenção da NATO a todo o custo. Em entrevista nestes dias publicada pelo jornal francês «Le Figaro», o secretário-geral da NATO, Manfred Woerner, defende que a NATO deve continuar a existir para «equilibrar a potência soviética» e «prevenir os riscos ligados à instabilidade que a URSS atravessa».

Declarações que testemunham do carácter contraditório de um processo entretanto altamente marcado por uma dinâmica de paz, que nem todos querem aceitar na prática.

«Em Maio e Agosto deste ano o «Avante!» denunciou as verdadeiras características da chamada «Campanha de Produtividade» que algumas empresas estão a levar a cabo sob o patrocínio do governo e dos imperialistas americanos. (...) A sombra da enganosa ideia de «prémios» e de aparentes «aumentos de salários» esta nova ofensiva do patronato e do fascismo representada para os trabalhadores maior exploração, mais doença e mais desemprego. A vinda de técnicos estrangeiros para a montagem de tal sistema de trabalho, com a medição dos tempos de cada operário, com as «normas» fixadas para a produção, significam para os operários, mal alimentados e mal pagos, trabalho a ritmos esgotantes, que lhes arrastam os nervos e a saúde, ao passo que para o patronato tal sistema significa ainda maiores lucros.

Na CUF, onde tal sistema foi adoptado, os despedimentos continuam, muitas vezes disfarçados de «suspensão até nova ordem». Na Fábrica de Lâmpadas Lumiar, depois do aumento do «ritmo de produção» numa secção onde trabalhavam 8 operários trabalham agora dois homens e uma mulher, que só recebem o salário completo quando atingem determinado «mínimo». Os mineiros de S. Pedro da Cova, que tiravam 20 «verinas» de 500 quilos por dia, foram obrigados a aumentar a produção para 25 e depois para 30 «verinas»; se o não conseguem, recebem menos um terço do salário. Em muitas empresas têxteis do Norte as operárias são obrigadas a trabalhar com 3 e 4 teares com a promessa de ganharem mais, havendo em muitas, como por exemplo na «Ferro», em Fafe, operários já aniquilados pela tuberculose por trabalharem com 7 teares automáticos.

São exemplos dos «benefícios» da chamada «campanha de produtividade». Importada directamente da América ao abrigo do «Plano Marshall», onde sucedeu ao tristemente célebre «taylorismo», com a falsa promessa de «interessar» os operários nos lucros das empresas, pretende na realidade dividir os trabalhadores.

Efectivamente, a partir do momento em que tal sistema é introduzido numa empresa, cada operário pouco consciente torna-se num competidor do seu companheiro no mau sentido da palavra, pois que o resultado inevitável de tal competição é o despedimento dos que ficam para trás ou se tornaram dispensáveis ao patrão e o consequente aumento dos lucros da empresa.»

(«Contra a «Campanha de Produtividade» - «Avante!», VI série, n.º 182, Novembro de 1953)



«Os fomentadores de guerra norte-americanos não desistem dos seus criminosos planos de rearmar os militaristas da Alemanha Ocidental. As conferências de Londres e Paris, realizadas em Outubro, resolveram incluir a Alemanha Ocidental no tratado de Bruxelas e no Pacto do Atlântico. Ao mesmo tempo, autorizaram a Alemanha Ocidental a organizar um exército de 12 divisões, com um efectivo superior ao do exército francês (...).

Em face dos perigos causados pela política dos círculos governantes dos Estados Unidos e dos seus satélites europeus, torna-se cada vez mais popular a ideia do Tratado Geral Europeu de Segurança Colectiva proposto pela URSS na Conferência de Genebra, no qual poderão participar todos os povos da Europa, seja qual for o seu regime social, incluindo a Alemanha Ocidental e a República Democrática Alemã. Este é o verdadeiro e único caminho para a Paz e a segurança na Europa (...).

(«Impõe-se um Tratado Geral Europeu» - «Avante!», VI série, n.º 192, Novembro de 1954)



A ocupação de Jerusalém-leste é um ultraje e uma humilhação para o mundo árabe

Palestina 2.º aniversário

No 2.º aniversário da proclamação do Estado Palestino, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Presidente do Comité Executivo da Organização de Libertação da Palestina, Yasser Arafat, a mensagem que transcrevemos.

«Na passagem do 2.º aniversário da Proclamação do Estado Palestino, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda o heróico levantamento popular que nos territórios ocupados da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e de Jerusalém mostra a ineludível vontade do povo palestino alcançar o reconhecimento dos seus direitos nacionais inalienáveis.

«A explosiva situação prevalecente no Golfo e em toda a região coloca com toda a acuidade a necessidade de uma solução negociada e global. Neste quadro, torna-se ainda mais urgente a convocação de uma conferência internacional para encontrar uma solução justa para o problema palestino, que passa pelo reconhecimento dos direitos nacionais palestinos consubstanciados num Estado soberano e independente em território da Palestina.

«O PCP aproveita a ocasião para confirmar a solidariedade dos comunistas portugueses para com a luta do povo palestino e a vontade de estreitar sempre mais os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o PCP e a OLP.»



Realizou-se na passada 6.ª-feira, no Hotel Embaixador, em Lisboa, um Colóquio de Solidariedade com a OLP. O Colóquio foi organizado pela DORL do PCP e presidido por Marília Cabral, do CC e da DORL. Intervieram Albano Nunes, do Secretariado do CC do PCP, e Issam Beseisso, representante em Portugal da Organização de Libertação da Palestina. Presentes nesta sessão de solidariedade, que incluiu debate, algumas dezenas de pessoas.

Em Foco

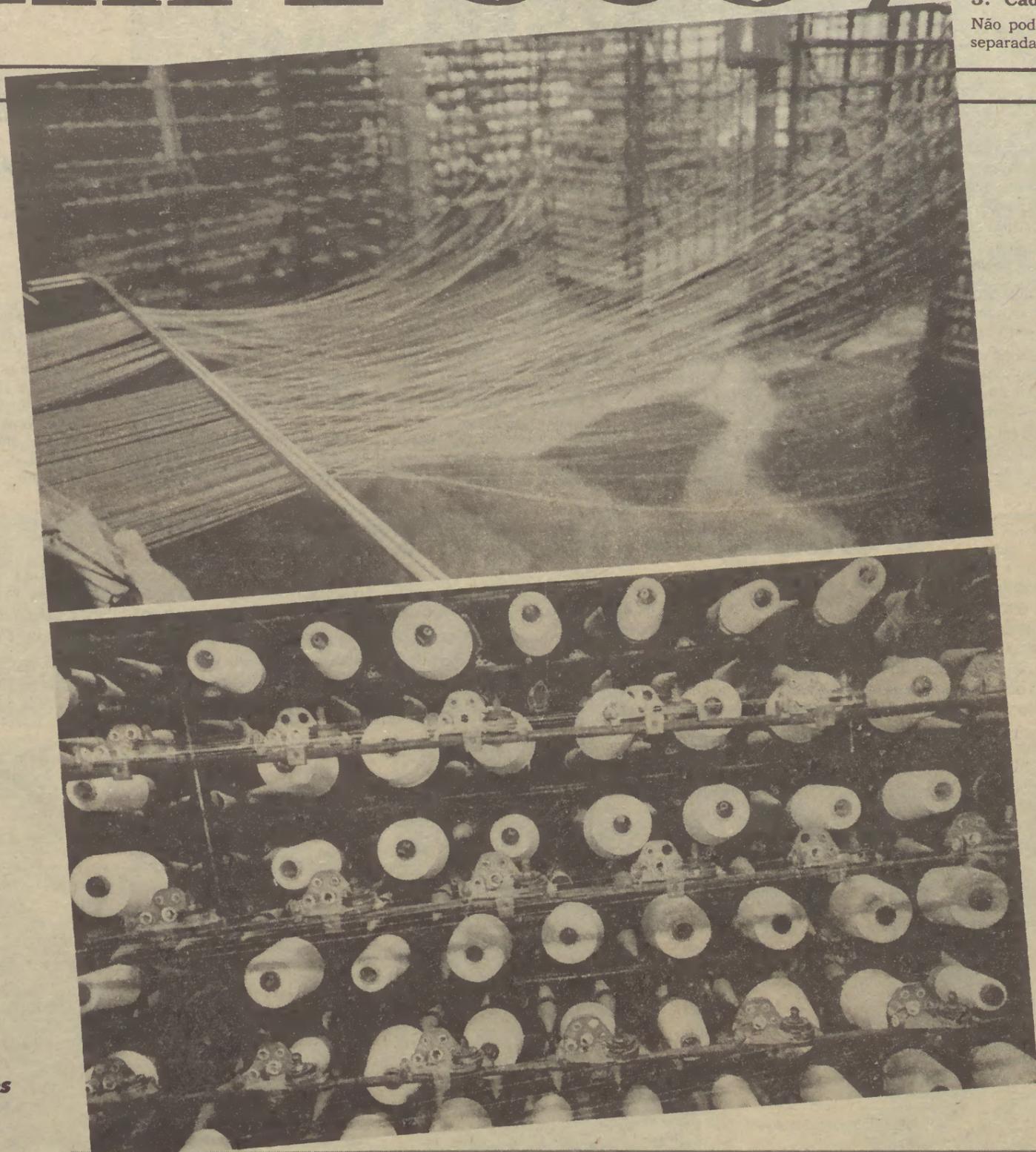
Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 883

22 de Novembro de 1990

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



■ Domingos
Mealha

O VALE DO AVE NA TEIA DA CRISE



A crise da indústria têxtil - diz agora toda a gente - era esperada. Tem como causas mais próximas a adesão de Portugal à CEE e a forma como essa adesão foi negociada, o fim próximo do Acordo Multifibras e a liberalização do comércio têxtil internacional, a falta de modernização das fábricas portuguesas, que até agora sobrevivem à custa da sobre-exploração dos trabalhadores.

A crise da indústria têxtil - reconhece agora toda a gente - é real e está a criar problemas sociais muito graves no Vale do Ave, onde trinta mil postos de trabalho estão em risco.

Só que é preciso dizer mais, ir além da constatação da crise e das lamentações a propósito das suas consequências.

Quem são os responsáveis? Quem está a sofrer? Quais são as soluções? Como minorar as grandes dificuldades imediatas? Como evitar a repetição futura desta autêntica catástrofe social?

Há salários em atraso, empresas falidas e encerradas, secções desactivadas, postos de trabalho liquidados, famílias inteiras suspensas de um subsídio de desemprego magro e que tarda a chegar, ou de biscates que só há quando aparecem. Mas, na mesma Bacia do Ave, há opulentos carros de luxo, moradias e vivendas, patrões que não pagam ordenados e fecham empresas para alimais ao lado voltar a abrir outras com outro nome e onde a exploração é ainda mais intensa... Há quem se conforme com esta situação, há quem a alimente, há quem a tente esconder. E há quem, contra todas as dificuldades e contratempos, continue a lutar para que o peso da crise não caia sobre os ombros dos trabalhadores.

O «Avante!» esteve no fim da semana passada na Corda do Ave. Falámos com trabalhadores, com sindicalistas, com dirigentes do Partido. Vimos máquinas paradas e portões enormes fechados. Ouvimos palavras dolorosas e histórias dramáticas do dia-a-dia de quem trabalha para viver. Sentimos a revolta, calada ainda muitas vezes por receios justificados, mas que ganham corpo em acções de protesto e luta. Vimos, ouvimos... e contamos a teia da crise que se estende ao longo do rio.

«Antes chamaram-nos alarmistas...»

PCP quer plano de emergência para os trabalhadores atingidos

No Norte a consciência da crise que perpassa a indústria têxtil é hoje generalizada, como verificámos nos contactos com trabalhadores e como nos afirmaram dirigentes sindicais e do Partido, referindo a ampla divulgação que tem tido na comunicação social e as preocupações manifestadas, de uma ou de outra forma, por diversas organizações e personalidades.

«Mas quando antes alertámos para os problemas da têxtil, chamaram-nos alarmistas» - recorda António Lopes, da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP, reflectindo um sentimento partilhado pelos comunistas com quem conversámos. - «Para o Partido, estas preocupações não são de agora, não se manifestam apenas quando as eleições estão à porta: desde 1975-76 que estudamos a indústria têxtil, fizemos vários encontros e debates com a participação de muitos dos interessados, mesmo do patronato, apresentámos as nossas análises e as nossas propostas».

Idêntica tem sido a atitude das estruturas sindicais, que efectuaram em 1987, em Guimarães, um importante seminário, recordado na conferência de imprensa que deram no Porto na passada sexta-feira. Também o patronato tem promovido iniciativas do género, e tem havido vários estudos de organismos governamentais. «Mas nunca vi outro par-

tido, além do PCP, fazer algo deste tipo» - constata António Lopes.

Os têxteis

O sector têxtil representa um terço da indústria nacional, emprega 29 por cento da mão-de-obra industrial

e tem uma quota de 30 por cento no total das exportações portuguesas. Concentra-se tradicionalmente na Beira Interior (lanifícios) e no Vale do Ave (fiação, tecelagem, acabamentos, confecção e vestuário de algodão e fibras). Aqui, o têxtil é responsável, em média, por 70 por cento da mão-de-obra da indústria transformadora.

Fotografia da crise

A crise da indústria têxtil reflecte-se em factos muito concretos do dia-a-dia: o encerramento de empresas, os processos de falência, a redução e suspensão da produção, os atrasos no pagamento de salários, a rescisão de contratos a prazo, um sufocante clima de instabilidade e insegurança. Numa conferência de imprensa que deu sexta-feira no Porto, a Comissão para a Defesa e o Desenvolvimento do Vale do Ave (que reúne estruturas do movimento sindical unitário dos distritos de Braga e do Porto) divulgou um levantamento da

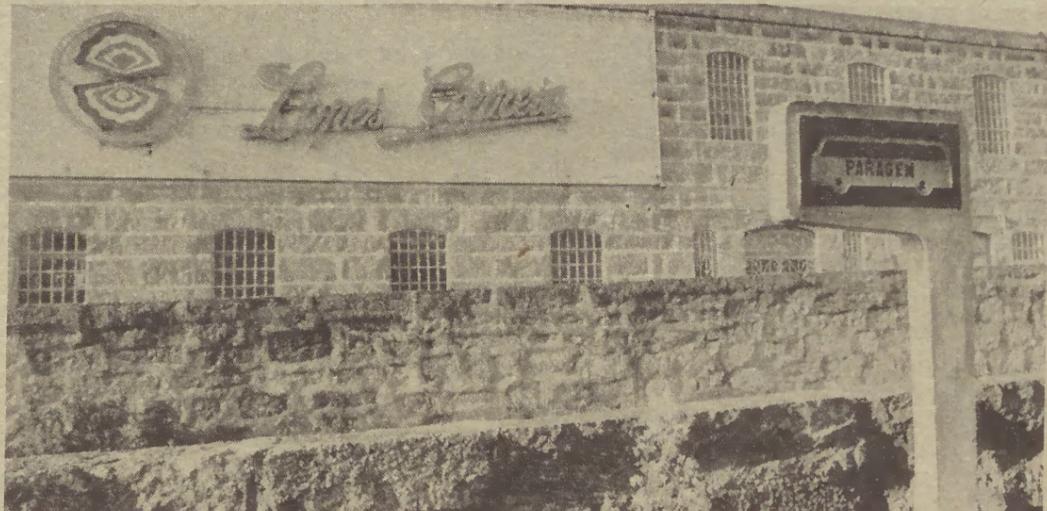
situação mostrando que 25 mil trabalhadores estão já a sofrer na pele as dificuldades existentes em 64 empresas dos concelhos de Guimarães, Famalicão, Santo Tirso, Fafe, Vila do Conde, Viana do Castelo, Póvoa de Lanhoso e Braga. A associação patronal do sector confirma que estes números pecam por defeito e o coordenador do Sindicato dos Têxteis de Braga não tem dúvidas em elevar aquele montante para 30 mil.



«Nunca disse o lucro que isto deu, mas manda os prejuízos para cima de nós!» O protesto, por estas ou por outras palavras, é das trabalhadoras da **Sociedade Mercantil do Minho (Fábrica Cavalinho)**. O patrão (que deve há 8 anos 12 contos de retroactivos a cada trabalhador) tinha prometido pagar na passada sexta-feira mais 30 por cento dos ordenados de Outubro. Se o tivesse feito, ficaria ainda a dever aos 600 trabalhadores da fábrica 20 por cento dos salários. Mas deixou apenas a promessa de pagar depois do fim-de-semana. As operárias não aceitam esta situação; lembram que, dos feltros e atalhados que ali fazem, «vende-se tudo»; não crêem que o dinheiro desapareça, tanto mais quando ouvem dizer que o principal responsável da empresa está a abrir uma nova fábrica na Póvoa de Lanhoso. Têm presente o que se passou há 8 anos e reparam que as dificuldades surgem sempre por altura do Natal, quando se gasta mais dinheiro. «É para as pessoas encherem e irem embora» - acusam. E é o que sucede com alguns jovens. Outros não vêem solução: «Estamos aqui há quase trinta anos, se a fábrica fechar o que é que vamos fazer?».



A **Fábrica de Tecidos Baganheira**, em S. Martinho do Conde (Guimarães) está a dever ordenados, não tem matéria-prima para trabalhar, tem a tecelagem toda parada e a confecção a trabalhar «para aí a 20 por cento» - disseram à nossa reportagem os trabalhadores que, embora desocupados, continuam a ir todos os dias à empresa. Mas o patrão está a dar obra para fora, quer é acabar com isto aqui - denunciam. Ao todo, são 450 pessoas que ali trabalham e, como em geral sucede na indústria têxtil, há famílias inteiras a depender da fábrica. As preocupações o patrão responde com a prepotência e, pelo que nos contaram, já chegou a agredir trabalhadores que lhe foram exigir o pagamento dos salários em dívida. De concreto e palpável, vimos cartas a anunciar a rescisão de contratos a prazo.



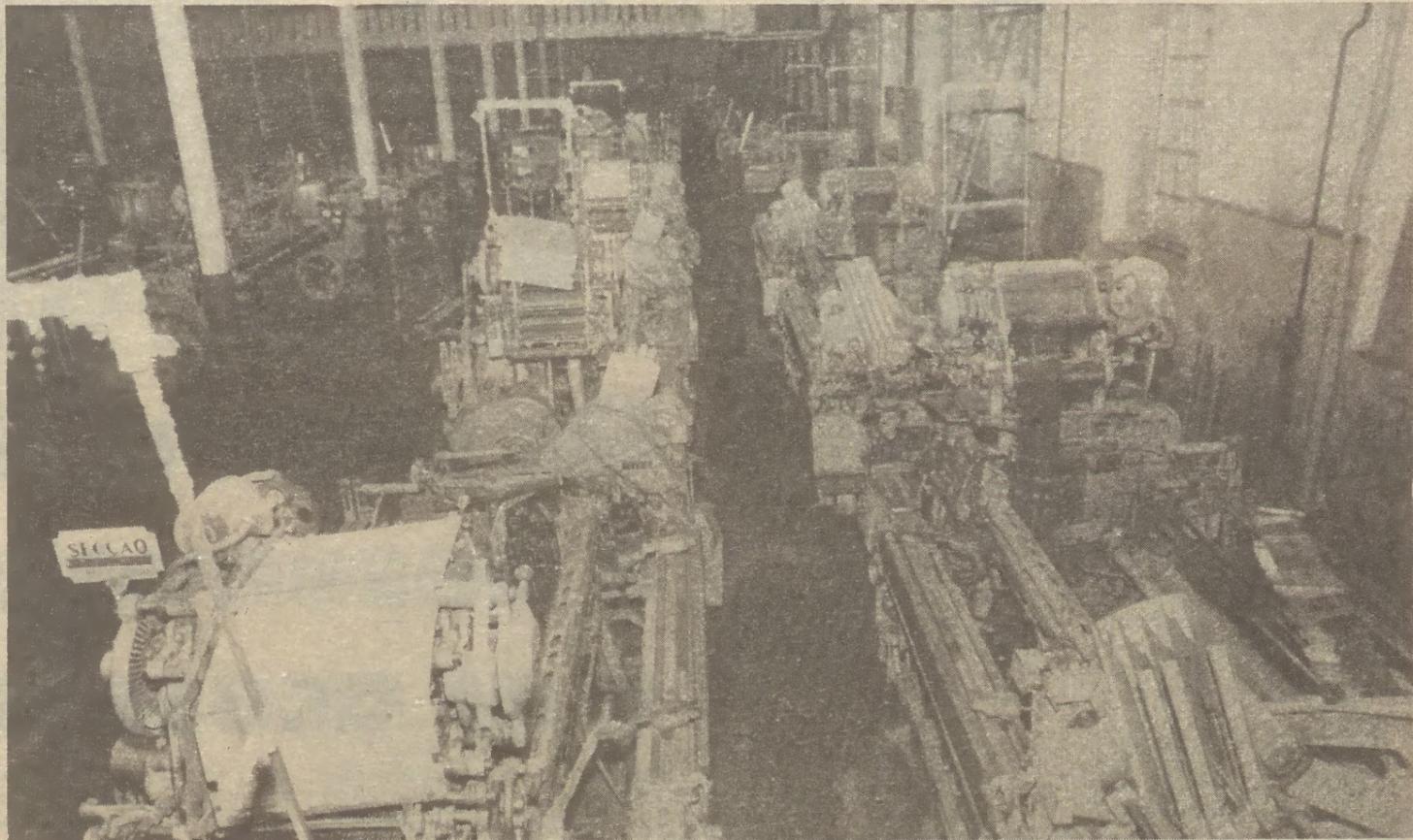
Em Setembro foi declarada a falência da **Têxteis Lopes Correia**; empregava 650 pessoas e estava encerrada há um ano. Também em Pevidém, no concelho de Guimarães, e ali mesmo ao lado, fica a **Coeilima**, com 2600 trabalhadores, que está actualmente num processo de reestruturação onde a redução de meio milhar de postos de trabalho é uma peça-chave.



A **Têxtil Vizela**, em Moreira de Cónegos (Guimarães), atravessa um período de reestruturação para ultrapassar as dificuldades que levam a que esteja a laborar a 80 por cento na tecelagem. Para além da perspectiva de eliminação de duas centenas de postos de trabalho, tem trabalhadores suspensos devido à acção reivindicativa em que se empenharam.

«Ao longo de anos a evolução da indústria têxtil no Vale do Ave assentou num grande exército de mão-de-obra barata e dispersa no terreno, formado por unidades familiares que tinham na agricultura um complemento dos salários baixos» - refere o conhecido advogado Óscar Jordão Pires, que foi vereador da CM de Guimarães e candidato do PCP nas últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Após a adesão à CEE, agravada a partir de Junho de 1991 com o fim do Acordo sobre Fibras Múltiplas (que desde 1974 limitava as importações têxteis dos países em vias de desenvolvimento para os países desenvolvidos), as empresas portuguesas já

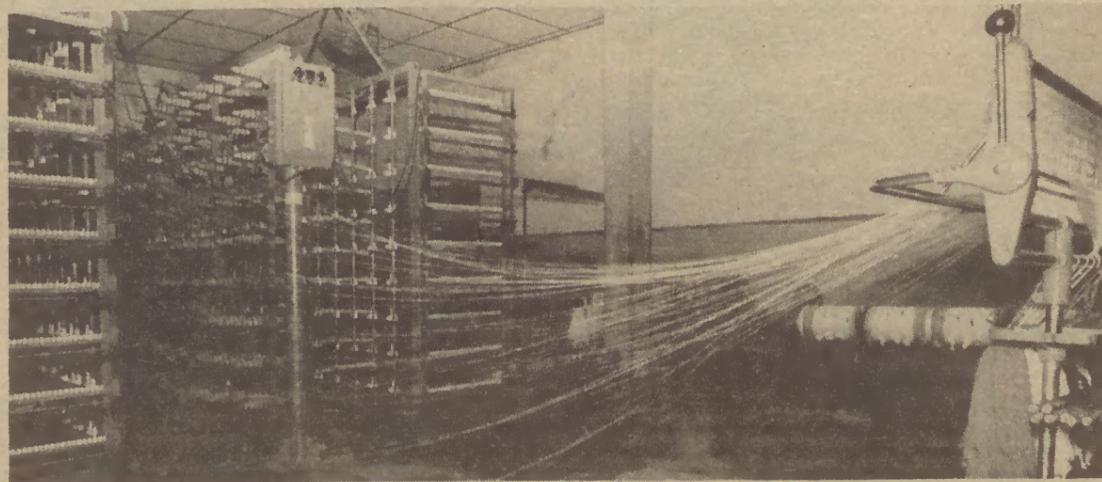


Na **Fiação de Vermoim** decorria um plenário de trabalhadores quando a reportagem do «Avante!» lá chegou. Em Outubro a produção parou por falta de matéria-prima. Não foram pagos os salários desse mês, sucedendo o mesmo com os 10 contos que os trabalhadores recebiam por conta de 4 meses atrasados do ano passado. O patrão, Armando Mendes, que levou à falência as quatro empresas que administrou antes desta, desapareceu de cena. «Em Outubro saiu daqui muito fio e não sabemos para onde foi o dinheiro» - queixam-se os trabalhadores. No concelho de Famalicão há mais sinais da crise: a tecelagem encerrada na **Sampaio, Ferreira e Cª** (100 trabalhadores despedidos, num total de 1200), salários e subsídios em atraso na **Carides** (400 trabalhadores), o encerramento e falência da **Exportex** (220 trabalhadores), pagamento irregular de salários na **Fiação e Tecidos de Servos** (800 trabalhadores), na **JF Braga** (300 trabalhadores) e na **Fiação e Tecidos de Delães** (200 trabalhadores).



A **Flor do Campo**, com mais de um milhar de trabalhadores, tem um passivo muito elevado e poderá ter sérios problemas dentro de algum tempo. Há trinta anos, contudo, era uma empresa avançada... A **Industrial das Hortas**, também no concelho de Santo Tirso, está em situação de pré-falência, paga os salários e subsídios aos seus mil trabalhadores sempre com atraso, deve-lhes o mês de Outubro. Na **Araújo e Gonçalves** o sector de produção foi destruído por um incêndio em Setembro. Deve os salários de Outubro e o processo de recuperação previsto aponta para o despedimento de 400 pessoas, das 600 que até aqui empregava.

Desde 20 de Setembro a **Fiação e Tecidos de Santo Tirso (Teles)** está encerrada, devendo a avaliação judicial estar concluída em Janeiro. Chegou a ter 1200 trabalhadores. Agora, depois de afirmações de confiança e promessas do patrão que duraram 8 meses (em que os salários eram pagos com atraso e em duas partes), foram lançadas no desemprego 700 pessoas, a maioria das quais ainda não começou a receber os 35 contos do subsídio de desemprego.



não podem viver à conta do trabalho intensivo, necessitam de modernizar os equipamentos e os métodos de trabalho.

Actualmente, mais de 70 por cento das nossas exportações destinam-se a países da CEE. 20 por cento vão para países da EFTA. Outros 6 por cento seguem para os EUA.

Outro dado referido pela imprensa nestes dias em que a crise têxtil vem ao de cima: um operário têxtil português ganha 5 vezes menos que um alemão; mas um tailandês ganha 5 vezes menos que o português.

Desta forma, os produtos têxteis portugueses têm que passar por uma estreita faixa limitada pelos preços dos países em vias de desenvolvimento e pela qualidade dos países industrializados. Muito depende, no futuro, do que for decidido no «Uruguai round», as negociações no âmbito do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio) sobre o fim do Multifibras, que decorrem em Genebra e deverão estar concluídas em Dezembro.

A crise e os responsáveis

A crise, tal como era esperado, chegou. Mas, sublinha-se num comunicado das direcções regionais de Braga e do Porto do PCP, ela tem responsáveis: «*Foram o Governo e o patronato que não asseguraram a tempo, para o sector e para a região, as medidas e condições necessárias para fazer frente a uma situação que era previamente conhecida e esperada.*»

E o mesmo documento, que tem sido distribuído nas empresas têxteis do Vale do Ave, alerta: «*As lágrimas que hoje Governo e patronato vertem sobre a crise têm como principal objectivo esconder as suas responsabilidades.*»

O camarada Óscar Jordão refere como principal problema das empresas têxteis neste momento a sua **descapitalização**, que impede o indispensável investimento na modernização. A falta de modernização reflecte-se na importação de fio e tecidos, ambas a subir, uma vez que é mais rentável comprá-los no estrangeiro (Itália, França, Alemanha e outros países europeus, de onde já vem a maior parte das ramas de algodão e das fibras sintéticas utilizadas nas fiações portuguesas).

Numa conferência de imprensa em 19 de Outubro, a direcção regional de Braga do PCP acusava o patronato: «*Salvo raras excepções, tem fomentado e utilizado a própria crise para promover o seu mais rápido enriquecimento, impondo pesadíssimos sacrifícios aos trabalhadores.*» Quanto ao Governo,

como Ilda Figueiredo referiu na AR (ver pág. 5, **Semana**), conhece há muito a situação e tratou-a «*com ligeireza e sem assumir a sua responsabilidade na definição e implementação de uma estratégia de modernização que não assente no baixo custo da mão-de-obra, nem implique desemprego generalizado.*»

As soluções

Perante esta situação, discutem-se soluções. O camarada António Lopes, confrontado com a ideia de *feche o que tem que fechar, para que alguma coisa se salve*, recusa à partida o encerramento de empresas que assim se pretende impor à consciência dos trabalhadores e da opinião pública. O problema não é o encerramento das pequenas empresas-garagens da confecção, que funcionam como economia paralela e sem qualquer respeito pelos direitos dos trabalhadores, sublinha aquele dirigente comunista: o problema é que estão a encerrar empresas muito importantes, o problema é que neste momento nenhum trabalhador da têxtil está a salvo de, a curto ou médio prazo, perder o emprego, sem qualquer alternativa.

O PCP está consciente de que a modernização deste sector não é questão que se resolva de um dia para o outro, pelo que defende um programa específico para a indústria têxtil, com o estabelecimento de um período de transição (do Acordo Multifibras para as regras do GATT) de pelo menos 15 anos.

Mas, sublinha António Lopes, **há neste momento uma situação de emergência, de autêntica catástrofe social** no Vale do Ave, que exige medidas imediatas que garantam a vida das famílias dos trabalhadores atingidos pela crise e que evitem a proliferação do trabalho infantil e de situações de sobre-exploração. O PCP apoia, neste campo, as reivindicações dos sindicatos, que reclamam um plano de desenvolvimento equilibrado com carácter de emergência e que contemple medidas nos planos social, económico, industrial e regional.

Enquanto desenvolvem contactos a nível local e das instituições, as organizações sindicais - conforme revelaram na conferência de imprensa do Porto - entendem que a **elevação da luta social é determinante** para alterar a passividade do Governo e as posições irresponsáveis de grande parte do patronato. Por isso, marcaram para **14 de Dezembro uma jornada de sensibilização pública** em toda a Bacia do Ave, que pode assumir a forma de greve nalgumas empresas e que deverá terminar com uma concentração em Guimarães. ■

Península de SETÚBAL

No início dos anos 80 — como consequência da política económica adoptada por sucessivos governos e de uma conjuntura internacional desfavorável — a Península de Setúbal atravessou um período de forte recessão com graves consequências para o tecido económico e social: verificaram-se numerosas falências e encerramentos de empresas, despedimentos em massa, salários em atraso, miséria e fome.

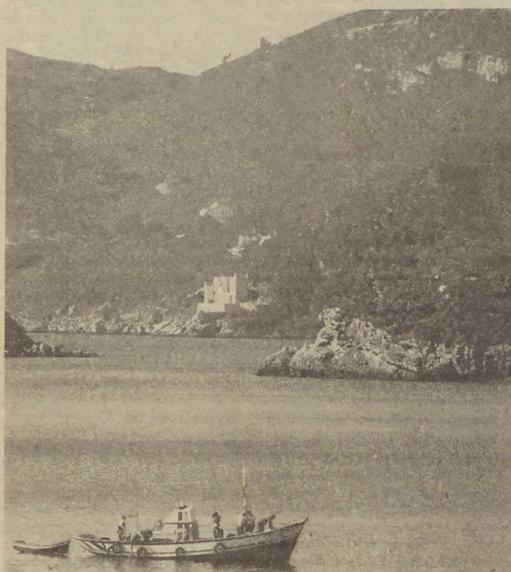
A crise atingiu de forma brutal as grandes empresas do Sector Empresarial do Estado, provocando efeitos de arrastamento em quase toda a estrutura económica da Península.

Esta situação foi clara e ostensivamente agravada por razões políticas. O facto de as autarquias locais serem maioritariamente geridas pelos comunistas e seus aliados acirrou sectarismos por parte dos Governos e partidos que os apoiavam, o PSD e o PS.

Falava-se então com insistência, em discursos oficiais, na «má imagem» do Distrito de Setúbal e no «medo» que os empresários teriam de investir nesta região, pelo facto de o PCP deter aqui uma forte implantação eleitoral.

Entrada na CEE

A adesão de Portugal à CEE em Janeiro de 1986, veio, numa primei-



ra fase, acentuar mais alguns factos da crise.

A política comunitária relativa à Siderurgia, por exemplo, provocou a suspensão e posterior abandono do Plano Siderúrgico Nacional, no qual se incluía a expansão das instalações do SN no Seixal e a diversificação dos seus produtos. Milhões de contos de investimentos — incluindo a aquisição de equipamentos — foram então abandonados.

PIDDS

Foi neste contexto que os Municípios do Distrito decidiram avançar, através da sua Associação de Municípios, para a realização de um Plano Integrado de Desenvolvimento — o IPDDs — que deveria permitir, por um lado, encontrar respostas para os problemas provocados por esta situação económica e, por outro lado, apontar linhas de orienta-

ção e enquadramento para a intervenção dos Municípios no processo de desenvolvimento e ordenamento desta região.

Desde o início, os efeitos comunistas as autarquias locais — com total apoio do PCP — assumiram a liderança deste complexo e inovador processo de planeamento.

Iniciado em Fevereiro de 1987, com uma fundamentação técnica muito sólida, rebatou as «ideias-feitas» que vinham sendo propaladas pelo Governo sobre o Distrito e, em particular, sobre a Península de Setúbal.

De facto, já em meados de 1987, e tendo em conta as tendências de evolução da economia mundial e o impacto da adesão de Portugal à CEE, os eleitos comunistas tinham consciência das potencialidades de desenvolvimento da península apresentadas nos estudos efectuados.

No final de 1987, as grandes potencialidades do Distrito estavam lá identificadas, caracterizadas e com-

Os comunistas o desenvolvimento económico e as acessibilidades

completada a sua elaboração, consideramos que foi correcto — foi mesmo indispensável — avançar para este processo de planeamento, não só porque ele dotou os Municípios e as organizações económicas e sociais do distrito com um instrumento de análise e intervenção de grande utilidade e valor, como também porque, no essencial, a realidade veio confirmar as previsões e propostas contidas no Plano desde 1987.

De facto, hoje em dia a Península de Setúbal apresenta já indicadores de crescimento do investimento que são os mais elevados do País, com especial incidência em novos ramos industriais de tecnologia avançada.

Também as propostas então apresentadas no que se refere às acessibilidades — consideradas utópicas por uns e contestáveis por outros — são hoje defendidas por muitos e aceites como inevitáveis por quase todos. Veja-se o caso da nova ponte sobre o Tejo, entre Alcochete-Montijo e a margem norte, ou, do atravessamento ferroviário para passageiros na Ponte 25 de Abril, ou ainda, o da linha Pinhal Novo-Pragal.

A justeza das previsões e propostas que os comunistas vêm defendendo devem-se não só à seriedade e consciência da sua fundamentação técnica, mas também ao facto de assentarem numa larga audição e participação de numerosas instituições e entidades públicas e privadas e de organizações económicas e sociais que intervêm activamente no Distrito e que, desta forma, «moldam» o seu futuro.

No domínio económico, e para assegurar com êxito essa implementação, há que divulgar as potencialidades da Península — ligadas, nomeadamente à sua posição estratégica, às suas infra-estruturas portuárias e rodo-ferroviárias, ao te-

cido produtivo instalado, aos recursos humanos qualificados existentes, etc. — e mobilizar os interesses e vontades apostados no seu aproveitamento e desenvolvimento.

Neste domínio, devem ser privilegiadas as actividades que permitam uma melhor articulação e consistência do sistema produtivo, explorando as complementaridades existentes, garantindo a estabilidade do emprego e procurando maximizar o valor acrescentado criado na região.

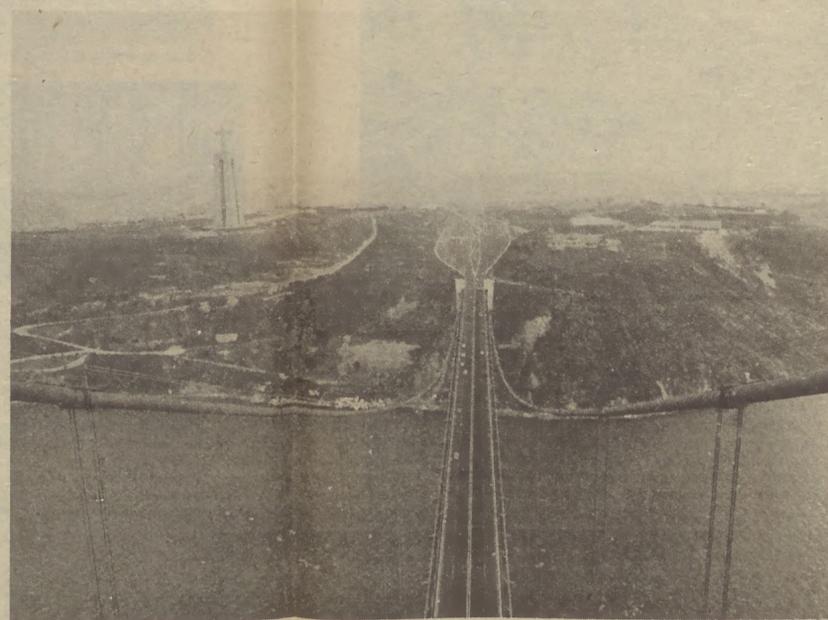
Áreas preferenciais...

Os estudos desenvolvidos no âmbito do PIDDS, nomeadamente sobre as «fileiras de produção» e os «serviços ligados», apontam as seguintes áreas preferenciais para o investimento produtivo:

- Sectores de tecnologia avançada (electrónica, moldes, acessórios para automóveis, etc.);
- Sectores associados aos «serviços ligados» à produção (manutenção e reparação, transportes, serviços bancários e de seguros, telecomunicações, estudos técnicos e consultadoria, publicidade, etc.);
- Sectores ligados à metalomecânica e materiais de transporte;
- Sectores a juzante da exploração dos recursos naturais ou de actividades primárias com peso significativo na Península (agricultura, pecuária, pesca);
- Sectores associados à fileira florestal (papel, artes gráficas, aglomerados de madeira, mobiliário);
- Sectores com elevada complementaridade em relação ao tecido produtivo nacional (química ligeira, matérias plásticas, embalagens, etc.);
- Actividades ligadas ao desenvolvimento das potencialida-

des turísticas da Península (melhoria e diversificação da oferta turística, valorização do património, etc.).

Neste momento, estão já em curso ou anunciados investimentos que se enquadram nestas áreas preferenciais. Continuam, porém, por explorar potencialidades em quase todas as áreas e há lacunas significativas que prejudicam o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do tecido produtivo da Península, nomeadamente na área dos «serviços ligados», em que subsiste uma forte dependência em relação a Lisboa que deve ser rapidamente reduzida.



Posição estratégica

Como já foi referido, as potencialidades da Península estão estreitamente ligadas à sua posição estratégica:

- No seio da Área Metropolitana de Lisboa (AML);
- Na sua relação com o resto do País e com um vasto «hinterland» que se entende até Espanha;
- Nas rotas marítimas e áreas internacionais.

No entanto esta posição estratégica só poderá ser devidamente potenciada se os problemas e estrangulamentos existentes ao nível das acessibilidades forem resolvidos atempadamente e de forma adequada.

O desenvolvimento do Sistema Portuário da Península — com base nas complementaridades, e não na concorrência, entre os Portos de Lisboa e Setúbal — é uma das condições necessárias ao aprovisionamento dessa posição estratégica a nível nacional e internacional e implica a melhoria das acessibilidades rodo e ferroviárias a ambos os portos e dos serviços de transportes a eles ligados.

A actuação das Administrações destes portos, porém, não se coaduna com esta necessidade de desenvolvimento integrado, e tem-se pautado por um quase total isolamento em relação a todas as entidades com as quais deveriam manter um estreito diálogo e coopera-



aéreas nacionais e internacionais que tenderão a expandir-se rapidamente com a abertura das fronteiras europeias em 1993.

No domínio das acessibilidades, todavia, os problemas mais prementes fazem-se sentir no âmbito das ligações entre a Margem Norte e a Margem Sul do Tejo, por um lado, e entre os núcleos urbanos da Península de Setúbal, por outro.

No que se refere às ligações entre as duas margens do Tejo, é urgente concretizar o atravessamento ferroviário para passageiros na Ponte 25 de Abril, articulando-o com os sistemas ferroviários de ambas as margens, e, nomeadamente no que se refere à Península, com a nova linha Pinhal Novo-Pragal.

Sem este atravessamento ferroviário do Tejo, os engarrafamentos diários continuarão e verificar-se-ão e tenderão mesmo a agravar-se, apesar do funcionamento da 5ª faixa na ponte.

Ligações aéreas

No que se refere às ligações internacionais, há que fazer referência ao problema do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). Como é sabido, os estudos desenvolvidos nos anos 60 apontaram claramente para a sua localização na zona de Rio Frio, tendo então sido decretadas medidas preventivas que impediram a ocupação de uma área previamente definida.

Os sucessivos atrasos na tomada de decisão do Governo quanto à localização definitiva deste Aeroporto — aos quais não será estranho o «lobby» militar que defende a ampliação do Campo de Tiro de Alcochete — permitiram a cessação dessas medidas preventivas em 1987. Em função deste cenário a opção de localizar na Ota este novo Aeroporto ganha primazia.

Julgamos que tal decisão é errada — por motivos operacionais, de ordenamento do território, e, eventualmente até, económicos — e provar-se-á prejudicial para o país em geral, e para a Península em particular.

De qualquer das formas, consideramos que se justifica estudar a instalação de um aeródromo na zona leste da Península para responder às necessidades de ligações

mente resolvidos com a construção da nova rodo-ferroviária entre as duas margens.

O local da implantação desta nova infra-estrutura a ligar as duas margens do Tejo deverá situar-se na zona Alcochete/Montijo com a outra extremidade em Sacavém, por forma a possibilitar a sua articulação com a CRIL e com a Linha Ferroviária do Norte.

A propósito da nova ponte

Recentemente o Governo decidiu criar o Gabinete da Nova Ponte sobre o Tejo, dando assim razão às reivindicações dos municípios e da AMDS.

O PCP apela plenamente esta reivindicação e insiste na urgência da realização de estudos e da concretização desta obra de importância nacional. Sendo defensável a proposta de que esta ponte tenha funções rodo e ferroviárias, e não aenas rodoviárias, como pretende o Governo.

Mesmo que se venha a provar — por estudos mais profundos — que a ligação ferroviária Norte-Sul se deve fazer mais a montante — como defende a CP — considera-se que a nova ponte deverá permitir a instalação de um meio de transporte suburbano de passageiros sobre carril, viabilizando assim o fecho de um «anel» de transporte que ligue os centros urbanos da Margem Sul à cidade de Lisboa.

Este «anel», numa primeira fase, deverá ligar Almada ao Seixal e ao Barreiro — permitindo assim uma rápida acessibilidade entre estes centros urbanos, e entre eles e Lisboa através da ligação ferroviária na Ponte 25 de Abril — e, numa segunda fase deverá ser prolongado à Moita e ao Montijo, ligando-se a Lisboa através de nova ponte sobre o Tejo.

Desta forma, e com os meios de transporte rápido suburbano hoje existentes, deverá ser possível assegurar um rápido acesso entre qualquer dos principais centros urbanos da zona ribeirinha da Península e entre estes e a cidade de Lisboa.

A anunciada privatização das ligações entre Setúbal e Lisboa — que rejeitamos frontalmente —

constitui uma ameaça a esta proposta, pois ela implica investimentos significativos que têm de ser encarados numa óptica de serviço público e não de negócio privado.

Outros projectos e vias rodo e ferroviárias terão de ser também concretizados para que o desenvolvimento e o ordenamento da Península de Setúbal se processe de forma harmoniosa, sem roturas nem estrangulamentos significativos. Então neste caso, o prolongamento da Auto-estrada do Sul entre o nó de Palmela e a Marateca, um novo traçado do IP 1 que assegure a ligação da Ponte de Vila Franca de Xira ao nó de Palmela, a concretização do IC 19 (Alcochete-Coimbra) e a construção da L3 na sua totalidade.

A utilização dos fundos comunitários através do OIUPS é condição necessária para a execução de alguns destes projectos. Assim, há que reivindicar desde já a sua concretização por parte da Administração Central, para o que se torna necessário proceder aos respectivos estudos e assegurar os necessários investimentos.

As acessibilidades são condição necessária ao desenvolvimento de qualquer região. A Península de Setúbal tem potencialidades que justificam a realização de importantes projectos e investimentos neste domínio. Alguns deles merecem cuidadoso estudo — por razões económicas, de ordenamento do território e, também, de impacte ambiental.

Contributo significativo

As propostas aqui referidas são realizáveis e fundamentais para o desenvolvimento da Península e da Área Metropolitana de Lisboa, e constituem um contributo significativo para o desenvolvimento do País no quadro da integração europeia.

Não são propostas tecnocráticas ou economicistas. São parte integrante de um projecto de desenvolvimento que tem como objectivo central a melhoria global das condições de vida as populações.

O desenvolvimento protagonizado pelo PCP não é uma utopia. Mas também não surge de forma espontânea. Há que concebê-lo, divulgá-lo e lutar por ele. ■

Política Regional e Integração Europeia (1)

«**P**olítica Regional e Integração Europeia, Políticas da CEE e Políticas Nacionais» foi o tema que levou os deputados do PCP no Parlamento Europeu e o Grupo de Estudos do PCP para o Desenvolvimento Regional a um encontro com a comunicação social, na passada quinta-feira, no Martinho da Arcada, em Lisboa. Aí se falou dos sinais e factos que evidenciam a existência de problemas sérios, tanto ao nível comunitário como nacional, relacionados com os fundos da CEE destinados aos países e regiões de mais fraco desenvolvimento, como é o caso de Portugal, e com a sua execução e gestão a nível interno. Críticas à forma como o Governo vem tratando tão importante questão, os problemas que cada vez mais afectam a Área Metropolitana de Lisboa e a necessidade de democratizar a gestão e acompanhamento da execução global do Quadro Comunitário de Apoio, deixaram claro a forma séria e responsável como os comunistas se empenham no estudo e debate da matéria, no procura de soluções que sirvam o desenvolvimento do país.

Pelo seu interesse, o «Avante!» publica na íntegra o documento sobre «Política Regional e Integração Europeia/Políticas da CEE e Políticas Nacionais» apresentado à comunicação social, prometendo voltar ao assunto em próximos números.

São hoje claros os sinais e os factos que evidenciam a existência de problemas sérios, aos níveis comunitário e nacional, relacionados com os fundos da CEE destinados essencialmente aos países e regiões de mais fraco desenvolvimento - entre os quais se inclui Portugal - e com a sua gestão e execução ao nível interno.

Sinais e factos que evidenciam, aos níveis referidos, fortes dificuldades na completa aplicação nos mesmos, apesar da sua reconhecida necessidade para o rápido desenvolvimento do país, e que começam a consolidar a ideia nas instituições comunitárias - ideia tão errada quanto perigosa - de que seriam excessivos os montantes previstos para os fundos estruturais no contexto do Acordo Interinstitucional de 1988.

Tais factos, as razões que os determinam e, em especial, a apresentação da nossas propostas para ultrapassar tais situações, estão na base da decisão de nos encontrarmos hoje convosco.

Convirá ter presente, antes de mais, que a decisão de duplicar os fundos estruturais até 1993, tendo em vista fazer face à concretização do mercado interno e às suas incidências nos países e regiões de menor desenvolvimento, não basta para que se cumpra o objectivo, consignado no Acto Único, de realizar a coesão económica e social na Comunidade Europeia. Tal afirmação decorre, desde logo, da simples constatação de que tais fundos, podendo vir a representar, no máximo, 25% do orçamento comunitário, não representarão, por isso mesmo, mais que 0,25% do PIB comunitário. Valor manifestamente insuficiente para concretizar uma real aproximação dos níveis de desenvolvimento entre as regiões da Comunidade. Para mais, agora, numa perspectiva de concretização da União Económica e Monetária e, também, perante situações como as da unificação alemã e da crise do Golfo.

Aliás, e por esta mesma razão, importará sublinhar igualmente a necessidade de uma completa e rigorosa aplicação desses fundos, tanto mais porque, para o país e em termos absolutos, eles atingem verbas significativas e poderão constituir um elemento importante para a realização de objectivos relevantes.

Apesar de ser apertado o quadro em que nos movemos, verifica-se no entanto, ao nível da CEE, que ganha força aquela ideia de que serão demasiado elevadas as verbas atribuídas, globalmente, aos fundos estruturais; de tal forma que, nos últimos meses ou mesmo semanas,

várias posições e iniciativas têm sido afirmadas ou adoptadas e que vão num sentido que tende a consolidar ou a dar conteúdo a tal ideia.

É o caso do recente relatório da Comissão de Bruxelas relativo à execução do Orçamento da Comunidade no primeiro semestre de 1990, o qual refere que, nesse período, os níveis de execução do FEDER e do FSE apenas registavam valores de, respectivamente, 17% e 19%, prevendo-se até ao final do exercício uma não utilização de 300 MECU's de autorizações, no FEDER, e de 160 MECU's, no FSE; situação que é única no contexto do Orçamento da CEE e apenas acompanhada com a formulação de dúvidas quanto à total utilização das verbas do PEDIP (relativamente ao qual a utilização nos primeiros seis meses, em termos de autorizações, era de apenas 23,4%).

Este relatório encontra, entretanto, já uma tradução prática no pedido de transferência de dotações formulado pela Comissão das Comunidades (SEC(89) 1988 final, de 15/10/90), pela qual se pretende que na rubrica 2 «Acções Estruturais», «121 milhões de ECU's não executados no FEDER devido a atrasos na aplicação a nível nacional» de um determinado número de programas deverão ser utilizados para cobrir as necessidades noutras áreas.

Por outro lado, também no processo orçamental para 1991, a margem disponível na mesma categoria do 2 - em que se inscrevem os fundos es-



truturais - poderá vir a ser utilizada, não para reforço desses mesmos fundos como em princípio deveria acontecer, mas em objectivos diferentes. O Parlamento Europeu aprovou a inscrição de duas novas linhas orçamentais que esgotariam aquela margem - uma destinada aos problemas ambientais e outra aos países periféricos mais afectados pela crise do Golfo; o Conselho, numa primeira reacção à 1ª leitura do Orçamento, efectuada pelo PE, mostrou-se inclinado, entretanto para destinar tal montante - cerca de 160 MECU's - ao território da ex-RDA!

As verbas são insuficientes

Pela nossa parte, continuamos a pensar que as verbas atribuídas aos fundos estruturais são não só necessárias na sua totalidade, como mesmo insuficientes para garantir o referido objectivo da coesão económica e social.

As dificuldades na completa utilização de tais verbas decorrem tão-somente de condicionalismos, ao nível comunitário e ao nível interno, que impedem a desejável execução das mesmas e, por maioria de razões, o seu acréscimo.

Condicionalismos que podem e devem ser ultrapassados urgentemente; em primeiro lugar com a introdução de alterações, no contexto da CEE, nomeadamente orientadas para:

a) o alargamento do âmbito de aplicação de tais verbas (actualmente, demasiado estreito e, por isso, conducente a fortes pressões sobre os orçamentos nacional e das autarquias, no que respeita a certas rubricas), nomeadamente para objectivos como os da habitação, saúde, educação e outros, hoje não abrangidos ou só marginalmente beneficiados;

b) o aumento das participações comunitárias, particularmente em relação a certos objectivos, diminuindo-se, assim, as participações nacionais para os mesmos;

c) o financiamento das participações nacionais, nomeadamente através do BEI, no quadro de esquemas de longo prazo e de baixas taxas de juro.

A adopção de tais orientações determinarão, de imediato, uma muito mais larga capacidade de aplicação daquelas verbas e evidenciarão que elas não só são necessárias como são mesmo insuficientes para se atingir a indispensável aproximação

dos níveis de desenvolvimento da Comunidade Europeia.

Obviamente que a sua concretização exige da parte do Governo uma capacidade de iniciativa e de pressão junto de instituições da CEE, bem distinta da passividade que vem caracterizando o seu comportamento actual.

Passividade, bem evidenciada, pela atitude permissiva, silenciosa e objectivamente conivente que vem demonstrando relativamente às referidas tentativas de exagerar o alcance actual dos fundos estruturais.

Comportamento governamental que é acompanhado, no plano nacional, por uma gestão centralizadora e não participada dos fundos - contrária à própria orientação da CEE - bem evidenciada pela secundarização das autarquias locais e agentes económicos e sociais e culturais e, particularmente, pela não concretização da regionalização do país - elemento indispensável a uma adequada e total aplicação de tais verbas.

Mas também porque o governo leva a cabo uma política de verdadeira asfixia financeira das autarquias locais, exactamente os agentes que melhor posicionados estão e mais têm contribuído

para a execução dos diversos programas.

Esta atitude do Governo, falha de democraticidade, leva entretanto a que se verifiquem efectivas dificuldades - de natureza exclusivamente interna - na execução eficaz e completa do Quadro Comunitário de Apoio. Para além de conceder argumentos àqueles que, como referimos, entendem como inaplicáveis, por excessivos, os montantes destinados aos fundos estruturais.

A programas mal articulados, necessitando de profundas alterações, juntam-se baixas taxas de execução, apenas 16% da despesa prevista em Agosto passado, a reclamar alargamento de prazos.

Abundam as decisões casuísticas, sem fundamento, caldo de cultura propício ao favoritismo e à corrupção.

As assimetrias entre o litoral e o interior acentuam-se rapidamente, e com elas multiplicam-se os problemas em ambos.

Tais atitudes e tais situações reclamam uma urgente e profunda alteração da forma de encarar, ao nível interno, o processo de preparação do país para a adesão plena e para a concretização do mercado interno.



Manuel Veiga (Presidente da A. Municipal de Loures), Manuel Basso (Presidente da C. Municipal de Nisa), Alfredo Barroso (Presidente da C. Municipal do Redondo), Joaquim Miranda (deputado ao PE), João Teresa Ribeiro (Presidente da C. Municipal de Vendas Novas) e Sérgio Ribeiro (deputado ao PE) na conferência de imprensa sobre Regionalização e CEE

Carlos Luís Figueira ao «Avante!» Desemprego e perda de regalias

atingem emigração portuguesa no Canadá

A convite da Organização do PCP no Canadá, Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Executiva Nacional, deslocou-se durante doze dias àquele país, no decurso dos quais teve oportunidade de visitar as cidades de Toronto e de Montreal. Em entrevista ao «Avante!», Carlos Luís falou sobre os objectivos e impressões recolhidas durante a viagem.

CLF — Em primeiro lugar, o objectivo da visita era participar na Festa do «Avante!» de Toronto, iniciativa que já alguns anos é promovida pela organização do Partido naquela cidade.

A presença na Festa e a circunstância de permanecer no país mais de uma semana, possibilitou concretizar um largo conjunto de contactos com a comunicação social de expressão portuguesa existente no Canadá (rádio, televisão e jornais). Visitei diversas instituições portuguesas e canadianas, designadamente associações e colectividades de emigrantes portugueses, consulado português, Câmara de Toronto, na qual fui

mais de uma centena de pessoas, muitas das quais sem filiação no PCP.

A jornada de convívio integrou ainda uma banca de venda de publicações, distribuição de materiais do PCP e terminou com um espectáculo no qual participaram artistas portugueses residentes no Canadá, chilenos e canadianos.

Convidados a assistir à Festa, estiveram presentes representantes da FMLN de S. Salvador, membros do PC do Chile, o secretário do PC Canadiano, o cônsul e vice-cônsul cubanos.

Foi de facto um importante acto político, fruto da militância e da in-

garem encargos resultantes de pequenos investimentos feitos em Portugal.

«Avante!» — Quais as principais preocupações que manifestam os portugueses emigrados no Canadá?

CLF — As preocupações presentes na emigração portuguesa são, em geral, de dois tipos: assegurar emprego, estabilidade, preocupações às quais se associam as da educação dos filhos, sobretudo quanto à língua e cultura portuguesas, dado que não está devidamente salvaguardada a sua aprendizagem. Por outro lado a preocupação quanto ao seu regresso a Portugal e neste sentido o seu manifesto interesse pela situação do País.

«Avante!» — Como se realizam os contactos no seio da comunidade portuguesa?

CLF — A comunidade portuguesa, particularmente em Toronto, dispõe de um conjunto importante de associações recreativas, culturais e até desportivas, cuja acção meritória presta um notável contributo para minimizar os efeitos da separação do país e da própria integração na sociedade canadiana. Das que conheci, destaco o trabalho notável desenvolvido pela Associação Democrática dos Portugueses em Toronto. Mas há outras com trabalho e actividade importantes no seio da comunidade.

Esta importante actividade mereceria da parte do Governo português maior apoio e atenção, visto que em muitos casos cobrem acções que competiriam mais às instituições do Estado português.

Por último, desejaria salientar o importante encontro realizado com o secretário-geral do Partido Comunista Canadiano durante o qual, como já referi, foi concretizada uma larga troca de informações acerca dos países e partidos respectivos.

Da parte dos camaradas canadianos foi manifestado particular interesse em conhecer a nossa experiência e posições acerca dos problemas criados ao nosso país com a integração na CEE (dado que estão a braços com problemas semelhantes); a nossa apreciação sobre o desenvolvimento da situação dos países do Leste europeu, da crise do Golfo e igualmente sobre a evolução da situação política em Portugal, perante as próximas eleições presidenciais e legislativas.

Foi-nos fornecida uma interessante informação acerca da actividade do Partido, que acabou de realizar um congresso, em finais de Outubro, em torno do qual se promoveu um importante debate sobre o seu papel na sociedade canadiana, bem como sobre a sua identidade e características como partido.

Cabe referir a este propósito, a importância e o contributo que os documentos-base do nosso XIII Congresso tiveram para o seu próprio debate, sobretudo a nossa apreciação da crise dos países do Leste europeu e as propostas sobre a definição, as características e a identidade do Partido.

No encontro foi-nos ainda manifestado o grande empenhamento dos camaradas canadianos no fortalecimento das relações com o nosso Partido, nas quais sublinham a necessidade de verem estabelecidas formas de cooperação e de interajuda dos comunistas portugueses residentes no Canadá e dos camaradas canadianos, sobretudo para fazer face à gravidade dos problemas económicos e sociais que atingem o país. ■



recebido por um vereador luso-canadiano, e manteve um interessante contacto com o adjunto do primeiro-ministro do governo do Ontário, curiosamente também um cidadão luso-canadiano.

Foi portanto um conjunto de contactos, de reuniões, encontros e visitas que permitiram adquirir uma importante informação acerca da situação do país, dos problemas da emigração portuguesa, das preocupações que os emigrantes manifestam em relação à situação existente em Portugal e naturalmente permitiram também exprimir de uma forma bastante ampla as posições do PCP sobre a situação, os problemas e a luta dos trabalhadores e do povo português face à política do Governo do PSD.

Pela importância que assumiu, destaco igualmente um longo encontro com o actual secretário-geral do Partido Comunista Canadiano, durante o qual se efectuou uma ampla troca de informações sobre a situação de cada país e de cada partido.

«Avante!» — Que tipo de iniciativa é a Festa do «Avante!» em Toronto?

CLF — Como já disse é uma interessante iniciativa política que a organização do PCP promove naquela cidade. Desta vez realizou-se um almoço-convívio, no qual participaram

fluência dos comunistas portugueses, na qual tive a oportunidade de intervir, expondo a posição do Partido acerca da situação no nosso país, das características, da identidade e da acção do Partido.

É notória a atenção com que os nossos camaradas e boa parte dos emigrantes seguem a vida política portuguesa, demonstrando neste momento, como é natural, particular interesse pelo quadro em que se vão desenrolar as próximas eleições presidenciais.

Tive neste plano oportunidade, quer na Festa quer junto da comunicação social, de expor os objectivos e a natureza da candidatura do nosso camarada Carlos Carvalhas.

«Avante!» — Com que problemas se debate actualmente a comunidade portuguesa no Canadá?

CLF — Para além de problemas criados por uma vaga de emigração «clandestina», que parecem estar em parte resolvidos, segundo a versão do consulado português, os problemas sentidos pela comunidade portuguesa reflectem a natureza dos problemas globais existentes neste momento no Canadá.

Problemas decorrentes da recessão económica que se faz sentir, agravada pela política do actual governo de expressão conservadora, cuja postura de subserviência em re-

lação à política da vizinha América, conduziu o Canadá à assinatura de um acordo de livre circulação de mercadorias (uma espécie de CEE hegemónica pelos EUA), o que ampliou as consequências da recessão.

Os canadianos identificam tal acordo como um processo de venda do Canadá aos Estados Unidos, tendente a transformar o país numa caixa registadora dos EUA, na medida em que tem dado origem não só à transferência de indústrias do Canadá para a América (em resultado dos mais baixos salários aí praticados e de um menor quadro de regalias sociais), mas igualmente a uma invasão de produtos de origem norte-americana.

Esta situação está a provocar fenómenos de acelerado desemprego e de grande instabilidade, de perda de regalias sociais, que naturalmente atingem a emigração portuguesa.

Tais problemas têm uma expressão mais grave num país onde os direitos sindicais são fortemente condicionados.

A actividade sindical rege-se por regras muito semelhantes às dos EUA. Isto é, o direito abstracto de poder pertencer a um sindicato tem de ser adquirido em concreto, empresa a empresa, num processo extremamente condicionado pela acção do patronato. Os trabalhadores têm de fazer prova dessa vontade, votando

para tal no quadro de cada empresa. Ficam, portanto, sujeitos a que o patrão os pressione pelas formas mais diversas (indo ao ponto de ameaçar com o encerramento da empresa). Esta reacção deve-se ao facto de a organização sindical, que funciona de forma insatisfatória e utiliza processos muito diferentes dos que caracterizam a acção sindical em Portugal, conseguir mesmo assim criar um quadro de protecção e de maiores direitos sociais, e níveis mais elevados de remunerações salariais. Um trabalhador sindicalizado beneficia em regra de maiores aumentos salariais e está defendido do arbitrio do patronato em matéria de despedimentos. Isto apesar de a lei canadiana dar neste aspecto uma larga margem ao patrão para proceder a despedimentos.

«Avante!» — Que direitos goza o emigrante no Canadá?

CLF — O facto do Canadá ser um país muito novo, como país independente, povoado fundamentalmente por emigrantes conduz a uma situação curiosa. Qualquer emigrante, uma vez instalado, tem acesso ao fim de três anos à cidadania canadiana e portanto ao direito de eleger e ser eleito para todos os níveis das instituições do país.

Daqui resulta que os problemas das várias etnias assumam uma grande importância no país e à sua volta se verifique uma acesa luta política. É neste quadro que se deve entender também o facto de hoje luso-canadianos ocuparem já importantes posições no aparelho de Estado. A emigração portuguesa é não só muito numerosa como dispõe ainda de núcleos instalados de forma significativa na vida económica deste país.

Todavia isto não representa o quadro geral em que se encontra a emigração portuguesa neste país. Apesar de beneficiarem de um nível de vida apreciável, sobretudo quando comparado com o que os trabalhadores dispõem no nosso país, são necessários longos anos de trabalho, de horas suplementares ou de duplos empregos, para se atingir uma situação económica que ofereça alguma segurança. As estradas do Canadá não estão cheias de ouro nem os dólares canadianos se ganham facilmente para a maioria dos trabalhadores.

Daí que, apesar de haver excepções, a maioria dos portugueses com quem contactei pense regressar e alguns até o mais rápido possível. Ficam apenas o tempo necessário para obterem a reforma ou para pa-



Democracia...

Como o País e arredores vastamente reparam, o partido do Governo anda numa roda-viva a tratar da actualização do seu programa político. Sabe-se como o PSD é, desde a sua fundação e numa tradição com raízes nos golpes do agora muito disputado Sá Carneiro (lá sabe a direita o que o homem teve de bom!...), um partido onde a democracia é rainha e senhora. É um bocado parecida com a democracia grega (só para os cidadãos, que os escravos não têm nada que ver com isso), mas é uma grande democracia. Veja-se por esta importantíssima discussão sobre o programa do partido: as iniciativas de maior destaque (a fazer fé que outras se têm realizado) foram os seminários na Quinta da Riba Fria, em que participaram, segundo

reconhece o próprio boletim laranja oficial, «largas dezenas de destacados militantes do PSD, que exerceram ao longo dos anos funções de relevo no Governo ou no partido». São tantas as «largas dezenas», que couberam todos numa fotografia: entre gravatas e sorrisos, seriam para aí tantos como duas equipas de futebol. Mas todos «destacados», com «funções de relevo»! Na Grécia antiga, seriam os cidadãos. No Portugal pós-Abril, são conhecidos por barões.

Política datada

A julgar pelo que *transpirou* para a imprensa, na última sessão daqueles seminários laranjas voltou a haver troca de galhardetes entre Pinto Leite e José Augusto

Pontos Cardeais

Seabra. Dizia aquele que o programa do PSD revisto *abre chagas* quando refere *concepções demasiado esquerdistas* acerca do socialismo democrático. Vem de lá o senhor que foi um ministro da Educação de relevo (para variar, nesta pasta que há mais de 10 anos é do PSD), e explica a sua maneira de ver a escrita: «Um programa político é um documento datado; por isso, não chega ler o texto, é preciso ler o contexto em que foi escrito. Não cometa a injustiça de pensar que Sá Carneiro queria construir o socialismo em Portugal, ou de julgar que ele não sabia o que escrevia!» Perceberam? O programa é só texto... datado.

Os marcos da independência

A Quinta da Riba Fria, em Sintra, onde decorreram os seminários do PSD, é propriedade de uma fundação (AILD) onde pontificam Eurico de Melo e Dias Loureiro. Segundo o «Expresso», manter esta fundação custa *várias centenas de milhares de contos* por ano e os fundos provêm *na sua grande maioria* da Fundação Friedrich Naumann, cujo orçamento é aprovado pelo Ministério alemão para a Cooperação. Ainda na mesma página, aquele semanário refere, com direito a *quadro* e tudo, as ligações alemãs do PS, do PSD e do CDS. «A Alemanha constitui a

principal financiadora das fundações partidárias existentes em Portugal» - informa, esclarecendo de seguida e com toda a neutralidade: «Com efeito, PSD, PS e CDS auferem de recursos financeiros provenientes de organizações congéneres alemãs, também elas ligadas a partidos políticos». Mas isto será motivo para escândalo?

Legalidade especial

Na semana passada o «Diário da República» publicou um decreto-lei especial. Não pelo que é, apenas um diploma governamental como tantos que antes dele saíram e os que mais hão-de vir. Mas sim por trazer à baila um conceito especial de legalidade. Não é original, convenhamos, mas tem o seu valor para o conhecimento dos políticos que nos governam. Estabelece o DL 358/90 que o Ministério da Saúde não necessita do visto do Tribunal de Contas para proceder à adjudicação de empreitadas e a pagamentos. Isto foi o que sucedeu no tempo de Leonor Beleza, quando o Ministério fez o negócio do Hospital de São Francisco Xavier. Agora digam lá se esta é ou não uma legalidade especial? Se um membro do Governo age contra a lei, o Governo muda a lei. Vá lá que os governos também podem mudar.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

Então como é?

Há não sei quê com os TLP que vão ao ataque com a Telepac a qual (já se vê como isto vai...) faz parte da TST que é do grupo SONAE...

Situação confusa. Ratoeira? Ameaça? O poeta anda a ver se encontra musa que lhe saiba explicar o que se passa.

A solução

O que é que queres?
O que é que preferes?

Anda, sê franco.
Queres um banco?
Queres um porto franco?
Ih, que careta!
Queres mas não tens cheta...

O que é que queres?
O que é que preferes?

Seguros, freguês?
Queres gestão?
Queres talvez televisão?...
Ih, que careta!
Queres, mas não tens cheta...

O que é que queres?
O que é que preferes?

Empresas? Que mais?
Jornais? Uns jornais a saldo, a assalto?
Alto!
A coisa está preta.
Queres, mas não tens cheta...

Calma. Tem calma. Arranja dinheiro estrangeiro — e é canja...

Cassete siderada

O governo de Cavaco está sempre em vigília para preservar a família.

Do Arlindo são bem conhecidas as loas para preservar a saúde das pessoas.

O Real diz sempre, comoventemente, que é preciso preservar o ambiente.

E as danças e as contradanças para preservar as crianças...

Sei que os cuidados são imperativos mas, se não fica mal perguntar, não estará o Governo de Cavaco a abusar dos preservativos?...

A explicação

O Congresso americano vai mandar (não tarda que viremos a saber porquê) uma Comissão para fiscalizar as contas da UGT.

«Não — dizem eles — Não, não é uma investigação é só porque... parecendo que... e, é claro, se...»

Nada de burburinho. Uma investigação? Pois não, não é. Como é o S. Martinho vêm para as castanhas e para a água-pé...



Agenda

Avante!

Ano 60 - Série VII
N.º 883
22 de Novembro de 1990
4.º Caderno
- Não pode ser vendido separadamente

Portugal pode ser Melhor!



Anos 90

Quinta

LISBOA
«Marginalidade e segurança nas ruas» - debate promovido pela DORL no âmbito da preparação da sua 2ª Assembleia. Na sala «Caparica» do Hotel Berna, às 21.00.

S. DOMINGOS DE RANA
Debate: «Os Reformados na actual situação política». No Centro de Trabalho de Tires, às 16.00.

Sexta

PORTO
Jornadas Regionais do PCP, que decorrem de 23 a 26 de Novembro/1ª sessão: «Infra-estruturas e desenvolvimento municipal e regional» - às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Sábado

SETÚBAL
Encontro Distrital de Setúbal de quadros comunistas dirigentes de colectividades - a partir das 10.00, no Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira. Participação de Carlos Rabagal.

PORTO
Assembleia da Organização dos Professores - às 15.00, na Escola Secundária Carolina Michaelis.

Jornadas Regionais do PCP/2ª sessão: «Saúde» - no CT da Boavista, às 15.00.

Sessão pública com o deputado Jerónimo de Sousa para divulgação das propostas apresentadas na AR pelo Grupo Parlamentar do PCP sobre protecção social aos reformados. A partir das 15.00 no salão da Junta de Freguesia de Cedofeita.

S. MAMEDE DE INFESTA
Assembleia plenária das células de empresa de S. Mamede de Infesta para eleição de delegados à Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos, a realizar em 1 de Dezembro - às 15.00, no Centro de Trabalho.

MATOSINHOS
Assembleia plenária da célula da Sepsa para eleição de delegados à Assembleia da Organização Concelhia de Matosinhos - às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

CASCAIS
Debate: Eleições Presidenciais 1991. No Centro de Trabalho de Cascais (R. Sapadores Caminhos de Ferro, 5), com a participação do camarada José Casanova.

SINTRA
Convívio da CDU/Sintra, com a participação do camarada Luís Sá: a partir das 15.30, no restaurante «Almoceve», Rio de Mouro Velho. Inscrições pelo tel. 9142336.

AMADORA
Visita guiada à cidade, com a participação de eleitos nas autarquias do concelho e de dirigentes locais do PCP.

Partida às 9.30 do átrio da CM para percorrer, de manhã, as freguesias de Mila, Falagueira, Venteira e Reboleira e, de tarde, Brandoa, Venda Nova, Alfragide, Buraca e Damaia. Almoço às 13.00 no Refeitório Municipal (Moinhos da Funcheira).

VIALONGA
Plenário de militantes, inserido na preparação da 2ª Assembleia da ORL, com a participação do camarada Fernanda Mateus - às 21.00, no Centro de Trabalho.

ALMADA
3ª Assembleia da

Organização de Freguesia do Feijó: às 15.00, no Clube Recreativo do Feijó, com a participação do camarada Luís Araújo. (No mesmo local realiza-se também hoje um Plenário de Militantes para eleição de delegados à próxima assembleia da DORS)

Domingo

ESPINHO
2ª Assembleia da Organização Concelhia de Espinho, com eleição da nova Comissão Concelhia - às 17.00, no Salão das Piscinas.

SINTRA
3ª Assembleia da Organização da Freguesia de Algueirão-Mem Martins, para discussão da actividade partidária desenvolvida e a desenvolver na freguesia, eleição de nova Comissão de Freguesia e eleição dos delegados à 2ª Assembleia da ORL. No «Progresso Clube», a partir das 14.00, com participa-



ção do camarada José Casanova.

S. DOMINGOS DE RANA
Debate: «O PCP e a situação Internacional». No Centro de Trabalho de Tires, às 15.30, com a participação do camarada Carlos Grilo.

LOURES
1ª Assembleia da Organização de Freguesia de Sto. António dos Cavaleiros parabalço e análise da situação da organização nos últimos anos, definição de linhas de acção futura, eleição da Comissão de Freguesia e do delegado à Assembleia da ORL. Na sede da Associação de Moradores, com a participa-

ção do camarada Américo Costa. No final (cerca das 18.00), magusto aberto à população.

GONDOMAR
Visita com a participação de eleitos da CDU na JF de Rio Tinto e vereadores da CM de Gondomar à zona de Triana/Rio Tinto/Areosa para auscultação dos problemas da população (a partir das 9.30).

Segunda

PORTO
Jornadas Regionais do PCP/3ª sessão: «Educação, cultura e ciência» - às 21.30, no Centro de Trabalho da Boavista.

Distrito de Setúbal

3 Assembleia da DORS

Assembleias Plenárias para discussão do projecto de Resolução Política e eleição de delegados:

Dia 22
Palmela/célula da CM - 18.00

Dia 23
Almada/célula da RN - CT concelhio, 21.30
Lavradio/organização local - 21.00
Barreiro/Serviços, Ensino, Saúde, CM - CT concelhio, 21.00
Sarihães Grandes/organização local - CT, 21.00
Pegões Velhos/organização local - casa do cam. João Azevedo, 21.00
Quinta do Anjo/organização local - 21.00
Venda do Alcaide/organização local - 21.00
Marateca/organização local - 21.00
Moita/célula trabalhadores da CM - CT, 18.00
Grândola/célula do Ângelo - CT concelhio, 20.00
Grândola/célula da CM - 17.30
Grândola/célula do Carvalho - CT do Carvalho, 20.00

Dia 24
Feijó/organização local - Clube Recreativo, 15.00
Costa da Caparica/organização local - CT, 15.00
Barreiro/células Quimigal, Verderena, Alto Seixalinho - CT concelhio, 21.30
Barreiro/organização Santo André - CT, 15.30
Baixa da Banheira - CT, 21.00
Moita - CT, 15.00
Vale da Amoreira - sede do Cava, 15.00
Alhos Vedros - CT, 21.00
Santiago do Cacém/organização de Alvalade do Sado - CT, 15.00
Quinta do Conde - CT, 21.00
Grândola/organização de Ameiras - 20.30
Grândola/organização de Aldeia do Futuro - CT, 20.30
Grândola/organização da freguesia - CT concelhio, 15.00
Grândola/organização de Cadoços - colectividade de Cadoços, 20.00

Dia 25
Palmela/organizações de Aires, Volta da Pedra, Estação - 17.00

Dia 27
Almada/célula do Arsenal do Alfeite - CT concelhio, 18.30

Distrito de Aveiro

2 Assembleia da ORA

Assembleias Plenárias inseridas na preparação da 2ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro

Dia 23
AVEIRO
Organizações de freguesia de S. Jacinto, Vera Cruz, Glória e Esqueira e dos sectores de Saúde, Bancários e Professores, preparatória da 2ª Assembleia da ORA - às 21.00, no Centro de Trabalho.

FEIRA
Agrupamento A dos organismos de Sta. Maria da Feira - às 21.00, na Casa da Cultura de S. Paio de Oleiros;
Agrupamento C dos organismos de Sta. Maria da Feira - às 21.00, no Centro de Trabalho de Feira.

ÍLHAVO
Organização concelhia de Ílhavo - às 21.30, no Centro de Trabalho.

MEALHADA
Organização concelhia da Mealhada - às 21.00, no Centro de Trabalho.

OVAR
Organização de Ovar - às 21.30, no Centro de Trabalho

Dia 24

AVEIRO
Organizações de freguesia de Cacia, Sta. Joana e Aradas e organismo da Função Pública - às 21.00, no CT de Aveiro.

ESPINHO
Organização concelhia - às 14.30, no Salão das Piscinas.

FEIRA
Agrupamento B dos organismos de Sta. Maria da Feira - às 10.00, na Junta de Freguesia de Riomeão
Agrupamento D dos organismos de Sta. Maria da Feira - às 10.00, na Junta de Freguesia de Fiães.

TV O Programa

Quinta 22
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model (21º epis.)
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo (8º epis.)
- 14.40 - Primeira Matinée - «A Fuga de Tarzan»
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Cidades com Metro (10º epis. - Hong Kong)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.40 - Roda da Sorte (concurso - 49ª sessão)
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.20 - Tieta (19º epis.)
- 21.25 - Euronico
- 22.25 - Primeira Página (especial): Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP e candidato à Presidência da República



- 23.35 - Twin Peaks (1º epis.)
- 01.15 - 24 Horas
- 01.46 - Boletim meteorológico
- 01.50 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - A Força Astral (10º epis.)
- 12.40 - Filhos e Filhas (604º epis.)
- 13.05 - Jerry Lewis (10º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Aventura (10º epis.)
- 16.20 - A Ilha das Borboletas (4º epis.)
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - O Menino Doutor (21º epis.)
- 19.00 - Ti-ti-ti (68º epis.)
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Magazine Regiões
- 20.45 - Dick Tracy (46º epis.)
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Dramazine especial
- 21.55 - Sinais do Tempo



- 22.50 - Cineclube - «O Homem Tranquilo», real. John Ford e Merian C. Cooper (EUA/1952, 125 min.)
- 01.00 - Boletim meteorológico

Sexta 23
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.55 - Culinária
- 12.10 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.40 - Primeira Matinée - «Buck Rogers no Século XXV», real. Daniel Haller (EUA/1978, 89 min.)
- 16.10 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - Transantártica (3º epis.)
- 17.15 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.45 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.30 - Sessão da Noite - «Depois do Amor», real. Alan Parker (EUA/1981, 119 min.)
- 23.50 - Chefe, Mas Pouco (41º epis.)

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Universo Juvenil (2º epis.)
- 12.25 - Curso de Inglês (3ª lição)
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.25 - Armação Ilimitada (17º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - O Mundo do Coral (1º epis.)
- 16.20 - Novos Horizontes
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.35 - Charlot
- 19.00 - Ti-ti-ti
- 19.25 - Circo
- 19.45 - Via Rápida
- 20.00 - Nunca Mais é Sábado
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - A Tenda dos Milagres (10º epis.)
- 22.10 - Rotações
- 23.10 - Pop-Off



- 23.40 - As Teias da Lei (3º epis.)
- 00.25 - Boletim meteorológico

Sábado 24
RTP1

- 09.00 - À Mão de Semear
- 09.25 - Canal Jovem

- 13.00 - Encontro à Uma
- 13.55 - Os Melhores Anos (10º epis.)
- 14.20 - The Wall (1º progr.)
- 15.20 - Grandes Viagens (2º epis.)
- 16.15 - Primeira Matinée - «A Cigana Vermelha», real. Joseph Losey (Grã-Bretanha/1957, 110 min.)
- 18.10 - A Magia de Paul Daniels
- 18.35 - Fogo Grego (4º epis.)
- 19.00 - Hooperman (10º epis.)
- 19.25 - TVer
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 21.30 - Napoleão e a Europa (3º epis.)
- 22.40 - Casa Cheia (concurso - 9ª sessão)
- 23.30 - Champagne Charlie (4º e últ. epis.)



- 00.25 - Última Sessão - «Polícia de Choque», real. Jerry London (EUA/1987, 86 min.)

RTP2

- 09.00 - Universidade Aberta
- 10.15 - Fora de Horas
- 10.55 - National Geographic (16º epis.)
- 11.50 - Forum Musical
- 13.05 - Agarra o 2
- 14.05 - Cine-Sábado - «O Amor Não Morre», real. Frank Borzage (EUA/1941, 96 min.)
- 16.00 - Estádio
- 18.30 - Jornal Fim-de-Semana
- 19.00 - Arca de Noé (concurso - 10ª sessão)
- 19.45 - Clube Paraíso (2º epis.)
- 20.35 - Tauromaquia
- 21.00 - Estádio
- 23.40 - Kenny Rogers, Dolly Parton e Willie Nelson (ao vivo em Cape Canaveral, Maio de 1989)
- 00.40 - O Decálogo (9º epis.)
- 01.30 - Boletim meteorológico

Domingo 25
RTP1

- 09.00 - Canal Jovem
- 11.30 - Missa
- 12.25 - 70x7
- 13.00 - Notícias
- 13.15 - Os Gophers (10º epis.)
- 13.40 - Fronteiras (2º epis.)
- 14.30 - Mapa Cor de Rock
- 15.20 - Primeira Matinée - «O Homem Que Queria Ser Rei», real. John Huston (EUA/1975, 124 min.)
- 17.25 - Que Família! (8º epis.)
- 17.55 - Regresso ao Passado (10º progr.)
- 18.55 - McGyver (22º epis.)
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.45 - Boletim Meteorológico



- 21.00 - Kananga do Japão (10º epis.)
- 22.30 - Domingo Desportivo
- 00.05 - Controvérsias

RTP2

- 09.00 - Outras Músicas
- 11.00 - Caminhos
- 11.30 - Agarra o 2
- 12.30 - Competir
- 13.00 - Troféu
- 18.05 - Vida Nova (10º epis.)
- 19.00 - Nós 2



- 20.00 - Bismarck (3º e últ. epis.)
- 20.50 - Palavra Puxa Palavra (concurso - 7ª sessão)
- 21.35 - Artes e Letras - Macbeth por Claude D'Anna
- 22.25 - Noite de Cinema - «Quando os Sinos Dobram», real. Michael Powell e Emric Pressburger (Grã-Bretanha/1947, 96 min.)

Segunda 26
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.25 - Primeira Matinée - «Aconteceu em Xangai», real. Joseph von Sternberg (EUA/1941, 90 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 17.00 - Maravilhas do Mundo Selvagem
- 17.20 - Brinca Brincando



- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Alf
- 21.50 - O Preço Certo (concurso)
- 22.50 - O Céu Como Horizonte (7º epis.)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.30 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Johnny Quest
- 12.25 - Curso de Linguas - Inglês
- 13.05 - Arsenio Hall (10º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Maravilhas do Planeta
- 16.45 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Fora de Horas
- 18.55 - Ti-ti-ti
- 19.40 - Via Rápida
- 19.50 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Sinais do Tempo
- 22.20 - Ópera - «Macbeth»
- 23.55 - Boletim meteorológico

Filmes

- «A Fuga de Tarzan» - 5ª, 14.40, RTP-1
- «O Homem Tranquilo» - 5ª, 22.55, RTP-2
- «Buck Rogers no Século XXV» - 6ª, 14.40, RTP-1
- «Depois do Amor» - 6ª, 21.30, RTP-1
- «O Amor Não Morre» - sáb., 14.05, RTP-2
- «A Cigana Vermelha» - sáb., 16.15, RTP-1
- «Polícia de Choque» - sáb., 00.25, RTP-1
- «O Homem Que Queria Ser Rei» - dom., 15.20, RTP-1
- «Quando os Sinos Dobram» - dom., 22.25, RTP-2
- «Aconteceu em Xangai» - 2ª, 14.25, RTP-1
- «Assim Nasce Uma Estrela» - 3ª, 13.30, RTP-1
- «Gestos e Fragmentos» - 3ª, 21.55, RTP-2
- «Deus Sabe Quanto Amei» - 4ª, 14.00, RTP-1
- «O Homem das Lentes Mortais» - 4ª, 21.35, RTP-1

Música

- Quinta
- 19.45, RTP-2: Via Rápida
- Sexta
- 19.45, RTP-2: Via Rápida
- 23.10, RTP-2: Pop-Off
- Sábado
- 11.50, RTP-2: Forum Musical
- 14.20, RTP-1: The Wall
- 23.40, RTP-2: Kenny, Dolly & Willie
- Domingo
- 09.00, RTP-2: Outras Músicas
- 14.30, RTP-1: Mapa Cor de Rock

Segunda

- 19.40, RTP-2: Via Rápida
- Terça
- 13.05, RTP-2: Um Século de Canções
- 19.40, RTP-2: Via Rápida
- Quarta
- 19.40, RTP-2: Via Rápida

Desporto

- Remate - RTP-1, 5ª (01.50), 6ª (01.00), 2ª (00.30), 3ª (00.25), 4ª (00.25)
- Rotações - RTP-2, 6ª, 22.10
- Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.00
- Domingo Desportivo - RTP-1, 22.30
- Troféu - RTP-2, dom., 13.00

Terça 27
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Clubíssimo
- 14.25 - Primeira Matinée - «Assim Nasce uma Estrela», real. George Cukor, interpr. Judy Garland, James Mason (EUA/1954, 181 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Mundo (11º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Modelo e Detective (10º epis.)
- 22.15 - Primeira Página
- 23.20 - Allô, Allô (11º epis.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Os Novos Caça-Fantasmas
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Um Século de Canções (3º progr.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha!
- 15.55 - Viajando pelo Mundo (11º epis.)
- 16.20 - Os Henderson (13º epis.)
- 16.40 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Tribunal de Júri (2º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Circo
- 19.50 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinemazine
- 21.55 - Cinemadois - «Gestos e Fragmentos», real. Alberto Seixas Santos (Port/1982, 90 min.)
- 23.40 - Universidade Aberta
- 00.05 - Boletim meteorológico

Quarta 28
RTP1

- 09.00 - Bom Dia
- 10.00 - Rua Sésamo
- 10.30 - Ponto de Encontro
- 11.45 - Culinária
- 12.05 - Top Model
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.30 - Sem Legendas
- 14.00 - Primeira Matinée - «Deus Sabe Quanto Amei», real. Vincent Minnelli, interpr. Frank Sinatra, Shirley MacLain (EUA/1959, 136 min.)
- 16.05 - Ponto Por Ponto
- 16.50 - O Corpo Humano (11º epis.)
- 17.20 - Brinca Brincando
- 18.15 - Rua Sésamo
- 18.50 - Roda da Sorte
- 19.30 - Telejornal
- 20.05 - Boletim Meteorológico
- 20.15 - Tieta
- 21.10 - Desenhos Animados
- 21.20 - Vamos Jogar no Totobola
- 21.35 - Lotação Esgotada - «O Homem das Lentes Mortais», real. Richard Brooks (EUA/1982, 117 min.)
- 23.50 - 24 Horas
- 00.25 - Remate

RTP2

- 11.00 - Mira Rádio
- 12.00 - Os Centuriões
- 12.25 - Ora Agora Conto Eu
- 12.40 - Filhos e Filhas
- 13.05 - Lutar para Vencer (5º epis.)
- 14.00 - Primeiro Jornal
- 14.30 - Agora, Escolha
- 15.55 - Madeira - Cá Entre Nós
- 16.55 - Recreio do 2
- 17.30 - Eterno Feminino
- 18.30 - Rainha de Beleza (série, 1º epis.)
- 18.55 - Ti-Ti-Ti
- 19.20 - Circo
- 19.40 - Via Rápida
- 19.50 - Clássicos da TV - «O Polvo»
- 20.45 - Dick Tracy
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Emoções
- 21.55 - Joaquim Letria
- 23.30 - Xingu (10º epis.)
- 00.15 - Especial Desporto

Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **Sala Nova - O Estrangeiro em Casa,** de Richard Demarcy, encen. João Moia. **Sala 1 - Um Eléctrico Chamado Desejo,** de Tennessee Williams, encen. João Moia.

1º Acto, Algés. De 3ª a dom. às 21.30. **S'Tóres,** de John Godber, encen. Melinda Mourão, pelo grupo Locomotiva.

meiros, de Eugene O'Neill, encen. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Muito Barulho Por Nada,** de Shakespeare, encen. Luis Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro Capitólio, Parque Mayer. De 2ª a 6ª às 20.30 e 22.45, dom. às 16 e 21.30. **Al Cavaquinho.**

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Quem Tem Medo de Virginia Wolf?**, de Edward Albee, encen. Fernanda Lapa.

Teatro Maizum, Rua Poiais de S. Bento, 75. De 3ª a sáb. às 21, dom. às 16. **A Teta,** de Graça Gonçalves, encen. Silvína Pereira.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23, ao dom. também às 16. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3ª a dom. às 19.30. **Vincent,** de Leonard Nimoy, encen. António Feio, interpr. Virgílio Castelo.

Para crianças
TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e

dom. às 16. **Feliz Aniversário,** de Fernando Gomes, pelo Teatro Infantil de Lisboa (até 25/11).

Teatro de Animação, Rua Prof. Santos Lucas, 36. Sáb. às 16; dom. às 11. **Cada Macaco no seu Galho,** pelo Grupo Os Papa-Léguas.

ALMADA

Teatro Municipal de Almada, 6ª e sáb. às 21.14, dom. às 16.30. **Felicidade e Erva Doce,** de Peter Shaffer, encen. Joaquim Benite. **Sala Estúdio - 3ª a sáb.** às 19.00, dom. às 15. **Amor a Quanto Obrigas,** de Gil Vicente, encen. Joaquim Benite - Pelo Teatro de Almada.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Dick Tracy	—	★★★★	★★★	★★
B	Maridos à Água	★★★	★★★	—	★★★
C	Non ou a Vã Glória de Mandar	★★★	★★★★	—	★★★
D	Henry e June	—	★★	—	★★★
E	O Expresso dos Malditos	—	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Warren Beatty — Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15); — Lisboa.
- B — Real. Peter Greenaway — Quarteto/1 (14.30, 17, 19.30, 21.45, 24.00); Lisboa.
- C — Real. Manoel de Oliveira — Forum Picoas/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.45, 22) King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45); Sétima Arte (14.45, 17.00, 19.30, 21.45); — Lisboa.
- D — Real. Peter Hyams — Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30); Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/5 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15) Lisboa.
- E — Real. Philip Kaufman — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); ; São Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Amoreiras/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Exposições

LISBOA

Ahmed Ismael - «Torre de Belém», fotografia. APAF, Rua das Chagas, 17-2º dtº, ao Camões. De 3ª a 6ª, das 18.30 às 22.30 (até 30/11)

António Matos - Escultura. Galeria S. Mamede, R. escola Politécnica, 167. Das 10 às 13 e das 15 às 19 (até 5/1)

Artur José - Pintura; azulejos. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (até 7/12)

Constança Meira - Pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 10 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 23/11)

Daniel Nave - Pintura. Altamira, Rua Filipe Folque, 48. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 10/12)

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

Design Holandês (artistas contemporâneos). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian.

D. João V e o Abastecimento de Água a Lisboa - biblio-icongráfica, com os planos e projectos do Aqueduto das Águas Livres e obras de arte que este inspirou. Palácio Galveias, Campo Pequeno. Das 14 às 19 (até 31/12)

Figueiredo Sobral - Pintura. Ditec, Av. da Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30 (até 10/12)

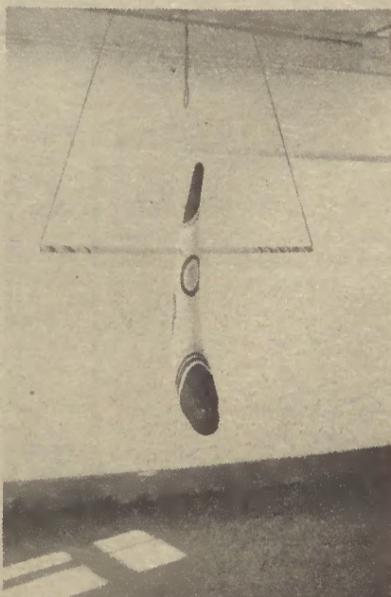
Francisco Laranjo - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19

Gabriela Albergaria - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 25/11)

Gil Heltor Cortesão - Desenho; Axel Hutte - Arquitectura. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A. De 2ª a 6ª das 16 às 20 (até 10/12)

Gracinda Candeias - Pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11. De 2ª a sáb. das 12 às 23

Gravura chinesa contemporânea - Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2ª a 6ª, das 10 às



Isabel Cabral e Rodrigo Cabral

20, sáb. das 10 às 16

Guilherme Parente, Boavida Amaro e José de Azevedo - Pintura. Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v, Esq. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/11)

Isabel Cabral e Rodrigo Cabral - Escultura pintada. Galeria da Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36 (até 25/11)

José Faria - Pintura. Galeria S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 10 às 13 (até 4/12)

Leonel Moura - Fotografia («Amália Rodrigues»). Galeria Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 1/12)

Maria Filomena Correia - Pintura. Centro Cultural das Descobertas (Paradiso dos Descobrimientos). De 3ª a dom., das 10 às 19; à 2ª das 14 às 19.00 (até 29/11)

Manuel Casimiro - Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2ª a sáb. das 15 às 20

Rogério Silva - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/12)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Van Gogh: do centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna

Vitor Pomar - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20.



Vitor Pomar

sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20

Rogério Silva - Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 15/12)

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18). Até ao fim do ano

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

Van Gogh: do centenário da sua morte - bibliográfica. Biblioteca Geral da Fundação Gulbenkian, Av. de Berna

Vitor Pomar - Pintura. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 3ª a sáb. das 15 às 20.

PORTO

Antonieta Roque Gamiro - Escultura (terracotas e bronzes). Inter Atrium, Av. Boavista, 1471 (até 25/11)

Costa Pinheiro - Pintura (série «Reis de Portugal»/1965-66). Casa de Serralves, Rua de Serralves, das 14 às 20

João Salema - Pintura. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 29/11)

Manuela Bronze e Rosa Ramos - Pintura. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 5/12)

Manuel Amado - Pintura. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30

Manuel Casimiro - Pintura. Galeria Fluxus, R. do Rosário,

Castro Guimarães, de 3ª a dom. das 10 às 17, CASCAIS

25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA

Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

João Duarte - Escultura. Casa do Adro/Museu Municipal de Loures. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 25/11), LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu

Castro Guimarães, de 3ª a dom. das 10 às 17, CASCAIS

25 de Abril: Memória e Projecto de Um Tempo Recente (exposição integrada nas comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra). Até 30/11, Pátio da Inquisição, COIMBRA

Exposição Colectiva de Pintura Naturalista. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA

João Duarte - Escultura. Casa do Adro/Museu Municipal de Loures. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17; sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 25/11), LOURES

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu

ABC Cine-clube de Lisboa

O ABC retomou a sua actividade regular, resolvido que foi enfim o problema do acesso a uma sala condigna. Agora no **Londres**, em boas condições de imagem e som e conforto, nem todas as semanas mas sempre às terças-feiras e desde já com uma programação de qualidade e coerente, na linha do que o ABC sempre fez.

Seguindo-se à antecessora, na passada terça-feira, de «Um Crime Divertido», do britânico Malcolm Mowbray, vai ser apresentado um curto ciclo de filmes de compatriotas seus que, embora já exibidos entre nós, não tiveram o êxito que merecem. Serão, sucessivamente **Esperança e Glória**, de John Boorman (este no próximo dia 4 de Dezembro), **A Fantástica Aventura do Barão**, de Terry Gilliam, **A Minha Bela Lavandaria**, de Stephen Frears e **Bob e as suas Mulheres**, de Alan Clark todos eles dos últimos 5 anos.

Nas terças-feiras «não» do **Londres** é ainda cinema inglês o que o ABC programou para as habituais sessões no auditório da **Sociedade Portuguesa de Autores**: na próxima terça-fei-

ABC Cine-clube de Lisboa

O ABC retomou a sua actividade regular, resolvido que foi enfim o problema do acesso a uma sala condigna. Agora no **Londres**, em boas condições de imagem e som e conforto, nem todas as semanas mas sempre às terças-feiras e desde já com uma programação de qualidade e coerente, na linha do que o ABC sempre fez.

Seguindo-se à antecessora, na passada terça-feira, de «Um Crime Divertido», do britânico Malcolm Mowbray, vai ser apresentado um curto ciclo de filmes de compatriotas seus que, embora já exibidos entre nós, não tiveram o êxito que merecem. Serão, sucessivamente **Esperança e Glória**, de John Boorman (este no próximo dia 4 de Dezembro), **A Fantástica Aventura do Barão**, de Terry Gilliam, **A Minha Bela Lavandaria**, de Stephen Frears e **Bob e as suas Mulheres**, de Alan Clark todos eles dos últimos 5 anos.

Nas terças-feiras «não» do **Londres** é ainda cinema inglês o que o ABC programou para as habituais sessões no auditório da **Sociedade Portuguesa de Autores**: na próxima terça-fei-

Grandes Esperanças

ra, às 18.30, exhibe-se **Grandes Esperanças**, uma realização de David Lean de 1946.

Mais cinema

O **Quarteto**, em Lisboa, comemora mais um aniversário retomando uma sua iniciativa testada com êxito anteriormente: na madrugada de 23 para 24 (de sexta para sábado) há filmes nas quatro salas durante toda a noite, das 00h às 10, com sessões de 2 em 2 horas.

Os bilhetes são a 250\$00.

No Centro Cultural **Malaposta**, em Loures, prosseguem até 2 de Dezembro os **Encontros Internacionais de Cinema Documental**. Sessões sempre às 21 horas, esta semana com filmes da Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha e Canadá, e também portugueses (estes nos dias 24 e 28).

Extensões destes Encontros prosseguem também na **Amadora** (auditório da Câmara Municipal - dias 26 e 27 às 21 horas), **Sobral de Monte Agraço** (Cine-teatro - dias 23, 24 e 25 às 21 horas) e **Vila Franca de Xira** (dia 23).

Música

Hoje às 18.30 reali-

Teatro

za-se no Grande Auditório Gulbenkian o último dos concertos desta temporada com as pianistas **Katia e Marielle Labeque**. Com a **Orquestra Gulbenkian** e direcção do maestro **Jun'ichi Hirokami** interpretam a abertura de «A Flauta Mágica», de Mozart, concerto para dois pianos e orquestra de Poulenc e a sinfonia nº 9 de Schubert.

Na mesma sala: segunda-feira, às 18.30, recital de piano pelo soviético **Alexei Sultanov** com obras de Mozart, Chopin, Rachmaninov, Prokofiev e Liszt, e na terça (também às 18.30) obras de Beethoven, Webern e Schubert pelo **Quarteto Hagen**.

No Teatro S. Luís (amanhã às 21.30), recital da pianista **Maria Tipo** integralmente preenchido com obras de Beethoven. Na mesma sala: no dia seguinte, concerto pela **Nova Filarmónia Portuguesa** com a pianista **Ingrid Haebler** para a interpretação de obras de Mozart - das quais a sinfonia «Jupiter».

São, um e outro, concertos integrados na programação dos Festivais de Lisboa, que prosseguem no domingo com jazz: ainda no S. Luís, às 21.30, o **Tommy Flanagan Trio**.

De sublinhar ainda quanto aos Festivais de Lisboa é a programação de teatro nos próximos dias.

Uma companhia checoslovaca, a «Ta Fantastika & Panoptikum» (teatro negro) representa no Teatro Maria Matos na sexta-feira às 21.30 e no sábado às 16.30 «A Galeria Animada», e no sábado às 21.30 e no domingo às 16.30 «O Barão Munchausen».

E, finalmente, na terça e quarta-feira às 21.30, Tchekov por uma companhia soviética: o «Teatro Kirrovacan» representa «As Três Irmãs».

Ballado

Na Gulbenkian, o Ballet Gulbenkian estreia na próxima quarta-feira o seu 2º programa da temporada: «Canções sem Palavras» (Hans Van Manen/Mendelssohn), «Ad Vitam» (Paulo Ribeiro/R. Strauss e António Emiliano) e «Arden Court» (Paul Taylor/William Boyce).

A apresentação deste programa prossegue até sábado, 1 de Dezembro, no seguinte horário: quarta, sexta-feira e sábado às 21.30, quinta-feira às 18.30, sábado também às 16.00.



HEGEDÜS, István (Hungria) in «Jornal dos Sindicatos» 1976

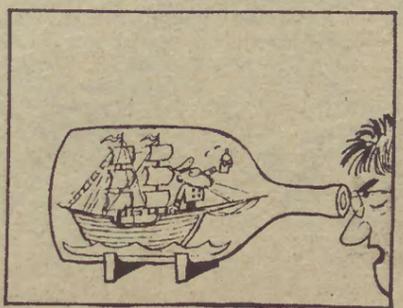
...e ainda Música, debates, etc.

Encontros Internacionais de CINEMA AMASCULTURA

cinema documental 16 novembro - 2 dezembro

Tempo Fim de Semana

Céu muito nublado, vento fraco, moderado, do quadrante noroeste. Períodos de aguaceiros para sábado e domingo.



a TV

Não se trata de uma fábula...

1

A entrevista de Álvaro Cunhal à Primeira Página proporciona várias pistas de reflexão.

Uma das mais frutuosa foi aquela em que acentuou a diferença entre a realidade e a aparência - a aparência forjada, principalmente, pela informação da RTP.

Assim, a dita informação esconde as lutas dos trabalhadores. Significa isso que os trabalhadores se renderam? Que existe paz social? Que o patronato e os trabalhadores dão as mãos?

A realidade mostra que não é assim. «Basta ler o **Avante!** para compreender o que se passa...», acentuou Álvaro Cunhal.

2

Mas se isto é assim no plano da informação geral, o caso agudiza-se no tratamento do movimento partidário.

Álvaro Cunhal enumerou um cabaz de importantes iniciativas do PCP não cobertas pela RTP.

Não foram cobertas dignamente? Não foram cobertas minimamente? Qual quê, foram pura e simplesmente ignoradas!

3

Que eu saiba, ninguém na televisão teve coragem ou desplane de negar. Ninguém sequer justificou.

Ouvem e calam. Mas eu entendo. E por falta de meios. Se há uma câmara para cada ministro ou subsecretário, como ia havê-las para assuntos sérios?

Temos de ser compreensivos, caramba!

4

Carlos Carvalhas é o primeiro candidato à Presidência da República a formalizar a candidatura no Tribunal Constitucional.

Telejornal mandou reportagem. Vimos o mandatário, membros do Partido, os imensos pacotes com as assinaturas.

Voz off: «o mandatário António Abreu disse que...», «o mandatário acrescentou que...»

Por que não deixaram falar o mandatário? Não é mais televisivo o discurso directo? Mais convincente?

Pois é. Por isso é que não o deram...

5

Reunião nacional da JCP. Presentes, algumas centenas de jovens comunistas. Álvaro Cunhal esteve presente. **Telejornal** foi lá.

Foi lá e transmitiu uma passagem do discurso de Álvaro Cunhal. Nada mais disse. De nada mais soubemos. Quer dizer: se o Secretário Geral do Partido lá não tivesse ido, a RTP ignorava o acontecimento!!!

Quando reúne a JC ou a JSD é que é bom. São meia dúzia de meninos bem sentadinhos - mas a televisão não falta.

Crítérios, como dizia o outro. Mas o facto comprova as observações de Álvaro Cunhal sobre o muro electrónico com que se pretende separar o PCP do povo português.

É urgente derrubar este muro.

6

Algumas vezes se tem falado aqui da modalidade usada pela RTP nas suas reportagens da Assembleia da República.

Assim: os comunistas apareciam sempre de costas; os socialistas, de perfil; os sociais-democratas de frente.

A situação modificou-se. De há algum tempo a esta parte, começa a ser frequente vermos também de costas... os socialistas.

Não se trata de uma fábula. Trata-se da realidade. Agora, cada qual que tire as necessárias conclusões...

7

Ninguém ignora como a RTP se encontra armada em couro do governo e do PSD.

Não há emissões: há bombardeamentos.

Tomem nota: na quarta-feira, dia 24 de Outubro de 1990 assistimos, **só no Telejornal**, à seguinte barragem de fogo: Miguel Bezeza apareceu **três vezes**; Peneda, **quatro vezes**; Cavaco Silva, **sete vezes**...

Data memorável nos anais da televisão portuguesa. Não quer a Assembleia da República pedir o visionamento da emissão... para ver e crer como S. Tomé?

8

A televisão, os políticos de direita e alguns «arrependidos» querem fazer acreditar à malta que, em face do refluxo verificado a Leste, o capitalismo é que é a solução. A «economia do mercado» pôs o socialismo KO. Se os países do Leste enveredarem pela selva, pelo salve-se quem puder, pela concorrência - está salva a sua economia, salvos os seus trabalhadores, salva a sua juventude. Palavra! Alguns dizem isto com tamanho entusiasmo que, ao mesmo tempo em que falam, parece que suas cabeças vão tomando a forma de chapéus dos banqueiros da City...

Pensava eu nisto quando a televisão nos deu imagens da manifestação dos estudantes em Paris. Duzentos mil. Foi obra! Ouçamos o repórter:

Este movimento não pode ser comparado ao de Maio de 68. No entanto constitui uma prova evidente de um mal-estar e sobretudo de uma angústia de uma juventude nascida numa sociedade de relativa abundância, mas cujos horizontes, profissional e pessoal, estão constantemente ameaçados pelo desemprego.

Mal-estar, angústia, desemprego, vida sem futuro, sem horizontes, sem sentido...

Topam? Era o que eu dizia. O capitalismo é que é bom. É urgente que o PCP se transforme num partido burguês, socializastazinho, social-democrata. Para apanhar o comboio.

O comboio do passado.

■ Ulisses

Síntese semanal da IMPRENSA

A árvore a crescer

Há uns anos foram plantadas as sementes de uma árvore que agora mostra ser frutuosa. Chama-se corrupção e é notícia... mais uma vez.

No Ministério das Finanças

O requerimento da Cerâmica Campos de Aveiro pedindo o perdão de uma dívida fiscal de cerca de meio milhão de contos terá sido escrito na mesma máquina em que foi dactilografada a informação sobre a qual Oliveira e Costa exarou o seu despacho concordante com o pedido.

Exames efectuados por peritos contactados pelo **EXPRESSO** revelam, com um grau de probabilidade próximo da certeza, que os documentos foram escritos na mesma máquina. «Se os dois documentos foram escritos no gabinete de Oliveira e Costa ou nos escritórios da Cerâmica Campos, não é possível afirmá-lo. Mas que com toda a probabilidade o foram na mesma máquina de dactilografar, isso já parece irrecusável» — frisou ao **EXPRESSO** uma pessoa familiarizada com este tipo de análises. De qualquer forma só um exame aos originais efectuado no Laboratório da Polícia Científica poderá fornecer mais indicações, embora os seus relatórios nunca apresentem certezas absolutas, mas tão-só graus de probabilidade.

Este facto vem adensar as dúvidas quando ao tipo de relação existente entre Oliveira e Costa, que é presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro do PSD, e António Mota Figueiredo, que é presidente do Conselho de Administração da Cerâmica Campos e do clube de futebol Beira-Mar.

Expresso, 17 de Novembro

O ganho político

Foi uma autêntica corrida entre os dois maiores partidos. O PS preparava-se, ontem de manhã, para anunciar aos jornalistas que, hoje à tarde, pouco depois de ter começado o debate do Orçamento de Estado, apresentaria em conferência de imprensa um pedido de inquérito parlamentar à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. Em causa, os perdões fiscais concedidos a várias empresas. Na Lapa, em plena sede do PSD, a «task force» do partido preparava, à mesma hora, o texto com que anunciaria, pouco depois, uma iniciativa similar. Foi a surpresa nas hostes socialistas, que aceleraram o passo e apresentaram no Parlamento, ainda durante a tarde, o seu pedido de inquérito. Perdido o efeito surpresa, ganhavam na «chegada ao ringue». Para o secretário de Estado Oliveira Costa é a certeza de que vai mesmo haver inquérito.

Público, 20 de Novembro

Ainda na saúde

Costa Freire pode vir a sofrer outras acusações no caso

do Ministério da Saúde, soube o Independente de fonte segura. Até agora o ex-secretário de Estado só estava acusado de burla agravada. No caso da Planimagem. Entretanto, durante os interrogatórios a que foi submetido no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP), acusou, pelo menos duas vezes, Leonor Bezeza de crimes que lhe estavam a ser imputados, soube O Independente de fonte muito próxima da defesa do antigo secretário de Estado da Administração da Saúde. Este facto está a incomodar os advogados de Freire. Com efeito, e conforme confidenciaram à nossa fonte, os defensores de Costa Freire tinham baseado a defesa do seu cliente na responsabilização sistemática da sua superior hierárquica. «Freire era um simples secretário de Estado. Se alguém tem de aparecer como responsável por tudo o que aconteceu tem de ser Leonor Bezeza», terão afirmado os advogados. E, foi obedecendo a esta teoria que Costa Freire, por diversas vezes e em casos muito concretos, remeteu para Leonor Bezeza a culpa do que se tinha passado. Sabe-se que no caso da falsa empresa de publicidade do irmão de Leonor, a Planimagem, Freire afirmou que se tinha havido crime de burla agravada então a ministra deveria ser responsabilizada.

Independente, 16 de Novembro

Na UGT

«Na conversa com os inspectores, revelei muito do que sabia, mas, mais do que isso, acabei por estabelecer ligações entre factos, que nunca me tinham ocorrido» — confessoro o sindicalista José Brandão a «O Jornal», depois de ter sido ouvido na terça-feira, durante quatro horas, no Departamento de Investigação e Acção Criminal-DIAP.

O dirigente, que tem mantido um conflito com Torres Couto e a direcção da UGT, não quis desvendar as situações alegadamente irregulares que denunciou, afirmando, apenas, que, no seu entender, «elas mostram claramente que verbas destinadas ao instituto de formação profissional ligado à central foram utilizadas para fins diferentes».

Outra questão importante, segundo José Brandão, foi a descrição do processo que conduziu à atribuição de alvarás à cooperativa de táxis Volancoop, ligada ao Sindicato dos Transportes Rodoviários e Afins-SITRA/UGT, de forma alegadamente irregular, «com responsabilidades do dirigente que tem, no sindicato, a responsabilidade pela formação profissional».

José Brandão esteve qua-

tro horas a ser ouvido por dois inspectores do DIAP, ficando com a ideia de que «eles já sabiam muitas coisas».

«O Jornal», 16 de Novembro

No futebol

O primeiro a falar foi Lourenço Pinto, que, nervosíssimo, expõe então os acontecimentos do sábado anterior: Manuel Rocha, presidente do Penafiel, revela-lhe que Francisco Silva o contactou propondo um «negócio», ou seja, a ajuda aos penafielenses, em detrimento do Belenenses. Planeia-se então «apanhar» o árbitro. No sábado, Manuel Rocha foi aos balneários de gravador escondido no bolso, entrega ao juiz um cheque de 2000 contos e regista a conversa na máquina. Entrega a fita a Lourenço Pinto, que, na presença de testemunhas, a ouve.

O presidente, neste dia com os tiques nervosos acentuados (não parou de estalar os dedos), continua a descrição aos conselheiros: poucos minutos antes do início da partida foi aos balneários e, perante testemunhas, pediu o cheque ao árbitro, que lho entregou depois de alguma hesitação. Solicitou então a Francisco Silva que se demitisse. Nesta fase ainda o árbitro não encarava a hipótese como a menos má. Foi então facultada aos dirigentes uma fotocópia do cheque em causa. Mas, em cima da mesa da reunião não esteve nunca a fita gravada. Porquê, não se sabe. No entanto, houve conselheiros (Sequeira Teles, por exemplo) que a ouviram e ficou registado em acta que, já de cheque na mão, Francisco Silva atirou a Manuel Rocha: «Estes dois mil são por jogos atrasados. Pelo de hoje são mais mil e quinhentos».

Colocam-se então à discussão três propostas: demissão do árbitro encaminhamento do caso para a justiça desportiva; ou solicitar apoio jurídico ao Ministério Público. Esta última foi rapidamente riscada, por se entender que apenas o Conselho de Disciplina poderia levar o «Penafielgate» à Procuradoria.

Lourenço Pinto manifestase, então, a favor da demissão. Chega mesmo a dizer: «Evita-se, assim, que se mexa muito nisto». Aliás, a conversa que mantivera a sós com alguns dos conselheiros, antes do início da reunião, parece ter-se destinado a isto mesmo: convencer alguns conselheiros que o melhor caminho seria a demissão do árbitro. Porém, nesta primeira fase, não houve consenso e mandou-se entrar Francisco Silva.

O árbitro cruza a porta cabisbaixo. Confessa: sim senhor, tinha aceite o cheque. Fá-lo com humildade — a coisa cai bem — e abandona o plenário, voltando à dependência ao lado. Mas os conselheiros não se comovem o suficiente, querem que o Conselho de Disciplina entre em acção, e Lourenço Pinto dispõe-se a não comprometer a unanimidade. Vota tudo a favor e pela segunda vez, se chama Francisco Silva. Posto ao corrente do veredicto, o árbitro de Portimão ergue finalmente a cabeça e, alterado, levanta a voz. Assim não, desta maneira desmentia tudo o que tinha dito minutos antes. Ameaça: «Olhe que conto tudo», frase que um conselheiro interrompe, lembrando-lhe que, ali, era ele o réu.

Independente, 16 de Novembro

Damas

CCLXXIX — 22 de Novembro de 1990

Proposição n.º 279

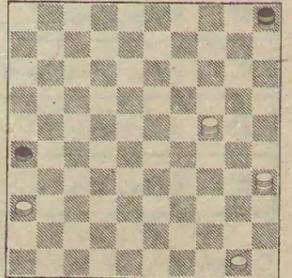
Por: Giroux — Agosto, 1925

In: Tous les Thèmes

du jeu de Dames, 1947

Pr.: [2]: 26-(5)

Br.: [4]: (24)-(35)-36-50



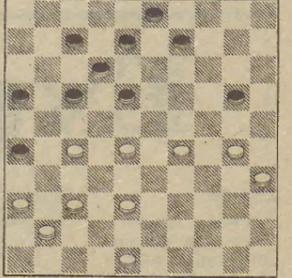
Branças jogam e ganham (B11T)

Golpe n.º 279

Por: Jean Berna — 1912

Pr.: [10]: 3-7-8-9-12-16-17-18-20-26

Br.: [10]: 27-28-29-30-35-36-37-38-41-48



Branças jogam e ganham

Soluções do N.º CCLXXIX

N.º 279 (G.): 1. 35-40, (5-46); 2. 40-45, (46-5); 3. 50-44, (5-46); 4. 45-50, (46-5); 5. 44-39, (5-46); 6. 24-35, (46-23); 7. 35-49, (23-5); 8. 39-33, (5-10); 9. 36-31, (26×37); 10. 49-32, (37×39); 11. 50×5+

Golpe N.º 279 (J.B.): 1. 29-24, (20×29); 2. 38-33, (29×38); 3. 28-23, (18×29); 4. 48-42, (38×47); 5. 36-31, (47×36); 6. 37-32, (26×28); 7. 30-24, (36×30); 8. 35×2+

A. de M. M.

Xadrez

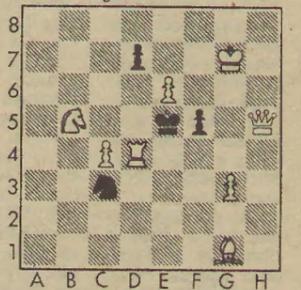
CCLXXIX — 22 de Novembro de 1990

PROPOSIÇÃO N.º 279/A

Por: Herbert Alves

2.º Prémio: «Tidskrift Schack», 1961

Pr.: [4]: Ps.d7, f5-Cç3-Ré5
Br.: [8]: Ps.c4, e6, g3-Cb5-Bg1-Td4-Dh5-Rg7



Mate em 2 lances

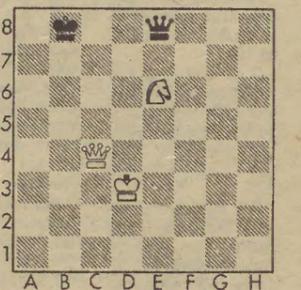
PROPOSIÇÃO N.º 279/B

Por: Henri Rinck

«L'Eco degli Scacchi», 1917

Pr.: [2]: D68-Rb8

Br.: [3]: C66-Dc4-Rd3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXXIX

N.º 279/A — (HA): 1. g41, d:66;

2. Bh2++

N.º 279/B (HR): 1. Dg71+, Ra8;

2. Da5+, Rb7; 3. Cg5+, Rb8; 4. Db6+, Rç8; 5. Db7+, Rd8; 6. Rd2 e

g.

A. de M. M.